

Programa de Pós-Graduação em Geografia
Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico
Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Regional

**A EXPANSÃO DA AGROINDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA E A
QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO DA MICRORREGIÃO DE
DRACENA-SP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP – Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico, Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Regional – sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Sonia Segatti

Presidente Prudente, dezembro de 2009

Aos meus pais, pequenos produtores rurais, que aos noventa anos de idade resistem no trabalho e na esperança de que seus sete filhos manterão o amor e apego à terra que cultivaram em toda sua vida.

AGRADECIMENTOS

À (os):

- Deus, por ter me dado a oportunidade desta apresentação, acrescentando nos momentos de fraqueza a força, a coragem, a vontade de vencer e a alegria de aprender com pessoas tão especiais com as quais convivi neste período;
- Arthur, por ser além de filho, um grande amigo, meu confidente. Por ter permitido que meu tempo fosse despendido neste aprendizado e na lida profissional. Meu incentivador;
- Meus pais, que ainda me consideram uma menina e vibram por cada degrau que galgo na vida;
- Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol, que com sabedoria e de forma sempre elegante me orientou, demonstrando sua paciência quando de meus arroubos;
- Prof. Dr. José Carlos Marion, meu parceiro na contabilidade rural, que com seu exemplo, incentivo e sua benevolência tornou possível a realização do sonho de me tornar mestre;
- Profs. Drs. Antonio César Leal, Bernardo M. Fernandes, Gerd Kohlhepp, Marcos Saquet, Marcio Rogério Silveira, Rosangela Hespanhol, que com mestria passaram suas experiências nas disciplinas ministradas;
- Márcia, Ivonete, Erynat, André e Giuliana que com simpatia e competência sempre me instruíram e atenderam;
- Produtores rurais, diretores e gerentes das seis usinas e terceirizados que contribuíram muito com este trabalho, me recebendo para as entrevistas e respondendo afetivamente cada pergunta; ao João Pelozo da Usalpa (*in memoriam*), que além de colaborador, foi meu colega de estudos e incentivador;
- Técnicos da CATI, em especial Luiz Pelozo, Adalberte Stivari, Sebastião, Ricardo (Dracena), Iltinho e Osvaldo (Tupi Paulista), que de forma

profissional e amigável disponibilizaram os dados necessários à elaboração das tabelas, além das entrevistas;

- Milton Cangussu e Takashi, que muito contribuíram com seus pareceres;
- Osvaldo Dias, presidente da Associação Agrícola de Junqueirópolis, que participou carinhosamente da entrevista e está sempre presente em minha vida profissional. Exemplo do verdadeiro homem do campo!;
- Helio Furini (ex prefeito), Castanha e Osmar Pinatto (atual prefeito) de Junqueirópolis que responderam os questionários com amabilidade.
- Antonio Carlos Segati (irmão) e Danilo Segati (sobrinho), sempre presentes a ajudar-me na busca de informações às usinas.
- Osvaldo Dias Jr, ou Fuzinato, que é o autor das obras de arte que enriqueceram este trabalho;
- Izabel Castanha Gil, que acreditou na possibilidade desta conquista e se tornou uma amiga afetuosa, sempre disponibilizando material, seu tempo e sua agradável companhia em viagem à Congresso;
- Igor, das pessoas mais inteligentes e bondosas que encontrei na vida. Meu consultor geográfico em muitos momentos;
- Paula, que com simpatia teve a criatividade de elaborar uma capa tão linda e os mapas que compõem este trabalho;
- Carlos de Castro Neves Neto, José Sampaio de Mattos, Ederval, Nilson, Adriano Oliveira e Fernando Velozo, que disponibilizaram material para estudo e pesquisa e me incentivaram.
- Cubanos: Eduardo, Angelina, Roberto e Silvia tão queridos.
- Pilar, Carlos e Marcelina (bolivianos), grandes amigos.
- Colegas que se tornaram amigas (os): Sonia Ribeiro, Ana Cristina, Denize, Edílson, Fernando, Adriana, Diane, Adriano Amaro, Evandro, Maurício;
- Silvia Cristina, Ricardo Crepaldi, Rodrigo, Diego, Paulinho Tahara, Bruno, que supriram minha ausência na Consagro;
- Sr. Ruy Bodini, Sr. Jean Louis Chapelle e todos os clientes que entenderam minha ausência da Consagro e me incentivaram;

- Maria Luisa, Mércia e Ana Maria, minhas amigas e irmãs em Cristo Jesus, que por suas orações me fortaleceram nos momentos mais difíceis dessa jornada;
- Todos familiares e amigos que me incentivaram a realizar o sonho de me tornar Mestre.

SUMÁRIO

Índice de quadros	iix
Índice de tabelas	iix
Índice de figuras	iix
Índice de pinturas	iix
Índice de gráficos	x
Índice de mapas	x
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	xi
RESUMO	xiii
ABSTRACT	xiv
INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I	19
1- Compreensão do agronegócio no território brasileiro com foco no segmento sucroalcooleiro	20
CAPÍTULO II	64
2- Mudanças Estruturais na Microrregião de Dracena – SP a partir da colonização	65
CAPÍTULO III	89
3 - As expectativas dos atores envolvidos no processo de estruturação do parque sucroalcooleiro na MRG de Dracena	90
CONCLUSÃO	124
REFERÊNCIAS	128
ANEXOS	135

ÍNDICE

Índice de quadros	ix
Índice de tabelas	ix
Índice de figuras	ix
Índice de pinturas	ix
Índice de gráficos	x
Índice de mapas	x
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	xi
RESUMO	xiii
ABSTRACT	xiv
INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I	19
1- Compreensão do agronegócio no território brasileiro com foco no segmento sucroalcooleiro	20
1.1. Agromanufatura açucareira no Brasil	20
1.2. Compreendendo o agronegócio e seus mecanismos: Sistema Agroindustrial (SAI), Complexo Agroindustrial (CAI) e Cadeia de Produção (CPA)	34
1.2.1. Territorialização do agronegócio sucroalcooleiro	37
1.2.2. A expansão do agronegócio no território brasileiro	39
1.3. A internacionalização da agroindústria sucroalcooleira	48
1.3.1. O interesse do capital estrangeiro no setor sucroalcooleiro brasileiro	52
1.3.2. Ampliação das fusões e aquisições de agroindústrias sucroalcooleiras	55
1.4. A pequena propriedade rural - consideração, paralelo e possibilidade de coexistência com o agronegócio	56
CAPÍTULO II	64
2- Mudanças Estruturais na Microrregião de Dracena – SP a partir da colonização	65
2.1. Delimitação da microrregião de Dracena como área de estudo	65
2.2. Estrutura Fundiária e ocupação do solo	71
2.2.1. Indicadores de interação, serviços e de outras atividades	83
CAPÍTULO III	89

3 - As expectativas dos atores envolvidos no processo de estruturação do parque sucroalcooleiro na MRG de Dracena-----	90
3.1. Composição do parque industrial sucroalcooleiro e perspectivas do dirigentes---	90
3.2. A demanda das agroindústrias socroalcooleiras por terceirizados e suas perspectivas -----	101
3.3. Os prós e os contra da atividade sucroalcooleira-----	103
3.3.1. O "porquê" do contra -----	103
3.3.2. A visão e o interesse dos dirigentes municipais-----	107
3.3.3. Os prós e contra na visão de um pequeno produtor -----	108
3.3.4. Controvérsias quanto aos aspectos social e econômico entre os extensionistas -----	109
3.4. As expectativas e visões dos parceiros/arrendatários/fornecedores -----	111
3.5. Considerações sobre as expectativas dos atores envolvidos no processo de estruturação do parque sucroalcooleiro na MRG de Dracena-----	119
CONCLUSÃO -----	124
REFERÊNCIAS -----	128
ANEXOS -----	135

Índice de quadros

Quadro 1. Vantagens da agricultura familiar sobre o modelo agro-exportador	62
Quadro 2. Vantagens do modelo agro-exportador sobre a agricultura familiar	62
Quadro 3. Características dos modelos	63
Quadro 4. Entrevistas realizadas nas usinas da MRG Dracena	95
Quadro 5. Alternativas de opção ao arrendamento/parceria	113
Quadro 6. Melhora depois do arrendamento/parceria	114
Quadro 7. Alternativas para se retornar à atividade anterior	114
Quadro 8. Compreensão e expectativas dos arrendatários/parceiros da MRG Dracena em relação ao arrendamento/parceria	115

Índice de tabelas

Tabela 1. Volume de açúcar exportado no Brasil no período de 1901-1923	26
Tabela 2. Volume de açúcar exportado no Brasil no período de 1930-1969	27
Tabela 3. Vendas brasileiras de automóveis e comerciais leves por tipo de combustível	30
Tabela 4. Comparação de fontes alternativas na produção do etanol	52
Tabela 5. Recorte do controle familiar em usinas	53
Tabela 6. Área e número de unidades de produção agropecuária - UPAs*	74
Tabela 7. Estrutura fundiária – microrregião de Dracena-SP – 2007/08	76
Tabela 8. . Evolução das áreas de plantio de cana-de-açúcar da MRG de Dracena	81
Tabela 9. Efetivo bovino e área de pastagens nas UPAs – MRG Dracena – 1995/06 e 2007/08	82
Tabela 10. Ocupação de mão de obra nas UPAs – MRG Dracena – 1995/06 – 2007/08	83
Tabela 11. Indicadores de tecnologia por município – MRG – 2007/08	87

Índice de figuras

Figura 1. Agromanufatura açucareira no Brasil	21
Figura 2. Colonização do Brasil	21
Figura 3. Organograma de um engenho	23

Índice de pinturas

Pintura 1. A vida em torno do café	67
Pintura 2. “O Gado” - A introdução da pecuária na MRG de Dracena	69
Pintura 3. Cultivo do café	70
Pintura 4. Cana-de-açúcar	73
Pintura 5. A vida no campo (antigamente)	105
Pintura 6. O antes e o depois da cana-de-açúcar na MRG.	112

Índice de gráficos

Gráfico 1. Capacidade Produtiva Regional de Biodiesel 2007	44
Gráfico 2. Total de UPAs até 50 ha por município na MRG – anos 1995/96 – 2007/08	77
Gráfico 3. Ocupação do solo nas UPAs em 2007/08	78
Gráfico 4. Ocupação do solo com lavouras permanentes nas UPAs – 2007/08	80
Gráfico 5. Indicadores do nível de interação por município	84
Gráfico 6. Indicadores de acesso a serviços nas UPAs por município da MRG de Dracena (1)	85
Gráfico 7. Indicadores de acesso a serviços nas UPAs por município da MRG de Dracena (2)	85

Índice de mapas

Mapa 1. Localização das Regiões com maior potencial canavieiro	43
Mapa 2. Localização da Microrregião Geográfica de Dracena	66
Mapa 3. Localização das Usinas na Microrregião Geográfica de Dracena	71
Mapa 4. Concentração e localização de propriedades até 50 ha por município da MRG	75
Mapa 5. Estados de origem dos acionistas das usinas na MRG	91
Mapa 6. Concentração da cultura canavieira por município da MRG	93

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRINQ – Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedo

ACERUVA – Feira de Acerola e uva em Junqueirópolis – SP.

ALL – Ferrovia América Latina Logística

APPs. – Área de Preservação Permanente

ATR – Açúcar Total Recuperável

BM&F – Bolsa Mercantil e de Futuros

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CACRETUPI – Cooperativa Agrária e de Cafeicultores da Região de Tupi Paulista

CAI – Complexo Agroindustrial

CAMDA – Cooperativa Agrícola Mista de Adamantina

CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

CEAGESP – Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo

CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada

CESD – Centro de Ensino Superior de Dracena

CETESB – Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental

Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CONSECANA – Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool

CPA – Cadeia de Produção Agroindustrial

CSA – *Commodity System Approach*

CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido

DEPRN – Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais

EDR – Escritório Desenvolvimento Regional

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias

ESALQ/USP – Escola Superior de Agricultura “Luís de Queiroz” da Universidade de São Paulo

FINAME – Financiamento de Máquinas e Equipamentos

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUNDEC – Fundação de Educação e Cultura

GNV – Gás Natural Veicular

Há – Hectare

IAC – Instituto Agrônomo de Campinas

ICMS – Imposto de Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IR – Imposto de Renda

LUPA – Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuária

MRG – Microrregião Geográfica

MS – Mato Grosso do Sul

ONU – Organização das Nações Unidas

PIS – Programa de Integração Social

PNA – Plano Nacional da Agricultura
PROALCOOL – Programa Nacional do Alcool
PRODOESTE – Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste
PROGER – Programa de Geração de Emprego e Renda
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e Incentivos à Agroindústria do Nordeste
PROVALE – Programa do Vale do São Francisco
SAI – Sistema Agroindustrial
SENAI – Serviço Nacional da Indústria
SENAC – Serviço Nacional do Comércio
SIMPLES – Sistema Simplificado de Impostos
SP – São Paulo
SRF – Secretaria da Receita Federal
TDR – territorialização, desterritorialização e reterritorialização
TI –Tecnologia de Informação
UME/CEP – Unidade Modelo de Ensino/Centro de Educação Profissional
UNESP – Universidade Estadual Paulista
UPAs – Unidades de Produção Agropecuária
USALPA – Usina Alta Paulista

RESUMO

As profundas mudanças na configuração espacial do campo brasileiro, especialmente da porção Centro-Sul do país e em particular na microrregião de Dracena, no Oeste do Estado de São Paulo, em busca de novas alternativas de energia em substituição ao petróleo, são os focos desta dissertação. Além das mudanças espaciais, outras mudanças estão em curso, como os arranjos produtivos locais e, com eles, as alterações nas relações de produção e nas atividades econômicas. Indubitavelmente, tais mudanças provocam também mudanças sociais, econômicas e ambientais. Tivemos como objetivo, nesta dissertação, também procurar compreender como se deu o interesse do empresariado sucroalcooleiro e o processo de inserção da atividade sucroalcooleira na microrregião de Dracena, além de ressaltar a necessidade de se reivindicar uma postura mais ativa do poder público em relação ao atual cenário e no que concerne a inserção e/ou subordinação dos pequenos produtores no processo produtivo sob as relações intersetoriais entre os segmentos agrícolas e industriais, como também o objetivo de se preservar a atual estrutura agrária regional de pequenas propriedades, para que se evite o retorno da concentração da propriedade das terras. Para tanto, estudou-se a agromanufatura açucareira no Brasil, a intervenção governamental no setor, o agronegócio no território brasileiro e seus mecanismos e a pequena propriedade rural tentando tornar possível traçar um paralelo ou uma forma de convivência entre esses dois modelos.

PALAVRAS-CHAVE – Microrregião de Dracena – Pequena propriedade rural – Inserção da atividade sucroalcooleira – Convivência de modelos produtivos.

ABSTRACT

The deep changes in the spatial configuration of the Brazilian countryside, especially in the central-south of the country and particularly in the micro region of Dracena, in the western Sao Paulo State, in search of new energy alternative to replace oil, are the focus of this dissertation. Besides the spatial changes other changes are on their way such as local clusters, and along with them changes in the production relations and economic activities. Undoubtedly, these changes also result in social, economic and environmental changes. Our objective through this dissertation is also trying to understand how entrepreneurs' interests and the integration of sugarcane activity happened in the micro-region of Dracena, besides emphasizing the necessity to claim for a more active posture from the government on the current scenario and as regards the insertion or submission of small farmers in the production process or the relation between the agricultural and industrial segments, having also as a goal preservation of the current agricultural structure of the region for smallholdings, to avoid land ownership concentration. Therefore, we have studied the sugarcane manufacturing farmers in Brazil, the government intervention in the industry, the agribusiness in Brazil and its mechanisms and the small farms trying to draw a parallel or a form of coexistence between these two models.

KEY WORDS – Dracena micro-region – Small farm – Sugarcane insertion activity – Productive models coexistence.

INTRODUÇÃO

... porque o açúcar é a principal cousa com que todo este
Brasil se enobrece e faz rico

(Diálogo das Grandezas do Brasil).

Esta dissertação foi concebida pela verificação de que as demandas sempre crescentes por energia, especialmente em forma de combustíveis para veículos automotores, constituem-se numa realidade permanente na sociedade moderna. As alterações climáticas verificadas nos últimos anos e as consequências desse fenômeno para a sustentabilidade da vida humana pressionam, inexoravelmente, pela busca de soluções a toda forma de matriz energética, induzindo significativas mudanças em algumas delas.

A microrregião de Dracena, situada no Oeste do Estado de São Paulo, despertou o interesse do empresariado sucroalcooleiro devido a fatores locacionais, agronômicos e sociais (GIL, 2007) e a disponibilização de investimentos por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES para implantação das agroindústrias sucroalcooleiras.

Os processos de transformação do campo na microrregião de Dracena – SP, bem como o entendimento da organização socioespacial, ocasionados pela expansão da agroindústria sucroalcooleira foram explicados, com base em Davis, Goldberg apud Batalha e Scarpelli (2005) que nos dão uma visão inicial do agronegócio, complementado por Batalha e Silva (2001) e outros autores¹ que destacam a importância das cadeias de produção agroindustrial e dos complexos agroindustriais.

Para tratar da territorialização do agronegócio sucroalcooleiro, recorreremos a Raffestin (1984) que enumera os fatores econômicos que levam aos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização –TDR. Enfatizamos ainda a conceituação elaborada por Saquet (2006) a respeito do território, que nos remete à reflexão de uma interligação entre este e o agronegócio. Estendemos o estudo sobre agronegócio e território através de Hespanhol (2000, 2007), Delgado (2005), Nehmi Filho (2007), Romão (2006), Batalha (1995), Thomaz Júnior (2002), Silva e Kageyama (1996), Harvey (1996), Engels (1888), Marx (1845, apud Engels, 1888), Braverman (1987), Rangel (1998) e Lins e Saavedra (2007).

O objetivo principal da pesquisa foi investigar e analisar os efeitos da expansão da monocultura da cana-de-açúcar na microrregião de Dracena –SP, enfocando as contradições que ignoram os custos ambientais e sociais que afetam o pequeno produtor rural².

¹ Zylbersztajn e Neves (2000), Batalha (1997), Melese (1990) e Schumpeter (1943).

² Prado Jr (2007); Estatuto da Terra instituído pela lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, na Lei nº 11.326, de 14 de julho de 2006, em Brose (1999), Delgado (2001), Kautsky (1968) e Lenin (1985), Abramovay (1997), Hespanhol e

Constituíram-se objetivos específicos da pesquisa: a) averiguar as relações estabelecidas entre as destilarias e os proprietários de terra (arrendatários/parceiros/fornecedores³); b) identificar os elementos que propiciaram o avanço da cana-de-açúcar na Microrregião de Dracena; c) compreender o papel do Estado enquanto mediador das relações entre a agricultura e a indústria; d) analisar a viabilidade da cana-de-açúcar para os pequenos produtores rurais e a atuação do poder público municipal nesse processo.

A análise e compreensão do tema proposto em escala microrregional teve como recorte temporal o período compreendido entre o ano agrícola 1995/96 (embora resgatamos a história da cultura canavieira desde o descobrimento do Brasil) e 2007/08, o qual foi marcado pela expansão do cultivo das lavouras de cana-de-açúcar na Microrregião de Dracena.

O referencial teórico acerca da dinâmica desta microrregião, apresentada no Capítulo II, possibilitou a compreensão do espaço regional no período anterior à inserção canavieira. Assim, realizou-se a revisão bibliográfica⁴ visando subsidiar as reflexões acerca da dinâmica da atividade na região, tendo em vista as formas de inserção e/ou subordinação dos pequenos produtores rurais no processo produtivo. Além da revisão bibliográfica efetuamos o levantamento de dados junto a fontes secundárias⁵.

Para o levantamento de dados primários, efetuamos o reconhecimento da área delimitada, com visitas aos municípios selecionados. Para estas visitas, foram elaborados roteiros de entrevistas (anexos), abordando questões concernentes à dinâmica do setor sucroalcooleiro no espaço agrário regional. Essas entrevistas analisadas no Capítulo III, foram realizadas com: seis diretores e gerentes de usinas de açúcar e álcool, com três terceirizados, quatro técnicos do Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR), dois sindicalistas, cinco fornecedores e 34 parceiros/arrendatários e outros atores que julgamos importantes para o trabalho.

Os dados e informações coletadas nas entrevistas foram relacionados aos dados de fonte secundária para possibilitar a compreensão da dinâmica do setor e sua

Costa (2002), Brumer (2001), Fachini *et al* (2006) e Gualda (2007).

³ Fornecedores: proprietários que plantam a cana-de-açúcar por conta própria.

⁴ Gil (2008), Prado Júnior (2007), Benjamin (1998), e Müller (1989).

⁵ EDR Dracena (2007) – Levantamento por Unidades de Produção Agrícola (desenvolvido pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI, vinculada à Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo – SAA); SEADE (2006); no Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuária – LUPA; Usinas e Destilarias do Oeste Paulista (UDOP); Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool (CONSECANA), entre outros.

influência no espaço regional, bem como a sua inserção e/ou subordinação nesta atividade. As informações e os dados coletados em todas as esferas do processo produtivo da cana-de-açúcar foram sistematizados e tabulados para que seus resultados fossem utilizados na confecção de mapas temáticos da área estudada, bem como para a elaboração de tabelas e gráficos, para a caracterização e compreensão da dinâmica sucroalcooleira regional.

A dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro, faz-se um breve histórico da agromanufatura açucareira no Brasil, através de diversos autores⁶, explicando a transição da atividade açucareira, a intervenção governamental no setor e a produção e uso do álcool como combustível, criação do PROALCOOL e desregulamentação do setor sucroalcooleiro, passando para o agronegócio no território brasileiro, compreendendo o agronegócio e seus mecanismos: Sistema Agroindustrial (SAI), Complexo Agroindustrial (CAI) e Cadeia de Produção (CPA), a fim de compreender a expansão do agronegócio no território brasileiro, além de outras questões atinentes a essas discussões como a internacionalização das agroindústrias sucroalcooleiras e, a ampliação das fusões e aquisições de agroindústrias sucroalcooleiras.

Ainda neste capítulo procurou-se, através do discurso sobre o agronegócio, entender a pequena propriedade rural, para tornar possível traçar um paralelo ou uma forma de convivência entre as duas estruturas.

No capítulo dois, analisam-se as mudanças estruturais na Microrregião Geográfica (MRG) de Dracena – SP, delimitando-a como área de estudo, considerando aspectos como a estrutura fundiária *versus* a ocupação do solo (UPAs – Unidades de Produção Agropecuária através de indicadores do LUPA – CATI 1995/06 e 2007/08) e os indicadores de interação nos municípios levantados pelo LUPA.

No capítulo três foram compilados e analisados os dados obtidos por meio da realização de 60 entrevistas, levando em conta a escolha do perfil dos entrevistados, procurou-se encontrar diferentes visões a respeito da realidade estudada.

⁶ Furtado (1959), Ferlini (1984), Galvão (1979), Monteiro (2000), Pina (1972), Jungman (1971), Moraes (1999), Mannarelli Filho (1997), Peres (2000) e Rodrigues (2002).

CAPÍTULO I

**Na própria origem da pequena propriedade, em
quase todo o país, encontramos a ação e influência
da grande exploração e das vicissitudes que ela
atravessa**

(PRADO JR, 2007, p. 71).

1- Compreensão do agronegócio no território brasileiro com foco no segmento sucroalcooleiro

1.1- Agromanufatura açucareira no Brasil

No início do século XVI, entre os anos 1519 e 1524, o domínio colonial português já era rigorosamente questionado no Oriente, marca-se, nesse período, o fim do monopólio da pimenta, com os espanhóis navegando pelo Pacífico, diretamente para as Índias e os holandeses disputando as ilhas da Indonésia. Até 1530 – data da expedição de Martim Afonso de Souza –, o Brasil não estava nos planos portugueses de ocupação efetiva, representando apenas oportunidade de reabastecimento no caminho para as Índias e algum comércio de pau tintorial⁷ e de papagaios (NOVAIS, 1974).

Com a ocupação de alguns pontos do litoral de Santa Cruz pelos franceses e o desenvolvimento do comércio francês com os indígenas em pontos do litoral do Ceará, Maranhão, na foz do Amazonas e, principalmente, no litoral do Rio de Janeiro, despertou-se em Portugal o receio de perder o Brasil. Portanto, decidiu-se estabelecer, no além-mar, uma atividade de cunho empresarial regida pela racionalidade do capital mercantil.

A solução foi efetivar a ocupação do país através da lavoura canavieira, pois Portugal possuía: o *know how* da produção do açúcar; a comercialização com o mercado europeu assegurada; a disponibilidade de linhas de crédito para investimentos básicos, devido ao relacionamento com o mundo financeiro da época (banqueiros genoveses e flamengos); e o Brasil lhes proporcionava terras em abundância permitindo a produção em larga escala. Estabelece-se assim a agromanufatura açucareira no Brasil (FURTADO, 1959).

Ferlini (1984, p. 21), historiando a civilização do açúcar destaca:

A primeira notícia que se tem da intenção de Portugal implantar no Brasil a produção açucareira está num alvará datado de 1516. Nele, D. Manuel ordenava que fossem dados machados, enxadas e mais ferramentas às pessoas que fossem povoar o Brasil e que se procurasse um homem prático e capaz de ali dar princípio a um engenho de açúcar e a ele se entregasse tudo que fosse necessário a tal fim. [...] A iniciativa para a construção do primeiro engenho caberia a Martim Afonso de Souza, em 1532.

⁷ Pau tintorial refere-se ao pau-brasil.



Fonte: <http://www.blogdafolha.com.br/>

FIGURA 1. Agromanufatura açucareira no Brasil

A historiadora salienta que, embora o primeiro engenho (figura 1), tenha se estabelecido na capitania de São Vicente⁸, o centro da produção açucareira se transferiria para o Nordeste (figura 2) a partir de 1535, devido ao solo de aluvião fértil, massapé ideal ao desenvolvimento das lavouras de cana-de-açúcar. Visualizou-se também, nessa região, a vasta rede hidrográfica litorânea, com clima quente e úmido, além da menor distância de Portugal e do regime favorável de ventos que beneficiava a navegação. Foi no Nordeste, durante os dois primeiros séculos da colonização, através da extensa área de cultura canavieira, que se enraizou a dominação portuguesa.



Fonte: www.colegiosaofrancisco.com.br

Figura 2. Colonização do Brasil

⁸ Ainda hoje se podem ver as ruínas do engenho de São Vicente no litoral paulista.

Essa dominação, segundo a autora, representou não só o esmagamento da matéria-prima (cana-de-açúcar), mas também da força de trabalho do negro escravo, convertido em capital originário. Criou-se então uma sociedade de senhores e escravos⁹, autoritária, aristocrática e violenta. “O açúcar era branco, o trabalho era negro. Havia doçura nas mesas e sofrimento nos engenhos; riqueza nas casas-grandes e miséria nas senzalas” (FERLINI, 1984, p. 78).

Em 1549, Tomé de Souza funda Salvador, primeira cidade que representa um marco definitivo na colonização, na ocupação e no efetivo domínio das novas terras na América, pela Coroa de Portugal. Com este ponto fixo do território, efetivamente ocupado e defendido, os colonos, plantadores, pecuaristas e comerciantes podiam contar com a necessária proteção contra piratas europeus ou ataques indígenas. A colonização é também estimulada com a intensificação do tráfico negreiro e com a vinda de jesuítas e colonos europeus para a Bahia.

O esquema de organização dos engenhos era estruturado (figura 3) e foi marcado pelo caráter sistemático e planejado seguindo os moldes organizacionais da lavoura canavieira. Entre 1570 e 1610, o número de engenhos salta de 60 para 400 unidades de produção. Conforme avançam os engenhos, a população indígena diminui, vítima de ataques, guerras, escravização e epidemias (GALVÃO, 1979).

⁹ O tráfico foi regular até 1850 para garantir o abastecimento de mão-de-obra em virtude de os negros não terem direito de formar suas famílias.

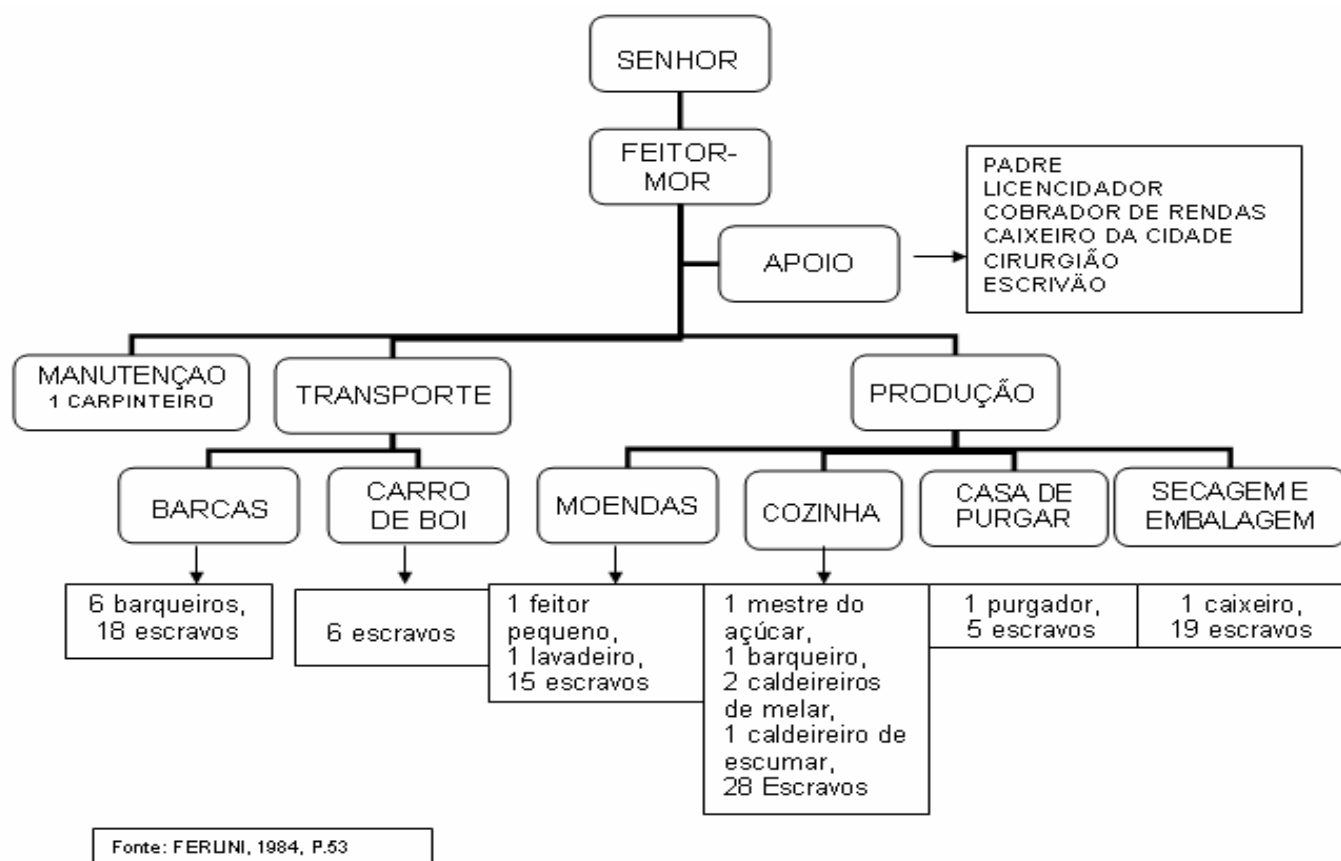


FIGURA 3. Organograma de um engenho

Nos dois primeiros séculos, a exportação de açúcar foi a razão de ser da colônia, embora em torno da agromanufatura açucareira tenham se desenvolvido outras atividades de subsistência (mandioca, milho, arroz e feijão) com excedentes para abastecer os mercados locais e o escambo de escravos. A pecuária e o tabaco também foram atividades ligadas ao mundo açucareiro. O gado bovino serviu tanto ao trato das lavouras como transporte e força motriz para as moendas, além de alimento para a população. As melhores terras eram destinadas à cana-de-açúcar com conseqüente falta de alimentos e preços elevados. Os lavradores mantinham contratos com os senhores de engenho. Desde o início do século XVII, as terras férteis do litoral nordestino haviam sido doadas. Portanto, o acesso a elas só era possível pela compra ou por arrendamento (FERLINI, 1984).

Os holandeses desembarcaram no Brasil em 1630 e permaneceram por 24 anos, quando foram expulsos, juntamente com os judeus, levando as técnicas de cultivo canavieiro e da fabricação do açúcar para as Antilhas e a América Central, o que provocou a concorrência e, conseqüentemente, um golpe para a economia brasileira (UNICA, 2004).

As transformações do modo de produção europeu com as conseqüentes mudanças no mercantilismo afetaram Portugal, que passa a sofrer a concorrência da Holanda e da Inglaterra. Outras colônias lançaram seu açúcar no mundo.

A agricultura ficou ofuscada pela supremacia da mineração por três quartos de século e, por volta de 1789, quando se deu o fim do ciclo do ouro, a agricultura volta a se destacar, porém o açúcar estaria acompanhado por dois outros produtos: o algodão e, tempos depois, o café.

Mas foi, através da economia açucareira baseada no trabalho escravo e consolidada em latifúndios, que se criaram no Brasil os valores éticos, étnicos e morais que definiram a atual sociedade (FERLINI, 1984).

Após mais de um século sem grandes transformações, Monteiro (2000) explica a ocorrência da transição dos engenhos para as fazendas, onde a maioria dos proprietários investia em produtos significativos para o mercado externo, no caso o café, enquanto que a pecuária e a cultura de alimentos destinavam-se a atender às necessidades do mercado interno. Ele destaca essa combinação de atividades tanto voltada para o mercado interno quanto externo, que resultou na denominação de fazendas mistas. A estrutura fundiária, ao longo do século XIX, foi marcada pelo retalhamento das imensas sesmarias.

Os fazendeiros continuaram com a tradição das fazendas mistas mesmo com a chegada do café, pois não abriram mão dos lucros que obtinham através do mercado interno. O café passou a dividir terreno com outras atividades. Quando havia necessidade de terras para a expansão cafeeira, os fazendeiros expandiam as suas áreas para não suprimirem suas culturas ou terras para a criação. O cultivo de cana-de-açúcar era direcionado à manufatura do açúcar e da aguardente para atender à demanda local ou de regiões próximas, paragens e estabelecimentos comerciais (MONTEIRO, 2000).

Devido às revoltas sociais ocorridas na Europa que desencadearam a independência das colônias, os produtores brasileiros voltaram a ser os maiores fabricantes de açúcar do mundo. A abertura dos portos em 1808, e a Independência em 1822, também beneficiaram a produção, embora isso não tenha sido suficiente para retomar a posição de dois séculos atrás. A exploração de cana-de-açúcar vinha sendo prejudicada pela expansão do cultivo da beterraba na Europa, pela distância entre o Brasil e os portos exportadores e pelo baixo nível técnico da produção

(UNICA, 2004).

O século XIX não foi alvissareiro para o Brasil em relação ao açúcar, pois o país caiu para quinto lugar na lista de produtores de cana-de-açúcar, representando 8% da produção mundial, com declínio da produção ainda mais acentuado no fim do século. Diante de tal situação, o Brasil volta-se para o mercado interno, que era pequeno e estava fragilizado pela crise do açúcar. A cana-de-açúcar, mais do que elemento essencial da formação do Brasil, transformou-se em parte integrante do imaginário do povo brasileiro, com múltiplas aplicações, que iam desde a cozinha até a indústria, e colaborou, segundo popularmente se entendia, para a produção de alimentos mais saudáveis e de fácil conservação (UNICA, 2004).

Ainda no século XIX, segundo Pina (1972), houve a tentativa de reestruturar a economia setorial, em razão do aumento da competitividade externa e também interna, provocando um ágio de produção, ainda que através de métodos arcaicos, figurando uma crise iminente de oferta e demanda. Foi essa a primeira intervenção governamental, também a primeira tentativa de regulamentação do setor, onde o governo oferece concessão para a instalação de engenhos centrais, dotados de máquinas e equipamentos modernos, forçando o desaparecimento de milhares de engenhos que perdem a capacidade competitiva.

“Este momento é importante, por se tratar da primeira ação governamental no setor açucareiro, que irá marcar profundamente o setor ao longo dos séculos XIX e XX; ainda que o propósito de modernizar a indústria não obteve o sucesso que era esperado; sendo bastante reduzido o número de novas unidades surgidas em decorrência desta ação governamental” (PINA, 1972, p.45).

O propósito inicial de modernização do setor, segundo o autor, foi desgastado ainda mais por questões sociais, já que o Senhor de Engenho teria que ceder sua posição de incondicional comando em sua capitania.

Pina (1972) destaca que no século XX a indústria açucareira brasileira se encontrava consolidada, embora susceptível, em vários períodos, de grande volatilidade de preços, notadamente pela oferta do produto que causava variações negativas nos preços, gerando crises internas muito fortes devido ao fato do açúcar ser ainda o principal foco das exportações. Foi no período de 1914 -1918 (Primeira Guerra Mundial) que o Brasil voltou a figurar como exportador mundial de açúcar, devido a devastação que a guerra provocou nos campos europeus, dizimando a produção de beterraba (vide tabela 1).

Tabela 1. Volume de açúcar exportado no Brasil no período de 1901-1923

ANO	SACAS DE 50 KG
1901	3.119.435
1904	131.024
1906	1.415.805
1913	88.523
1917	2.302.649
1918	1.927.225
1919	1.819.014
1923	2.552.910

Fonte: Pina, Hélio. A agroindústria açucareira e sua legislação. Apec Editora. São Paulo. 1972, p.17.

A breve recuperação do cultivo da beterraba na Europa no pós-guerra e o impacto da crise mundial de 1929, fizeram com que a produção brasileira fosse novamente afetada pela queda significativa das exportações e conseqüentes preços baixos. Tanto os países europeus quanto os Estados Unidos construíram barreiras para o produto brasileiro, com a implementação de políticas protecionistas e tarifárias em suas colônias ou zonas de influência (PINA, 1972).

Tal cenário, de acordo com Pina (1972), força a intervenção do governo brasileiro no setor sucroalcooleiro em 1930, com notório impacto no mercado mundial. Intervenção esta que afetou todo o setor e modificou sua dinâmica empresarial até o processo de desregulamentação de 1998. Criou-se a Comissão de Defesa e Produção de Açúcar com o intuito do poder público controlar e elaborar os projetos para o setor, da qual se originou o núcleo formador do Instituto do Açúcar e Alcool – IAA.

Durante a Segunda Guerra Mundial o Brasil expande suas exportações de açúcar com preços satisfatórios, desovando seus estoques retidos com o intuito de controlar os preços.

Com o novo surto exportador no pós-guerra (tabela 2) abandona-se as cotas, pois o Brasil consegue abrir mercado na Europa e Oriente, sendo forçado a rever as regras de controle da produção para atender a demanda.

Tabela 2. Volume de açúcar exportado no Brasil no período de 1930-1969

ANO	SACAS DE 50 KG
1930	84.937
1940	97.820
1948	5.198.332
1951	15.821
1955	9.683.042
1960	14.246.241
1969	18.044.670

Fonte: Pina, Hélio. A agroindústria açucareira e sua legislação. Apec Editora. São Paulo. 1972, p.41.

Observa-se na tabela 2 que o Brasil passa a partir de 1951, de um volume insignificante de exportação – 15.821 sacas - para um expressivo volume em 1969 – 18,0 milhões de sacas - , o que provoca, segundo Pina (1972), a necessidade de se reforçar as normas disciplinadoras.

O IAA, criado em 1933, teve como objetivo articular de forma eficiente uma grande reforma na administração açucareira brasileira para recuperar um segmento de expressiva importância para a economia, evitando que se continuasse operando por regras de livre mercado. Em meados de 1965, de acordo com Jungman (1971), foram criadas cotas de produção e comercialização para se controlar os preços. O IAA fica com o papel de regulamentar as cotas de produção, bem como a fixação de preços e os volumes de exportação, deixando a cargo dos produtores a tarefa de assumir os riscos da produção, com a conseqüente redução de custos e os ganhos de produtividade.

Moraes (1999) enfatiza que dentre as mais importantes reestruturações operadas pelo IAA destaca-se a perda da função de concessão de empréstimos para investimentos aos produtores, a qual passa para o Banco Central que delega a outras instituições financeiras. Cita também a transferência de concessão de financiamentos do IAA para o Conselho Monetário Nacional - CMN e o encargo da fixação de preços do açúcar para a Superintendência Nacional de Abastecimento – SUNAB.

A autora destaca a grande intervenção governamental nos anos 1970, por intermédio do IAA, que incentivou uma série de fusões e aquisições entre usinas no país. Essas intervenções propiciaram para que o Brasil atingisse a segunda posição mundial nas exportações de açúcar, com o aumento em torno de 180% nas exportações entre 1969 e 1973.

Ressalta-se que a partir da década de 1920, deu-se a produção e uso de

álcool em todo o país (álcool anidro para mistura à gasolina) e, em 1975, o Brasil apostou no álcool combustível como alternativa para diminuir sua vulnerabilidade energética e economizar dólares, além de se precaver da decisão da Organização dos Países Produtores de Petróleo – OPEP que em 1973, de modo unilateral e inesperado, majorou os preços do petróleo de US\$ 3,00 para US\$ 15,0 o barril (MANNARELLI FILHO, 1997). Nessa época o Brasil era grande importador de petróleo, com produção interna ínfima em campos petrolíferos basicamente terrestres.

Os choques de petróleo na década de 1970, na visão de Mannarelli Filho (1997) impulsionaram o governo brasileiro a imprimir ações interventoras como: elevação do preço interno da gasolina, redução do consumo, incentivo às exportações de bens e serviços para equilibrar a balança de pagamento, adoção de políticas externas que priorizassem as relações entre o Brasil e os países da OPEP e a elevação da produção nacional de petróleo. Foi impulsionado por esses fatores aliados ao aproveitamento do parque sucroalcooleiro já instalado, que em novembro de 1975, o Governo Federal criou o Programa Nacional do Álcool – PROALCOOL.

A primeira fase do PROALCOOL se estendeu até a segunda crise do petróleo de 1979 e tem como característica básica a produção de álcool anidro combustível para ser adicionado à gasolina. Moraes (1999) explica que esta segunda crise é mais impactante para a economia nacional e leva o Governo Federal a pedir moratória para equilibrar a balança de pagamentos. Portanto, na década de 1980, o impulso governamental foi na direção de financiar unidades produtoras exclusivamente de álcool hidratado utilizado como combustível automotor. Este projeto ficou conhecido como o maior programa mundial de incentivo à produção de energia renovável.

Outro mercado afetado foi a grande rede de postos e distribuidoras de combustíveis que teve que se adaptar para comercializar em grande escala o produto. Com este impulso as diversas unidades produtoras de álcool alcançaram novas fronteiras agrícolas, se instalando em regiões com maior demanda do produto e com melhores condições de escoamento.

Através de grandes investimentos, públicos e privados, apoiados pelo Banco Mundial, criou-se um programa de diversificação para a indústria sucroalcooleira, o que possibilitou a ampliação da área plantada com cana-de-açúcar e a conseqüente implantação de destilarias de álcool, autônomas ou anexas às

usinas de açúcar existentes. A produção de álcool em larga escala deu-se primeiramente como aditivo à gasolina (álcool anidro), num percentual de 20%, passando depois a 22%. O que se consolidou através da engenharia nacional, a partir de 1980, quando surgiram, com sucesso, motores especialmente desenvolvidos para o álcool hidratado (UNICA, 2004).

A curva descendente de produção de carros a álcool (tabela 3) teve início com o fim da crise do petróleo em 1986 e as políticas econômicas internas na contenção de tarifas públicas, para limitar a inflação. Atingiu o apogeu em 1989, quando o governo, por omissão ou falha operacional, não foi capaz de resolver problemas logísticos de abastecimento. Em 1984, os carros a álcool respondiam por 94,4% da produção das montadoras. Nesse processo, a inversão da curva da produção de carros foi um alívio para a estatal brasileira de petróleo—Petrobrás—, que apresentava excedentes na produção de gasolina. A participação anual caiu de 63% da produção total de veículos fabricados em 1988, para 47% em 1989, 10% em 1990, 0,06% em 1997, 0,09% em 1998, 0,92% em 1999, 0,69% em 2000 e 1,02% em 2001.

Pelos dados da UNICA (2004) pode-se observar a determinação legal no sentido de que toda gasolina brasileira contenha de 20% a 24% de álcool anidro, com uma melhor logística de distribuição do combustível para uma rede de mais de 25 mil postos, com bombas de álcool hidratado, para abastecer cerca de 3 milhões de veículos, 20% da frota nacional. As logísticas (transporte e distribuição), aliadas à alta tecnologia de motores, foram desenvolvidas em mais de 30 anos de história de utilização do álcool em larga escala.

Todas essas medidas objetivavam a redução da dependência energética nacional, mas propiciou elevações no preço do açúcar, fazendo com que os responsáveis pelas unidades produtoras passassem a dar preferência à produção de açúcar, o que desencadeou uma crise pela falta de álcool no mercado interno, desestimulando a produção de veículos entre 1994 e 2001 (tabela 3), vindo ao encontro do aumento da produção nacional de petróleo com a incorporação de novas bacias petrolíferas, juntamente ao declínio dos preços do petróleo no mercado mundial. Finda-se assim a segunda fase do PROALCOOL (MORAES, 1999).

Tabela 3. Vendas brasileiras de automóveis e comerciais leves por tipo de combustível

ANOS	TOTAL (unidade)		
	GASOLINA	ÁLCOOL	FLEX-FUEL
1957	11.010		
1958	30.209		
1959	55.893		
1960	89.187		
1961	115.454		
1962	150.071		
1963	148.314		
1964	154.885		
1965	161.668		
1966	186.538		
1967	193.867		
1968	230.234		
1969	303.519		
1970	373.825		
1971	467.140		
1972	546.267		
1973	663.437		
1974	755.948		
1975	778.920		
1976	808.729		
1977	748.071		
1978	877.295		
1979	905.706	3.114	
1980	626.467	240.643	
1981	344.467	136.242	
1982	365.434	232.575	
1983	78.618	579.328	
1984	33.482	565.536	
1985	28.655	645.551	
1986	61.916	697.049	
1987	31.190	458.683	
1988	77.312	566.482	
1989	260.821	399.529	
1990	542.855	81.996	
1991	546.258	150.982	
1992	498.927	195.503	
1993	764.598	264.235	
1994	1.127.485	141.834	
1995	1.557.674	40.706	
1996	1.621.968	7.647	
1997	1.801.688	1.120	
1998	1.388.734	1.224	
1999	1.122.229	10.947	
2000	1.310.479	10.292	
2001	1.412.420	18.335	
2002	1.283.963	55.961	
2003	1.152.463	36.380	48.178
2004	1.077.945	50.950	328.379
2005	697.033	32.357	812.104
2006	316.561	1.863	1.430.334
2007	245.660	107	1.995.090

Fonte: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores - Brasil / ANFAVEA.

Nos anos 1990 promove-se a interrupção dos investimentos e linhas de crédito para o setor sucroalcooleiro, cuja justificativa foi a redução dos preços mundiais do petróleo e a consolidação da democracia nacional que levou o país a viver o livre mercado e o fim do intervencionismo econômico (MORAES, 1999). Em consequência se dá a extinção do IAA e a falência do PROALCOOL. Todas as reformas dentro do processo de liberação econômica atingiram grandemente o setor, principalmente na formação de preços, insumos e da comercialização. Políticas governamentais estas utilizadas para beneficiar os produtores.

Mesmo com o fim do intervencionismo governamental e a extinção dos órgãos reguladores o setor se manteve em crescimento, exercendo uma grande capacidade de competição nos mercados externos. Em 1999, quando o Governo Federal deixou de intermediar a comercialização do álcool aí sim o setor sofreu um grande golpe.

Pela constatação de Moraes (1999) este período de crescimento pós-desregulamentação pode ser explicado pela capacidade ociosa existente, que foi arrebatada após a desregulamentação e, por outro lado, pela possibilidade de entrada de novos produtores no setor. Apesar do açúcar ser um produto de demanda inelástica (produto que não tem grandes modificações em sua demanda em função dos preços praticados) o ganho de mercado no comércio internacional é evidente, justificando assim o aumento das exportações no período.

Ambos os produtos, açúcar e álcool, frutos da mesma matéria-prima e das mesmas unidades produtoras, tiveram seus preços reduzidos, devido ao crescimento da oferta com excedente produtivo, cujo mercado consumidor plenamente abastecido, não foi capaz de absorver. Esta crise pós-desregulamentação foi sentida não só no Brasil, mas em todo o mundo, pois éramos o principal fornecedor mundial de açúcar.

Moraes (1999) destaca que a história do setor sucroalcooleiro brasileiro é fortemente marcada por constantes intervenções governamentais, tornando-o burocratizado e resistente a mudanças bruscas, principalmente quando se trata das perdas de privilégios concedidos pelos governos.

Portanto, a abertura comercial no final dos anos 1980, agregada a outros fatores como a inconstância das políticas agrícolas e industriais, às crises financeiras mundiais, a desregulamentação de várias cadeias agroindustriais, entre outros,

provocaram o desequilíbrio na balança comercial brasileira, expondo assim a importância do papel que os produtos agroindustriais representam no equilíbrio das contas externas. A partir daí, o agronegócio ou *agribusiness* tem sido estudado em diversos setores e em várias cadeias produtivas, bem como na rede de negócios, abordando suas diversas peculiaridades regionais. A discussão ganhou importância nos meios acadêmicos, empresariais e governamentais brasileiros no final dos anos 1980, quando da abertura comercial, das políticas agrícolas e industriais mal formuladas (BATALHA e SILVA, 2001).

Nos Anais do 1º. Congresso Brasileiro de *Agribusiness* (2002), promovido pela Associação Brasileira de *Agribusiness* – ABAG –, foram apresentados os principais fatores que simultaneamente afetaram o desempenho do campo em épocas passadas:

1. Falências das Políticas Públicas: década de 80 – extintos subsídios aos créditos em troca de uma política de renda ao produtor via preços mínimos. Não aconteceu!
2. Sucessivos Planos de Estabilização da Economia: do Cruzado ao Real, com exceção do Bresser, os planos sempre aconteceram entre o plantio e a colheita das safras de verão no Centro Sul, descasando os índices e destruindo a renda dos agricultores e suas cooperativas.
3. Globalização da Economia: guerra de mercado, onde a característica é a necessidade de produzir com melhor qualidade pelo menor preço e de acordo com o poder aquisitivo do consumidor.
4. Produtor Lento na Aceitação de Mudanças: Na década de 1990, com os mercados fechados e os juros baixos os produtores se acomodaram (ABAG, 2002, p. 02).

O desemprego no campo, após os anos 1980, estimado em dois milhões, foi apenas uma das conseqüências dessa situação. Os produtores que resistiram às mudanças buscaram o máximo de eficiência, incorporando tecnologias, reduzindo custos e aumentando a qualidade e a produtividade, mantendo-os na atividade.

Rodrigues (2002, p. 01) salienta que:

A revolução que está por ocorrer é a profissionalização do campo, onde os produtores terão que dividir as atenções entre as atividades da fazenda, movimentos de mercado, relações trabalhistas, questões ambientais e política tributária. É a gerência da atividade, que não pode mais ser desconsiderada.

O agronegócio fez com que o Brasil vivesse um momento único na história, afetando as pessoas e as organizações que não estavam preparadas, com a integração crescente entre os países e a competição acirrada em quase todos os setores. Essa atualização da tecnologia no campo e na agroindústria, em ritmo intenso, vem proporcionando o aumento da ansiedade, devido à existência da progressiva necessidade de atender às demandas de uma sociedade cada vez mais consciente de seus direitos.

Essas mudanças tão rápidas fazem com que os produtores, as empresas agropecuárias, as agroindústrias e os profissionais ligados ao setor rural sejam forçados a buscar e, principalmente, a adotar novos mecanismos de aprendizagem e de formação profissional e empresarial, sob pena de serem desalojados rapidamente do ambiente em que estão inseridos, principalmente em se tratando do pequeno proprietário.

Os proprietários rurais, tanto os grandes e médios quanto, e principalmente, os pequenos, diante da incerteza e dos novos desafios, sentem-se ameaçados, incertos e dependentes das formas pelas quais as pessoas e as agroindústrias operam e se transformam. É esse um dos principais paradigmas vigentes: a acelerada introdução de novas tecnologias e de novas ferramentas gerenciais com enfoques administrativos que remodelam as rotinas na resolução de problemas considerados insolúveis como problemas relacionados ao clima e aos solos (irrigações, plantio direto, pastejo rotacionado etc.) e aos fatores biológicos (melhoramento genético de rebanhos, plantas geneticamente modificadas, cruzamento industrial, fertilização *in vitro* etc.).

A importação dos produtos agroindustriais alimentares trouxe em seu bojo novos modelos de competição, consolidando novos padrões de consumo dos brasileiros, apoiados pelo Código de Defesa do Consumidor. Concentrou-se assim a estrutura de distribuição e começaram a atuar no cenário brasileiro grupos internacionais varejistas com novas técnicas de gerenciamento (T.I. – Tecnologia de Informação) e negociação, gerando, nos empresários locais, a necessidade de aprimoramento através de parcerias e alianças estratégicas, com a característica de cadeia produtiva agroindustrial. A necessidade de facilitar o fluxo de informações direcionadas à resolução de problemas e a integração entre plano e ação surgiu devido ao novo padrão de concorrência, fazendo com que as organizações se

tornassem mais flexíveis e mais cooperativas ao longo da cadeia produtiva (BATALHA e SILVA, 2001).

Após este relato sobre a cultura canavieira, constituída no Brasil na forma de agronegócio, cabe-nos explicar a seguir sobre o referido negócio.

1.2- Compreendendo o agronegócio e seus mecanismos: Sistema Agroindustrial (SAI), Complexo Agroindustrial (CAI) e Cadeia de Produção (CPA)

Batalha e Silva (2001) explicam que duas vertentes metodológicas, embora defasadas quanto ao tempo e local, nos dão uma visão geral do agronegócio.

A primeira vertente teve origem na Universidade de Harvard (USA) pelos pesquisadores John Davis e Ray Goldberg em 1957, que criaram o conceito de *agribusiness* como sendo:

“[...] a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, as operações de produção nas propriedades agrícolas, o armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles” (DAVIS, GOLDBERG apud BATALHA e SCARPELLI, 2005, p,10).

Posteriormente, em 1968, Ray Goldberg utiliza a noção de *Commodity System Approach* (CSA) e acentua que um sistema de *commodities* engloba todos os atores envolvidos com a produção, o processamento e a distribuição de um produto. Tal sistema inclui o mercado de insumos agrícolas, a produção agrícola, as operações de estocagem, o processamento, o atacado e o varejo, demarcando um fluxo que vai dos insumos até o consumidor final.

A segunda vertente desenvolveu-se no âmbito da Escola Industrial Francesa na década de 1960 e passa a noção de *analyse de filière* (cadeia de produção), explicando a seqüência de transformações de uma *commodity* em produto final destinado ao consumidor, focalizando o aspecto da distribuição do produto industrial.

Ambas as noções, americana e francesa, apresentam a mesma visão sistêmica e mesoanalítica. Conclui-se, assim, que a análise do sistema agroindustrial deve, obrigatoriamente, seguir a forma de encadeamento e articulação que gerencia as atividades econômicas e tecnológicas, envolvidas na produção de um determinado

produto agroindustrial, englobando todas as etapas da produção, as indústrias de insumos, a produção agropecuária, a indústria de alimentos e o sistema de distribuição, comumente descritos como “antes da porteira”, “dentro da porteira” e “depois da porteira”.

A principal diferença entre as duas correntes está no grau de importância dado ao consumidor final, sendo que o método de cadeias de produção (CPA) parte sempre do mercado final (produto acabado – etanol, por exemplo) em direção à matéria-prima, ou seja, de jusante a montante; e o sistema de *commodities* (CSA) parte de uma matéria-prima base (cana-de-açúcar, por exemplo) em direção ao produto final, de montante a jusante.

Segundo Batalha e Silva (2001), o conceito de *agribusiness* apresentado por Davis e Goldberg (1957) lembra em muito o Sistema Agroindustrial (SAI). Este sistema pode ser utilizado como ferramenta de gestão e de apoio à tomada de decisões e pode ser definido como o conjunto de atividades que concorrem para a produção de produtos agroindustriais, desde a produção de insumos (sementes, adubos, máquinas agrícolas etc.) até a chegada do produto final (etanol, farelo de algodão, queijo, biscoito etc.) ao consumidor.

Batalha e Silva (2001) enfatizam que as atividades formadoras do sistema agroindustrial são: agricultura, pesca, pecuária, indústrias agroalimentares, distribuidores (agrícola e alimentar), comércio (nacional e internacional), consumidores, indústrias e serviços de apoio. Destacam ainda que o SAI é composto por todas as atividades envolvidas no processo de produção de produtos agroindustriais, desde a produção de insumos até o produto final, apresentando dois níveis de análise:

- Cadeia de Produção Agroindustrial: a qual é definida a partir da identificação de um produto final e, após, identifica-se através de uma série, de jusante a montante, as várias operações técnicas, comerciais e logísticas, necessárias a sua produção (a exemplo do etanol);
- Complexo Agroindustrial: este tem como ponto de partida a matéria-prima base (cana-de-açúcar por exemplo), de montante a jusante. Um complexo agroindustrial é composto por várias cadeias de produção, as quais devem possuir relações comerciais mais próximas.

A garantia de abastecimento interno e geração de divisas se darão se o

alimento além de produzido, for industrializado e encaminhado até o consumidor sem sofrer qualquer disfunção nas etapas do fluxo operacional. Para que tal procedimento se concretize, normalmente surgem mudanças na dinâmica dos sistemas agroindustriais, provocando a inovação de tecnologias (BATALHA e SILVA, 2001).

A eficiência do Gerenciamento de Sistemas Agroindustriais será dada através da análise da produção (tecnológica), da comercialização e logística das cadeias produtivas, bem como da influência que os fatores externos (sociais, econômicos, legais e governamentais) exercem sobre a mesma, permitindo, com essa análise, detectar as disfunções e dar subsídios apropriados à formulação e implementação de uma eficiente política de segurança alimentar no Brasil.

Zylbersztajn e Neves (2000) entendem que o enfoque das cadeias produtivas é analisar a dependência, dentro de um sistema, como o resultado de uma estrutura de mercado ou de forças externas, tais como ações e políticas governamentais, bem como ações estratégicas nos elos da cadeia.

Existem três séries de elementos que estão relacionados em termos de cadeia de produção: (1) a cadeia de produção é uma seqüência de operações de transformações que podem ser dissociadas, porém apresentam-se ligadas por um encadeamento técnico; (2) a cadeia de produção pode ser considerada como um conjunto de relações comerciais e financeiras que estabelecem, entre os pontos ou estados de transformação, um fluxo de troca, situado de montante a jusante, entre fornecedores e clientes; (3) considera-se a cadeia produtiva como um conjunto de ações econômicas que prevê a valoração dos meios de produção e asseguram a articulação das operações (BATALHA, 1997, p. 26).

Ainda de acordo com Batalha (1997), são cinco as vantagens da utilização do conceito de cadeia produtiva:

1. Permite a divisão setorial do sistema produtivo;
2. Serve para formulação e análise de políticas públicas e privadas;
3. É uma ferramenta de descrição técnico-econômica;
4. Permite a análise estratégica das empresas;
5. É uma ferramenta de análise das inovações e de apoio à tomada de decisão concernentes à tecnologia.

Melese (1990), analisando o sistema “organização - meio ambiente”, que se harmoniza com a noção mesoanalítica da cadeia de produção, parte da premissa de que toda empresa está inserida em um meio dinâmico com o qual ela está em interação permanente, o que permite a compreensão do comportamento global da empresa e sua inserção em seu ambiente político, social, econômico e tecnológico. Enquanto sistema, uma cadeia de produção agroindustrial fica sujeita a mudanças ao longo do tempo.

As empresas exercem influências sobre o meio que as cercam com o objetivo único de atingir suas metas. Os atores econômicos, de acordo com Batalha (1995), dentro de uma cadeia de produção, irão posicionar-se com o objetivo de obter o máximo de margens de lucro em suas atividades, ao mesmo tempo em que tentam apropriar-se das margens dos outros atores presentes para se defender contra as forças da concorrência ou transformá-las a seu favor.

Para Schumpeter (1943) a economia é um sistema dinâmico que modifica de maneira contínua suas estruturas sob a pressão da concorrência e, Batalha e Silva (2001) concordam com Schumpeter e ainda salientam que:

Contar somente com uma agropecuária forte como forma de garantir o abastecimento interno, e gerar divisas, é um erro estratégico que o Brasil não pode cometer. O alimento deve ser produzido, industrializado e, finalmente, encaminhado até as mãos do consumidor. Qualquer disfunção em uma destas etapas básicas compromete todo o esquema de abastecimento alimentar e de competitividade para o setor (2001, p. 61).

Portanto, esses autores entendem que apenas uma leitura tripla – tecnológica, comercial e logística – das cadeias de produção agroindustriais, bem como os fatores externos – sociais, econômicos, legais e governamentais –, que exercem influência sobre as cadeias, permitem formular e implementar uma política de segurança alimentar eficiente para o país, e incrementar a competitividade internacional para o setor.

1.2.1. Territorialização do agronegócio sucroalcooleiro

Fatores econômicos levam ao processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização - TDR, de acordo com Raffestin (1984), explicando que o próprio mercado é um lugar de emissão de símbolos, sinais e

códigos, sempre presentes na dinâmica econômica, nas informações e comunicações, e conseqüentemente nos preços. Isso, segundo o autor, gera um espaço temporalizado em razão dessas informações que circulam e comunicam, interligando diferentes agentes sociais. O autor define a territorialização como sendo um processo de relações sociais, de perda e reconstrução de relações e a desterritorialização como a perda do território, de limites e fronteiras. As relações de poder, redes de circulação e comunicação, territorialidades, dominação de recursos naturais, entre outros, indicam relações sociais entre sujeitos e entre estes com seu lugar de vida, abrangendo os fatores econômicos, políticos e culturais.

Saquet (2006), com base em Michel Foucault, destaca que o poder está presente nas ações do Estado, e também nas instituições, empresas, enfim, nas relações sociais que se efetivam na vida cotidiana, visando ao controle e à dominação sobre os homens e as coisas e Raffestin (1993) afirma que existem agentes sintagmáticos que produzem o território, desde o Estado até o indivíduo, passando por organizações pequenas ou grandes, em graus diversos, momentos diferentes e em lugares variados, assentando-se na construção, de malhas, nós e redes, cujo objetivo é a delimitação dos campos de ações, de poder nas práticas espaciais que constituem o território.

A conceituação elaborada por Saquet (2006) a respeito do território remete-nos à reflexão de uma interligação entre este e o agronegócio, pois indica que há relações e interações entre a cultura, a política, a ideologia e com os elementos do movimento de reprodução do capital dentro das quais é necessário contextualizar os processos territoriais em cada período e lugar, em constante movimento de produção de descontinuidades, desigualdades e diferenças, envolvendo aspectos dos domínios natural e social. Portanto, ele afirma que:

O território é natureza e sociedade: não há separação; é economia, política e cultura; edificações e relações sociais; des-continuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental, etc. Em outras palavras, o território significa heterogeneidade e *traços comuns*; apropriação e dominação historicamente condicionadas; é produto e condição histórica e trans-escalar; com múltiplas variáveis, determinações, relações e unidade. É espaço de moradia, de produção, de serviços, de mobilidade, de des-organização, de arte, de sonhos, enfim, de vida (*objetiva e subjetivamente*). O território é processual e relacional, (i)material, com diversidade e unidade, concomitantemente (SAQUET, 2006, p. 83).

Este relato a respeito do território é importante no presente estudo para a

compreensão da possível desterritorialização dos pequenos produtores, que pode ocorrer a partir da descapitalização e conseqüente desinteresse dos mesmos em continuar na atividade agropecuária, impulsionados pelas mudanças impostas pela expansão do setor sucroalcooleiro, embora surjam estudos sobre a possibilidade de coexistência entre a agricultura familiar e o agronegócio.

1.2.2. A Expansão do agronegócio no território brasileiro

A expansão do agronegócio no território brasileiro tem seu ponto de partida com a criação e implantação do Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, que objetivava modernizar a economia nacional através da abertura à entrada de investimentos externos e do estímulo explícito ao setor industrial, tendo como um de seus objetivos a transferência da capital para o centro do país, cuja inauguração se deu em 1960.

Criaram-se vários programas a partir do governo Médici, como: Programa de Integração Nacional, Programa de Redistribuição de Terras e Incentivos à Agroindústria do Nordeste – PROTERRA –, Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste – PRODOESTE –, Programa do Vale do São Francisco – PROVALE –, dentre tantos outros, provocando os seguintes fluxos migratórios (conforme dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA –):

- Um do Centro-Sul, via São Paulo–Cuiabá (MT)–Porto Velho (RO), composto predominantemente de paranaenses, capixabas, mineiros, gaúchos, paulistas e mato-grossenses;
- Outro também do Centro–Sul, via eixo Belém–Brasília, formado especificamente por nordestinos que emigraram para Brasília e que, regressando à agricultura, visam o Norte de Goiás, Leste do Pará e Sul do Maranhão;
- Um terceiro, do Nordeste, via São Paulo–Cuiabá–Porto Velho, representando ex-assalariados nordestinos que, depois de algum tempo no Sul do País, se deslocaram para Mato Grosso e Rondônia;
- Um quarto, representando diretamente a frente de deslocamento, também do Nordeste, que, aproveitando a construção do leito da Transamazônica, visava momentaneamente o Oeste do Maranhão, Norte de Goiás (hoje Tocantins) e Leste e Sul do Pará;

- Finalmente, um último fluxo do Nordeste, via marítima – o mais tradicional – que sempre visou as áreas ao redor das maiores cidades localizadas às margens do rio Amazonas e seus afluentes (INCRA, 19[7-]).

Hespanhol (2000) explica que a implantação de infra-estrutura viária e de comunicações, bem como o desenvolvimento da pesquisa agropecuária, os baixos preços da terra e os incentivos fiscais e creditícios governamentais nas décadas de 1970 e 1980, impulsionaram a expansão da agricultura em bases empresariais ao Centro-Oeste e Norte do Brasil. A estreita relação com os setores industrial e financeiro viabilizou a integração de vastas parcelas do território ao mercado nacional, com a instalação de agroindústrias na região Centro-Oeste.

O processo de alteração da base técnica e econômica da agricultura redundou em questões como: acesso a terra, exclusão de pequenos produtores, baixa absorção da mão-de-obra e elevada concentração de renda. Problemas ambientais no cerrado surgiram e surgirão devido à introdução na faixa tropical de pacotes tecnológicos importados de países de clima temperado, observados pela alta dependência dos insumos externos e da utilização de máquinas e implementos pesados, comprometendo a qualidade do solo com o aparecimento constante de erosão e de compactação, podendo, em médio prazo, inviabilizar a atividade agrícola, como degradar amplamente os recursos naturais (HESPANHOL, 2000).

Delgado (2005) observa que, com a adoção de uma política neoliberal em matéria de atração de capital externo, a partir do Plano de Estabilização Monetária (Plano Real) em 1994, abandona-se a política de geração de saldos comerciais, ancorada no tripé “cambio sobrevalorizado, tarifas ultramitigadas e desregulamentação” no campo das políticas de fomento agrícola e industrial. Caem assim os superávits comerciais, passando rapidamente a deficitários entre 1994 e 1999, com conseqüências negativas sobre a renda fundiária. A terra se desvaloriza em virtude do declínio acentuado dos preços agrícolas. Em se tratando da agricultura familiar, verifica-se o abandono das atividades ou sua conversão à atividade de subsistência.

Delgado (2005) ainda destaca que, no final de 1998, uma crise de liquidez internacional afetou a economia brasileira, provocando enorme fuga de capital e forçando a mudança do regime cambial, recorrendo-se a empréstimos ao Fundo Monetário Internacional – FMI – em três sucessivas operações de socorro (1999, 2001 e 2003). Novamente, pede-se socorro aos setores primário-exportadores para

gerar saldo comercial, ou seja, à agricultura capitalista (agronegócio). O autor observa que agronegócio, na acepção brasileira do termo, é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária e que:

O segundo governo Cardoso iniciou o relançamento do agronegócio, senão como política estrutural – com algumas iniciativas que ao final convergiram: (1) um programa prioritário de investimento em infraestrutura territorial com “eixos de desenvolvimento”, visando à criação de economias externas que incorporassem novos territórios, meios de transporte e corredores comerciais ao agronegócio; (2) um explícito direcionamento do sistema público de pesquisa agropecuária, manifesto pela reorganização da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA), a operar em perfeita sincronia com empresas multinacionais do agronegócio; (3) uma regulação frouxa do mercado de terras de sorte a deixar de fora do controle público as “terras devolutas”, mais aquelas que declaradamente não cumprem a função social, além de boa parte das auto-declaradas produtivas; (4) a mudança na política cambial, que ao eliminar a sobrevalorização tornaria o agronegócio [...] competitivo junto ao comércio internacional e funcional para a estratégia do “ajustamento constrangido” (DELGADO, 2005, p. 47-48).

Observando-se do lado da agricultura familiar não integrada nas cadeias do agronegócio (fora de uma estratégia tipicamente capitalista), tanto o fluxo como o refluxo da renda da terra aprofundam a distância econômica e social entre o pequeno e o grande produtor rural. Esses movimentos recriam uma virtual economia de subsistência no espaço agrário, tal como ainda aponta o autor.

Observa-se, desde os primórdios, que o deslocamento da agricultura sempre foi impulsionado pelos avanços tecnológicos. Na opinião de Nehmi Filho (2007), os transgênicos são a novidade que deverá desencadear a próxima mudança de local da agricultura no território brasileiro, constatando-se um novo fluxo migratório direcionado aos Estados da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins. Os novos fertilizantes para solos de fertilidade médias e baixas, bem como técnicas mais eficazes de administração, têm proporcionado produtividades acima de qualquer projeção, fazendo com que as margens de lucro dos produtores encolham em diversas regiões produtivas.

Nehmi Filho (2007) ressalta que as condições atmosféricas terão importância cada vez menor na produtividade. Segundo o mesmo autor, a topografia virá em primeiro lugar, seguida da logística, depois a altitude e, em quarto lugar, as condições atmosféricas; por último o solo. Prevê-se que, com menos riscos de variações atmosféricas a oferta e demanda se tornem mais previsíveis e controláveis,

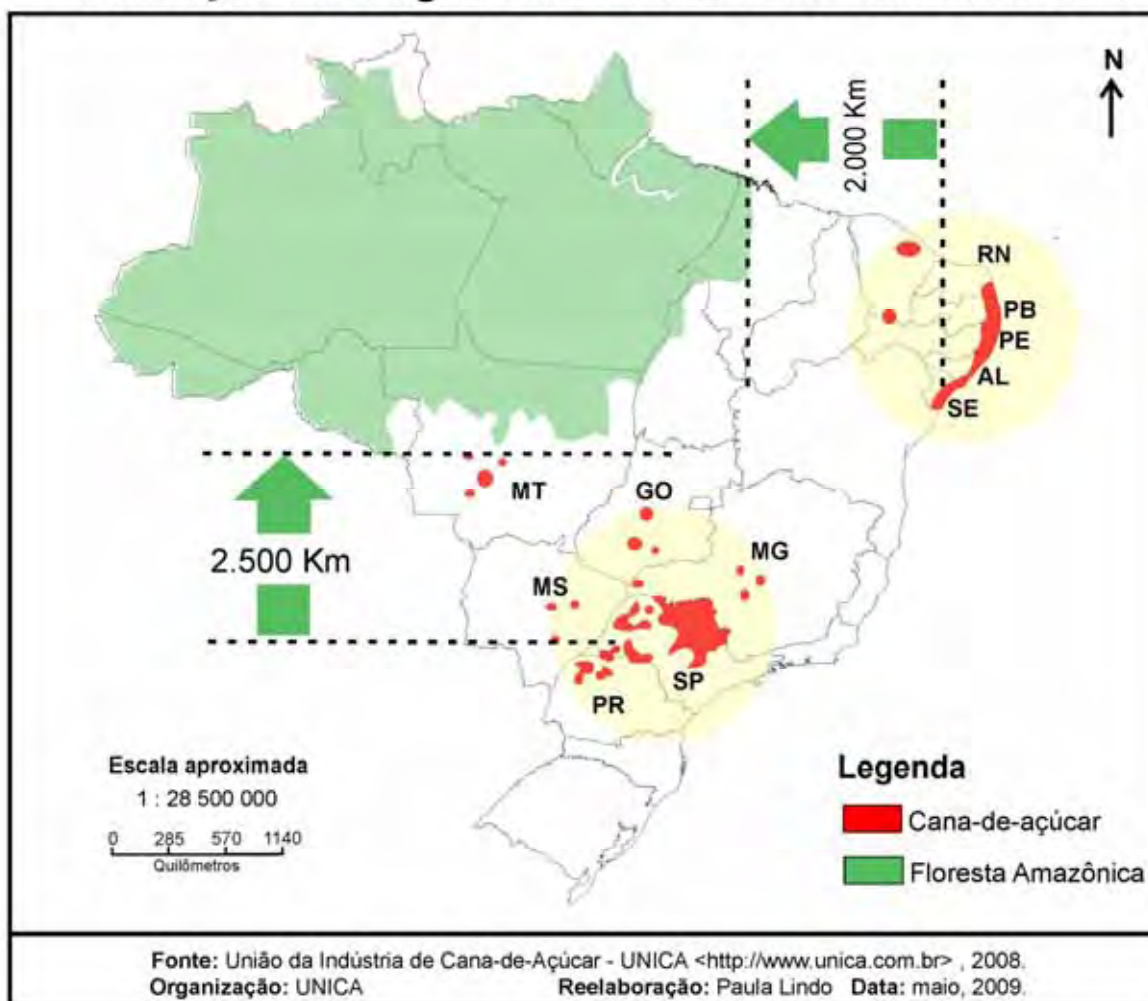
com os preços menos voláteis, o que impulsionará a exploração intensiva da economia de escala. As operações mecanizadas e a logística (recebimento de insumos e distribuição de produtos) determinarão a competitividade.

Diante desse cenário, algumas regiões serão beneficiadas, tornando-se mais competitivas, como os planaltos da Bahia, do Maranhão, do Piauí e do Tocantins em detrimento de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Para que esses três estados da federação revertam essa previsão, terão de investir pesadamente em infra-estrutura de transporte, sobretudo em ferrovias, hidrovias e dutos.

Agroenergia é o insigne do presente, devido às vantagens competitivas que colocam o Brasil na dianteira, em relação inclusive, aos países desenvolvidos. O etanol tem sido discutido em várias reuniões e vários congressos e seminários como uma incógnita ao desenvolvimento regional, e ainda está a reboque da continuidade dos preços do petróleo. Os preços do petróleo não estão atrelados unicamente às reservas, e sim à especulação, sendo o produto altamente sujeito a manobras por parte dos países produtores.

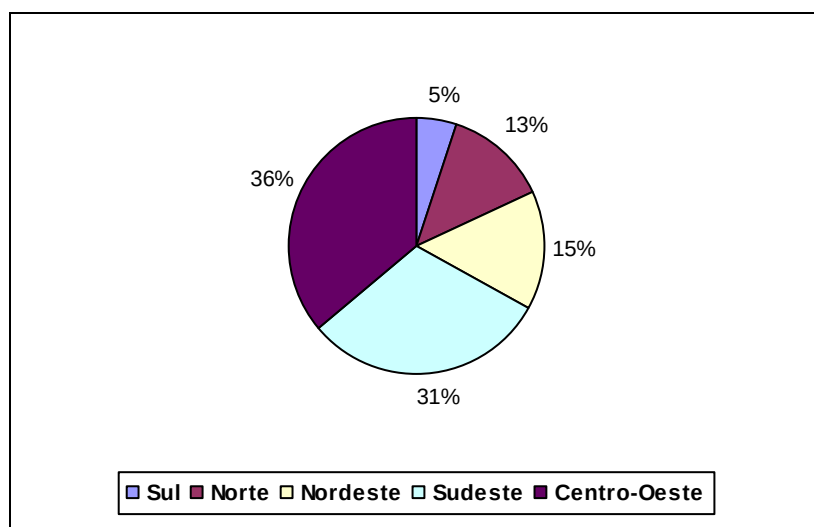
O setor sucroalcooleiro movimenta pouco mais de 2% do PIB nacional, com atividades no Centro-Sul (Mapa 1), no Norte e Nordeste. Pesquisadores do Instituto Agrônomo de Campinas – IAC – quantificaram e qualificaram nove regiões com condições climáticas favoráveis ao cultivo de cana-de-açúcar, sendo as mais produtivas situadas nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Goiás e Paraná.

Localização das Regiões com Maior Potencial Canavieiro



MAPA 1- Localização das Regiões com maior potencial canavieiro

A partir de 2008, com a obrigatoriedade da adição de 2% de biodiesel (obtido de fontes vegetais, como sementes de oleaginosas, e animais como sebo bovino) ao óleo diesel de origem fóssil, o governo brasileiro estima gerar trabalho e renda no campo para 250 mil agricultores familiares, dos 2 milhões existentes (AGRIANUAL IFNP, 2007). O Plano Nacional da Agricultura – PNA –, respeitando o zoneamento agrícola, elegeu a mamona para o Semi-árido por ser resistente à seca, prevendo crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF –, e pesquisa e extensão rural aos agricultores familiares. Dentro do PNA, foi previsto como capacidade produtiva regional de biodiesel: 5% no Sul, 13% no Norte, 15% no Nordeste, 31% no Sudeste e 36% no Centro-Oeste, como mostra o gráfico 1.



Fonte: Instituto iFNP - Agra FNP Pesquisas Ltda

Gráfico 1. Capacidade Produtiva Regional de Biodiesel 2007

Dentre os produtos, além da mamona para o Semi-árido, são previstos para a região Sul o tungue ou nogueira-de-iguape (que pode ser consorciada com pastagem), a linhaça, o nabo forrageiro, o pinhão manso, além da soja¹⁰ e outras tantas. No Norte, o dendê é uma boa opção, além do babaçu, caroço de algodão e caroço de amendoim. O girassol com boa produtividade para Pernambuco e a canola para o Rio Grande do Sul.

Um estudo do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – Cepea – da Escola Superior de Agricultura “Luís de Queiroz” da Universidade de São Paulo – ESALQ/USP –, realizado com base na safra 2004/2005, concluiu que o biodiesel mais barato de se produzir foi identificado como o produzido no Nordeste a partir do caroço de algodão (subproduto).

Enquanto a área de cultivo de grãos é reduzida, a silvicultura tem a sua área ampliada. Pelas pesquisas do Instituto FNP observa-se que a tendência de valorização das terras deixou de ser as de fronteira agrícola e pecuária, passando para as áreas onde estão se desenvolvendo a silvicultura e a produção de combustíveis, sendo de maior potencial para a produção de cana-de-açúcar as

¹⁰ A soja oferece risco devido ao crescimento significativo da bovinocultura de corte em regime mais intensivo, que demandará uma alta produção.

regiões de Presidente Prudente-SP, Rio Verde-GO e Uberlândia-MG. Para a silvicultura foram destacadas as regiões de Imperatriz-MA, Pelotas-RS e Três Lagoas-MS.

A base territorial do agronegócio foi montada a partir de Ribeirão Preto-SP, considerada como a *Capital brasileira do agronegócio* (ROMÃO, 2004). Observa-se a veracidade de tal afirmação através da feira internacional “Agrishow” realizada nessa cidade anualmente, que atrai capital de diversos países.

Romão (2004) destaca a fala do ex-ministro da Fazenda do Governo Lula, Antonio Palocci, em parte de um de seus discursos para embasar tal afirmação:

Em nenhuma outra região do país, o setor do agronegócio é tão desenvolvido como na de Ribeirão Preto, aqui como em nenhum outro lugar, estão organizadas as principais atividades rurais, desde a produção de sementes até a chegada dos produtos ao supermercado, ou seja, temos fazendas produtivas de grãos, de cana-de-açúcar, laranja, café, leite, carnes e outros produtos. Temos indústrias, grandes ofertas de serviços, mãos-de-obra qualificadas, localização estratégica e várias outras vantagens [...]. Ou seja, agronegócio para a gente é assim, uma ótima combinação entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social (PALOCCI apud ROMÃO, 2004, p. 2).

Para Romão (2004, p. 2), “mais do que a voz de uma autoridade ministerial, esse discurso manifesta regiões de poder e de saber e materializa um modo de produzir sentidos sobre o agronegócio. [...] determinada por alianças e acordos políticos com vários partidos e com outros segmentos sociais, que não os trabalhadores”. Acrescentadas ao discurso citado, várias propagandas veiculadas em cadeia televisiva (entendidas muito além de um *marketing* pontual), associam praticamente todas nossas necessidades ao agronegócio, costurando uma imagem poderosa a esse setor. Através do processo de cooptação, atraem-se vozes de sujeitos relacionados à arte, ao esporte, ao mundo do trabalho, à política, à economia para se orquestrar um único dizer, cujo efeito é a valorização do agronegócio. Isso será retomado no capítulo III a partir das entrevistas nas usinas.

Jeffrey D. Sachs, diretor do Instituto da Terra da Universidade Columbia e assessor especial do ex-secretário geral da ONU Kofi Annan para as Metas de Desenvolvimento do Milênio (2005), destaca que os bens vitais que devem estar disponíveis ao ser humano, sem distinção de classe, são denominados bens de mérito, consagrados pelo direito internacional, em especial na Declaração Universal dos Direitos Humanos:

- Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle¹¹.

Para que isso se torne viável, sem o ônus por parte somente do Estado, as atividades agropecuárias devem proporcionar ao homem do campo e às suas comunidades condições técnicas, econômicas e sociais de progresso. Numa visão extensionista, o ser humano deveria ser elevado, com mais altos níveis de renda, educação, saúde, alimentação e habitação, considerando o homem o verdadeiro agente do seu próprio progresso, do bem-estar de sua família e da comunidade a que pertence.

Segundo Batalha (1995), as empresas vêm exercendo influências sobre o meio ambiente que as cerca com o objetivo único de atingir suas metas, posicionando-se com o intuito de obter o máximo de margens de lucro em suas atividades, ao mesmo tempo em que tentam apropriar-se das margens dos outros agentes presentes, para se defender contra as forças da concorrência ou transformá-las a seu favor.

Hespanhol (2007) constata que a expansão da agricultura moderna nas zonas de cerrado do Centro-Oeste, do Norte e do Nordeste do país

está comprometendo biomas do cerrado e agora começa a adentrar a Floresta Amazônica. Isso está provocando a devastação de florestas para a produção direta de soja ou para a criação de gado, já que muitas áreas anteriormente ocupadas pelas pastagens estão cedendo espaço para o plantio da leguminosa e se deslocando em direção às zonas florestadas (2007, p. 191).

Thomaz Júnior (2002), ao analisar a organização política e econômica do capital sucroalcooleiro afirma que:

uma nova orquestração de interesses, baseada numa intrincada articulação de entidades, comparece no cenário organizativo do capital agroindustrial como um todo, em especial quanto às relações com o mundo do trabalho, em substituição às formas tradicionais (corporativas). Assim, a industrialização da agricultura mina o ruralismo como ideologia, ou seja, deixa de representar os anseios expansionistas e os projetos de dominação do capital nesse setor da economia (2002, p. 118).

¹¹ Declaração Universal dos Direitos Humanos, Nações Unidas, Resolução da Assembléia-Geral 217^a (III), 10 de dezembro de 1948, artigo 25.

A forma de associar atividade e território, do ponto de vista econômico e social, principalmente no âmbito da inserção na economia local, é “como se dá a interação e integração das famílias, domicílios, indivíduos ou empresas nas redes econômicas e sociais locais, e nos mercados locais e nacionais” (KAGEYAMA, 1998, p. 538). A mesma autora ainda sugere a inserção das empresas familiares numa economia local via *filière*, ou seja, ligadas a uma cadeia produtiva e conectada a um sistema local via CAIs.

A demanda por produtos agrícolas e pecuários é crescente e se torna um grande desafio para se conciliar a preservação dos ecossistemas e garantir a oferta de alimentos e energia. Deve-se, portanto, buscar um desenvolvimento que consiga harmonizar a eficiência econômica, o equilíbrio ambiental e a equidade social, ou seja, o desenvolvimento através da agricultura sustentável (agricultura orgânica, biodinâmica e natural) adaptável plenamente à agricultura familiar. Permite-se ainda, dentro desses parâmetros, detectarem as disfunções, analisá-las e dar subsídios apropriados à formulação e implementação de uma eficiente política de segurança alimentar no Brasil.

No estudo de Silva e Kageyama (1996), o Estado foi reconhecido como tendo comandado a viabilização do projeto de modernização da agricultura, inclusive do setor sucroalcooleiro, mas, ao mesmo tempo em que viabilizava, não proveu mecanismos compensatórios sobre seus efeitos sociais na estrutura agrária, nos recursos naturais, nos desequilíbrios do abastecimento alimentar, na concentração da renda, nas disparidades regionais e, principalmente, no êxodo rural.

Na microrregião de Dracena, no Oeste Paulista, visualiza-se claramente a dinâmica da plurifuncionalidade advinda das agroindústrias sucroalcooleiras implantadas e em implantação. Nos dez municípios que integram a microrregião, há seis usinas constituídas com extensas áreas de plantio de cana-de-açúcar, na grande maioria em áreas arrendadas, consideradas médias e grandes, e de pastagens.

A prioridade do setor sucroalcooleiro por médias e grandes propriedades tem se dado tanto pela preferência de produção em série como de minimização de custos transacionais. É somente através de marcos divisórios que se percebem as divisas que delimitam uma propriedade de outra.

A demanda por mão-de-obra na região, tanto braçal como especializada, teve uma expansão há muito não percebida, forçando a contratação e conseqüente treinamento (em caso de tratoristas) de familiares e até dos próprios pequenos produtores rurais. Alguns ainda se sujeitam aos serviços braçais no corte da cana. O pequeno produtor se compromete com o trabalho assalariado na agroindústria ou terceirizado, deixando em plano secundário as atividades em sua propriedade, o que as torna menos produtivas.

Diante do exposto e da possibilidade de futuramente ter-se que estudar e apontar novos fatores que afetaram negativamente o desempenho do campo, pergunta-se: como controlar a desenfreada investida do agronegócio no território brasileiro sem um processo de expropriação da agricultura familiar? Essa pergunta é um dos sustentáculos deste trabalho e não se pretende deixá-la em aberto sem fornecer propostas, ainda que modestamente, de viabilização das pequenas propriedades, pelo menos em algumas regiões.

1.3. A internacionalização da agroindústria sucroalcooleira

Atendo-se às novas doutrinas e aos novos acontecimentos político-econômicos (revoluções industriais, ciclos econômicos, neoliberalismo, globalização e/ou mundialização, pactos de poder e os antagonismos gerados desses processos), bem como sobre os pactos políticos e econômicos de poder no Brasil, chega-se ao entendimento da influência dos mesmos na formação estrutural do setor sucroalcooleiro (auto-denominado bioenergético), na fase econômico-financeira atual, envolvendo o paradigma de formação econômica e social provocado pela internacionalização das agroindústrias canavieiras.

A partir de Harvey (1996), pode-se explicar a internacionalização das usinas sucroalcooleiras por meio da crescente organização do capitalismo através da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados e nos processos de trabalho e nos de consumo. Destaca-se ainda que a estrutura financeira global atingiu tal grau de complexidade que se torna difícil para compreensão da maioria das pessoas, principalmente quando se tratam dos novos mercados futuros de mercadorias, de ações (principalmente de aquisições de ativos imobilizados em países emergentes), entre outros aspectos.

Ainda nesse contexto, cabe compreender como se deu o processo de

inserção da atividade sucroalcooleira no Brasil e como se estabelecem as relações entre o capital industrial e os produtores brasileiros.

Engels (1888) transcreve a previsão de globalização feita por Karl Marx em 1845, de que a indústria, nos moldes descritos mais recentemente por Niveau (1969), nivelaria as condições econômicas em todos os países (Inglaterra, Alemanha, França, Estados Unidos etc.) a tal ponto que, onde fossem implantadas, as conseqüências seriam idênticas em vários aspectos.

As concessões à justiça e à filantropia aceleraram a concentração de capital nas mãos de uns poucos e esmagaram os pequenos concorrentes (principalmente no tocante aos mais importantes ramos da indústria) deixando claro que:

a causa da situação miserável da classe operária não devia ser procurada em certos males isolados, mas no próprio sistema capitalista. O operário cede sua força de trabalho ao capitalista em troca de um salário. Após certo número de horas de trabalho, o operário reproduziu o valor desse salário. No entanto, segundo o contrato de trabalho, o operário deve ainda trabalhar umas quantas horas mais, até completar sua jornada. O valor criado pelo operário durante estas horas de trabalho suplementar constitui a mais-valia (MARX, 1845, apud ENGELS, 1888, p. 123).

Braverman (1987) destaca que a Ciência é a última e, depois do trabalho, a mais importante propriedade social a converter-se num auxiliar do capital. Em princípio, o capitalista não tem custo com a Ciência, pois explora o conhecimento acumulado das ciências físicas. Posteriormente, ele manipula a ciência, custeando a educação científica, a pesquisa, os laboratórios etc. com o imenso excedente do produto social pertencente ao seu domínio na forma de rendas de tributos.

Ao se tornar o Brasil independente, a classe subalterna dos senhores de escravos (sob a hegemonia do capital mercantil português) emergiria como classe hegemônica; posteriormente essa posição seria assumida pelo capital mercantil brasileiro dissidente do velho capital mercantil português (RANGEL, 1998). O autor afirma, ainda, que a industrialização brasileira iniciou-se nos anos 1930, em resposta à Grande Depressão Mundial.

Se houve alguma transformação na economia política do capitalismo do final do século XX, cabe destacar que:

São abundantes os sinais e marcas de modificações radicais em processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas

e geopolíticas, poderes e práticas de Estado etc. No Ocidente, ainda vivemos uma sociedade em que a produção em função de lucros permanece como o princípio organizador básico da vida econômica (HARVEY, 1996, p. 117).

Explica Harvey (1996) que a disciplina da força de trabalho envolve mistura de repressão, familiarização, cooptação e cooperação, que devem ser organizados não somente no local de trabalho, mas também na sociedade como um todo, pois abarca o controle social das capacidades físicas e mentais do trabalhador (educação, treinamento, persuasão, mobilização de sentimentos como ética do trabalho, lealdade aos companheiros, orgulho da empresa e da nação) com o objetivo de acumulação de capital em épocas e lugares particulares. Esse processo será discutido no capítulo II no que se refere às mudanças estruturais na MRG de Dracena.

Observa-se esse controle no conjunto de práticas denominadas fordista-keynesianas no período 1945-1973, que entrou em colapso quando os mercados e processos de trabalho se tornaram mais flexíveis, de mobilidade geográfica e de rápidas mudanças de consumo. Mesmo no final do século XIX, houve onda de fusões e formação de *trustes* e cartéis em muitos setores industriais. A separação entre gerência, concepção, controle e execução estava bastante avançada em muitas empresas. Por sua parte, Henry Ford tinha a visão de um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista fortalecendo a idéia, apontada por Harvey (1996, p. 150-151), de que:

A tensão que sempre existiu no capitalismo entre monopólio e competição, entre centralização e descentralização de poder econômico, está se manifestando de modos fundamentalmente novos. Isso, porém, não implica necessariamente que o capitalismo esteja ficando mais “desorganizado”, como sugerem Offe (1985) e Lash e Urry (1987). Porque o mais interessante na atual situação é a maneira como o capitalismo está se tornando cada vez mais organizado através da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos processos de trabalho e nos mercados de consumo, tudo isso acompanhado por pesadas doses de inovação tecnológica, de produto e institucional.

Para Harvey (1996), a organização mais coesa e a centralização implosiva foram possíveis devido primeiramente às informações precisas e atualizadas, consideradas como mercadoria muito valiosa para fazer frente à desenfreada competitividade, às rápidas mudanças de gostos e necessidades e aos sistemas de produção flexíveis e, em segundo e mais importante, à completa reengenharia do sistema financeiro global e à emergência de poderes imensamente ampliados de

coordenação financeira.

Em consequência, tudo isso proporcionou um movimento dual: a formação de conglomerados e corretores financeiros de extraordinário poder global e uma rápida proliferação e descentralização de atividades e fluxos financeiros por meio da criação de instrumentos e mercados totalmente inéditos, o que coloca em risco qualquer economia em caso de uma crise vultosa como a que estamos presenciando na atual conjuntura.

Embora, no bojo do capitalismo, o equilíbrio entre o poder financeiro e o poder do Estado tenha sido sempre delicado, foi o colapso do fordismo-keynesianismo, a partir de 1973, que propiciou o fortalecimento do capital financeiro. A rápida redução de custos de transação fez com que a indústria se tornasse mais independente e sem restrições locais no tocante a fontes de matérias-primas e mercados, dando impulso à nova divisão internacional do trabalho, aos novos princípios de localização e a proliferação de mecanismos de coordenação no interior de corporações transnacionais, também entre diferentes mercados setoriais de produtos e mercadorias. São os casos dos países recém industrializados (NICs), como Hong Kong, Singapura, Taiwan, Coréia do Sul, Hungria, Índia, Egito, Brasil e México, que partiram para incursões nos países capitalistas avançados, numa reformulação locacional da produção industrial no mundo (HARVEY, 1996).

Muitos dos sistemas padronizados de produção baseada em economias de escala, idealizada no fordismo e superados pela produção *just-in-time* baseada em economias de escopo idealizadas pelo toyotismo, foram transferidos para a periferia, ou localidades terceiro-mundistas, com a finalidade da “mais-valia relativa, ou seja, a mudança organizacional e tecnológica posta em ação para gerar lucros temporários para firmas inovadoras e lucros mais generalizados com a redução de custos dos bens que definem o padrão de vida do trabalho” (HARVEY, 1996, p. 174). De certa forma, isso se torna positivo, pois gera uma força de trabalho mais preparada, capaz de compreender, implementar e administrar os novos padrões flexíveis, de tecnologias mais avançadas e orientação de mercado, o que não falta no mercado brasileiro em se tratando do setor sucroalcooleiro, uma vez que, adquirida a flexibilidade, a educação e a mobilidade geográfica, se torna mais difícil o controle pelos capitalistas.

1.3.1. A atuação do capital estrangeiro no setor sucroalcooleiro brasileiro

Com a demanda por combustíveis para veículo automotor fortemente estimulada, Hespanhol (2007) ressalta que:

A adoção de inovações técnicas na agropecuária provocou o aumento de sua dependência em relação a fontes externas de energia, principalmente ao petróleo, já que as atividades agropecuárias passaram a demandar crescentemente máquinas e insumos químicos nos seus processos produtivos, em substituição à energia muscular (humana e animal) e aos adubos orgânicos (HESPANHOL, 2007, p. 188).

Diante de tal perspectiva, emerge o Brasil com vantagens competitivas e portas abertas a aquisições de terras por empresas estrangeiras. Imensas áreas agricultáveis, clima que favorece o plantio durante todo o ano, elite rural com capital historicamente acumulado e disposta a negociar, além da mão-de-obra abundante e barata, confirmam a tríade identificada por Adam Smith, ainda no século XVII, como fatores de produção: terra, trabalho e capital. No caso do etanol, o Proálcool, criado em 1975, mantém *know-how* agrícola e industrial que coloca o Brasil em condições privilegiadas (TABELA 4), em relação à sua produção.

Tabela 4. Comparação de fontes alternativas na produção do etanol

REGIÃO	CULTURA	CUSTO DE PRODUÇÃO (USD/LITRO) ¹²	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA ¹³	PRODUTIVIDADE (LITROS/HECTARE)
BRASIL	Cana-de-açúcar	0,21	8,3	6.000
EUA	Milho	0,27	1,4	3.100
Europa	Beterraba	0,76	1,9	5.000

Fonte: A Energia da Cana-de-Açúcar – ÚNICA (MACEDO, 2005)

A concentração fundiária, nesse caso, é apenas uma questão conjuntural. O capital hegemônico que movimenta o setor sucroalcooleiro, autodenominado bioenergético, na fase econômico-financeira atual, tem favorecido o arrendamento de terras ou a produção pelo sistema de fornecimento de matérias-primas ao invés da imobilização de capital por meio do sistema de compra de terras, como destacado nas entrevistas apresentadas no capítulo III. Sabe-se, no entanto, que se trata de

¹² Valor considerando a cotação de dezembro de 2004: R\$ 2,80.

¹³ Energia renovável produzida / insumo fóssil consumido.

uma condição circunstancial: o interesse muda ao sabor das tendências e estas são ditadas pelos movimentos de reprodução do capital.

Lins e Saavedra (2007) destacam as características históricas da formação do setor, demonstrando que a produção do insumo e a industrialização do mesmo se concentram em torno dos grupos familiares de longa tradição (TABELA 5), embora a produção da primeira etapa do processo produtivo esteja se pulverizando entre grandes, médios e até pequenos produtores independentes.

Tabela 5. Recorte do controle familiar em usinas

FAMÍLIA	USINAS CONTROLADAS	TONELADAS DE CANA PROCESSADA	PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO NACIONAL (%)
Ometto	19	43.653.672	11,4
Biagi	14	31.041.588	8,1
Lyra	10	14.553.192	3,8
Wanderley	4	7.113.895	1,9
TOTAL	47	96.362.347	25,2

Fontes: Ministério da Agricultura, relatórios das empresas e *websites* da UNICA e das usinas relacionadas (2007).

O setor sucroalcooleiro no território brasileiro está organizado em três estágios: a citada produção da matéria-prima (plantação e cultivo); a industrialização do açúcar e do álcool; e a comercialização do produto final. O Brasil detém 35% da produção mundial de etanol e é o maior exportador de açúcar na atualidade na seguinte conjuntura:

Muitas usinas trabalham com os dois produtos, açúcar e álcool, [...] o álcool possui duas variantes básicas, em função da proporção de água presente na mistura final: o álcool anidro, que é utilizado como aditivo à gasolina; e o álcool hidratado, que pode ser utilizado como combustível diretamente nos motores a álcool ou *flexfuel*. O álcool pode ser destinado a diferentes finalidades, como a indústria farmacêutica ou química, mas sua aplicação no setor de transportes vem sendo o grande impulsionador do crescimento do negócio sucroalcooleiro e, por isso, essa classificação se popularizou no mercado (LINS e SAAVEDRA, 2007, p. 7).

Os mesmos autores também destacam que, apesar do movimento de consolidação do mercado, é visível o poder e as forças de barganha entre os *players* que atuam no setor, dificultando análises mais consolidadas, embora as condições comerciais das transações entre os produtores do insumo (cana-de-açúcar) e usinas

são regidas por manuais públicos, monitorados pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool – CONSECANA – regional, com o objetivo de dar transparência econômica às transações comerciais. O valor dessas transações é determinado com base na quantidade de açúcar total recuperado – ATR¹⁴. Ainda esse conselho se responsabiliza pelas relações comerciais entre as empresas da cadeia produtiva, não atingindo a outra extremidade da cadeia de valor: a venda do álcool ao mercado consumidor.

O Brasil tem se empenhado em estabelecer um mercado sólido de negociação de contratos futuros do álcool, com a transformação do mesmo em *commodities*, tanto por pressões do setor quanto da Bolsa Mercantil e de Futuros – BM&F. Tal procedimento faz-se necessário para potencializar o crescimento do mercado internacional de etanol. Especialistas do setor sucroalcooleiro, destacam algumas barreiras impeditivas para tal realização (matéria veiculada pelo Jornal Valor Econômico em agosto/2007), como:

- i) o alto preço do litro, estimulado pela forte demanda no mercado interno;
- ii) as barreiras tarifárias estabelecidas por alguns países como os EUA à importação do etanol brasileiro (US\$ 0,54 por galão¹⁵); e
- iii) a própria regulação, que exige que a venda interna aos postos de consumo seja estritamente por distribuidoras de combustível, impedindo a negociação aberta dos contratos futuros no mercado nacional devido ao grande poder de barganha dessas empresas (LINS; SAAVEDRA, 2007, p. 12).

Parte desses especialistas, em se tratando da competitividade internacional, crê que a abertura total dos mercados, pode criar mecanismos de escoamento do potencial produtivo brasileiro por um lado e, por outro, pressionar o setor a reduzir as margens e os investimentos em políticas de inclusão social e proteção ambiental. Esse comportamento é comum nos mercados de *commodities*, regidos por baixos custos. Outros especialistas são mais otimistas à maior exposição aos mercados internacionais devido à exigência maior, por parte dos mesmos, em relação à sustentabilidade do processo de produção, possibilitando a criação de selos de responsabilidade socioambiental para os produtos que consomem.

¹⁴ Uma representação da quantidade de açúcares contidos na cana (depende da qualidade da planta), admitindo-se uma perda média de 11,0% no processo industrial.

¹⁵ Um galão americano equivale a 3,785411784 litros.

1.3.2. Ampliação das fusões e aquisições de agroindústrias sucroalcooleiras

Em matéria veiculada pelo jornal O Estado de S.Paulo de 23 de dezembro de 2007, pg. B8 e B9, destaca-se o perfil dos novos investidores, frente a nova onda de expansão do setor sucroalcooleiro, que em nada se assemelham aos usineiros que fizeram fama e dinheiro nas décadas passadas. Esses investidores, dispostos a correrem grandes riscos, para embolsar grandes fortunas, compraram nos dois últimos anos dezenas de usinas e deram arrancada em outra série de projetos de produção de etanol no Brasil. Nomes de peso internacional como o húngaro George Soros, o indiano Vinod Khosla, a administradora americana de ativos Wellington Management, os fundos de investimentos Kidd & Company, Stark e Och Ziff Management e o banco Merrill Lynch, entre outros, aportaram no país de olho no futuro promissor do biocombustível.

De acordo com Renée Pereira, jornalista produtor da matéria, cada um desses investidores tem uma estratégia diferente, uns compraram usinas prontas, outros se associaram a produtores locais e outros optaram por novos projetos, outros ainda mesclam as opções. Também o território de atuação é divergente. A criação da empresa Clean Energy Brazil (CEB), um fundo de investimentos com ações negociadas na Bolsa de Londres para investimentos no setor se deu através da aquisição de 49% do Grupo Usaciga, com participação em terminal no Porto de Paranaguá e a construção de mais duas unidades em Mato Grosso do Sul e no Paraná em parceria inclusive com o Grupo Unialco. Por outro lado, os estados do Maranhão, Espírito Santo e Minas Gerais estão recebendo os investimentos dos demais grupos estrangeiros.

As fusões e aquisições envolvendo empresas estrangeiras, sendo que nos anos de 2006/07 foram realizadas 16 transações (11 delas apenas em 2007 – até outubro), demonstram que os investidores querem retorno garantido, com o objetivo de desenvolver o mercado externo de etanol que ainda necessita de abertura, para demandar um volume expressivo de exportação, mas com boa perspectiva de crescimento no mundo devido às altas constantes no preço do petróleo e o combate ao aquecimento global.

O setor sucroalcooleiro está passando por uma mudança estrutural muito grande em se tratando de abertura de capital e da gestão profissional dos negócios. As empresas que desembarcaram no Brasil têm capital aberto, inclusive em seus países de origem, e obedecem a rígidas regras de governança corporativa, cuja

exigência é a transparência na condução dos negócios, principalmente em se tratando da alta participação dos fundos de investimentos e fundos de pensão internacionais investidos nessas aquisições, os quais precisam garantir a rentabilidade de seus cotistas.

Portanto, esse setor deve passar por um longo período de consolidação nos próximos anos em função dessas mudanças. Atualmente em âmbito nacional o setor é formado por 350 usinas em poder de 80 diferentes grupos, grande parte de empresas familiares.

Buscou-se através do discurso sobre o agronegócio entender a dinâmica da agroindústria sucroalcooleira, nos impulsionando a buscar entender a pequena propriedade rural, para tornar possível traçar um paralelo ou uma forma de convivência entre as duas estruturas.

1.4. A pequena propriedade rural – consideração, paralelo e possibilidade de coexistência com o agronegócio

Prado Jr (2007) observa que a origem das pequenas propriedades no Brasil advém da grande propriedade e sofre a ação e influencia da grande exploração, dançando conforme a música, de acordo com seus tropeços ou viravoltas. A colonização do território brasileiro se inicia com a instalação de base fundiária fundamentada na grande propriedade, que, fracionada origina a pequena propriedade. Processo este moroso, ora por partilha sucessória, ora pelo loteamento para a colonização, que tinha por objetivo de se constituir áreas reduzidas que margeassem as grandes propriedades com o intuito de assegurar mão-de-obra permanente para suas lavouras.

Diante da constatação de Prado Jr (2007) de que nossa estrutura agrária é originária do grande latifúndio, cabe destacar que,

[...] seria inteiramente falso imaginar (como pensa um certo sectarismo de esquerda) a possibilidade do desaparecimento desde logo da relação de emprego no trabalho rural, e a transformação instantânea, ou mesmo a curto prazo da massa rural brasileira, em uma coletividade de camponeses pequenos produtores e proprietários. Isto é inimaginável, pois não há no Brasil condições para tanto, nem econômicas e de ordem geral, nem mesmo a necessária habilitação de boa parte da população trabalhadora rural para o exercício, em nível adequado e para a própria elevação de seu nível de vida, de uma atividade autônoma. Falta a essa população, ou em boa parte dela, tradição camponesa semelhante àquela que

encontramos na Europa ou Ásia, e mesmo em algumas populações indígenas da América Latina (PRADO JR, 2007, p.90-91).

Portanto, sendo a economia agrária brasileira estruturada na grande exploração agrária voltada para o mercado, e mais acentuadamente ao mercado externo (situação que se mantém em sua maioria até os dias atuais), vulnerabiliza-se setores onde impera a produção sem escala, ou seja, a pequena propriedade rural. Respaldados nessas comprovações, para proteger e criar condições de existência à pequena propriedade, foi criado o Estatuto da Terra na década de 1960.

O Estatuto da Terra instituído pela lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964 é um marco para se compreender a importância da pequena propriedade para a minimização das desigualdades no campo. No artigo 4º, Inciso II, da referida lei considera-se que: a “**Propriedade familiar** – É o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorada pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e contratação eventual de terceiros”.

Em complemento, a Lei nº 11.326, de 14 de julho de 2006 veio estabelecer as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, e considera em seu Art. 3º ,

“o agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

No Art. 5º , consta que se promoverá o planejamento e a execução das ações, de forma a compatibilizar as seguintes áreas:

- I crédito e fundo de aval;
- II infra-estrutura e serviços;
- III assistência técnica e extensão rural;
- IV pesquisa;
- V comercialização;
- VI seguro;
- VII habitação;
- VIII legislação sanitária, previdenciária, comercial e tributária;
- IX cooperativismo e associativismo;
- X educação, capacitação e profissionalização;

- XI negócios e serviços rurais não agrícolas;
- XII agroindustrialização.

As rápidas mudanças tecnológicas têm impingido os pequenos produtores rurais a adotarem novos mecanismos de aprendizagem e de formação profissional e empresarial. A formação profissional e a mentalidade empreendedora, no entanto, requerem algum nível de instrução, o que a maioria dos pequenos produtores rurais, especialmente os mais idosos, não dispõe.

O grande avanço tecnológico ocorrido nas últimas décadas afetou praticamente todos os setores produtivos. Tal processo foi particularmente penoso aos pequenos produtores rurais, dada a falta de capital próprio e a dificuldade de acesso a financiamentos oficiais para acompanharem as inovações.

O pequeno produtor rural, diante da incerteza e dos novos desafios, sente-se ameaçado, inseguro e dependente das formas pelas quais os consumidores de seus produtos e as empresas que integram os Complexos Agroindustriais – CAIs – operam e se transformam. Alguns dos principais paradigmas vigentes, como as novas tecnologias e a introdução de novas ênfases gerenciais e enfoques administrativos, forçam o remodelamento das rotinas e a resolução de problemas até então considerados insolúveis (exemplo: produção em período de seca).

Brose (1999) destaca que, diante de tal panorama, as intervenções das políticas públicas tornam-se necessárias para a regulação das assimetrias do mercado com o objetivo de assegurar que a agricultura familiar não se transforme em alvo fácil de monopólios e de intermediários que se apropriam do valor agregado da produção. Diante disso é que se pode propor sua união via entreposto, como será explanado no capítulo III.

O poder municipal é o principal ordenador, garantidor e executor de políticas públicas que venham a fortalecer iniciativas que favoreçam o desenvolvimento dos municípios com as características identificadas na MRG de Dracena, conforme destaca Gil (2008). Faz-se necessária a interação de agentes políticos e técnicos com conhecimento para atuar entre a:

[...] complexidade das carências locais e regionais e as limitações dos recursos orçamentários disponibilizados. Dessa interação entre instituições, agentes políticos, corpo técnico e comunidade, podem surgir projetos que consigam aproximar o lugar e o centro do poder. Trata-se, portanto, de projetos que contenham densos significados escalares, superando a visão concêntrica do passado. Em regiões

com demonstrativos desvantajosos, um desenvolvimento regional focado na equidade deve pautar-se na busca de densidades e quando estas não se apresentarem de modo evidente, devem-se construí-las (GIL, 2008, p. 179).

Mesmo quando inexistente uma política agrária explícita, os objetivos e os instrumentos utilizados pela política agrícola influenciam decisivamente a estrutura fundiária. No decorrer da década de 1970, por exemplo, a modernização conservadora da agricultura brasileira provocou o aumento da concentração da posse e da propriedade da terra no Brasil (DELGADO, 2001).

As relações econômicas em padrões capitalistas, que poderiam estabelecer diferenças entre pequena e grande propriedade são abordadas na literatura por Kautsky (1968) e Lenin (1985), entre outros autores.

Kautsky (1968) afirma que, “quanto mais a agricultura se identifica com os padrões capitalistas, tanto mais se diferenciam qualitativamente as diferenças técnicas empregadas pelos grandes estabelecimentos das empregadas pelos pequenos” (1968, p. 135).

Apesar da visão fatalista de Kautsky (1968) e de Lenin (1985) não terem se concretizado, pois os pequenos produtores rurais não foram banidos do processo produtivo, conforme eles previram, essa categoria de produtores enfrenta muitas dificuldades e concorre com os médios e grandes que dispõem de maior volume de capital, padrão tecnológico mais elevado e usufruem do acesso mais fácil ao crédito oficial.

Abramovay (1997, p.74) afirma que,

pequena produção, agricultura de baixa renda ou de subsistência envolvem um julgamento prévio sobre o desempenho econômico destas unidades. Em última análise, aquilo que se pensa tipicamente como pequeno produtor é alguém que vive em condições muito precárias, que tem acesso nulo ou muito limitado ao sistema de crédito, que conta com técnicas tradicionais e que não consegue se integrar aos mercados mais dinâmicos e competitivos. Que milhões de unidades chamadas pelo Censo Agropecuário de “estabelecimentos” estejam nesta condição, disso não há dúvida. Dizer, entretanto, que estas são as características essenciais da agricultura familiar é desconhecer os traços mais importantes do desenvolvimento agrícola tanto do Brasil como em países capitalistas avançados nos últimos anos.

Cabe aos pequenos produtores rurais procurar alternativas econômicas e

sociais que possibilitem a sua reprodução social, conforme enfatizam Hespanhol e Costa (2002). A maior dificuldade dos pequenos produtores rurais reside na comercialização dos seus produtos. Para lhes assegurar renda, faz-se necessário o estabelecimento de políticas públicas que os protejam das adversidades do mercado, principalmente das flutuações do preço dos seus produtos.

A globalização econômica fundamenta-se na competitividade e no aumento da produtividade do trabalho, justificando-se assim a adoção de estratégias produtivas por parte dos pequenos produtores rurais com o intuito de favorecer a sua inserção no mercado. Para tanto, algumas estratégias produtivas já foram adotadas por pequenos produtores rurais de algumas regiões do Sul do país. Brumer (2001) destaca as seguintes estratégias adotadas por pequenos produtores naquela região:

- 1) integração às agroindústrias;
- 2) trabalho externo às propriedades rurais, nos setores de serviços e de transformação semi-industrial ou industrial (pluriatividade);
- 3) modificações nos sistemas de produção, tais como irrigação, construção de estufas, melhoria nas condições de higiene e apresentação dos produtos;
- 4) implantação de pequenas agroindústrias de beneficiamento de produtos agropecuários;
- 5) oferecimento de alguns serviços nas propriedades rurais, a exemplo do turismo rural; e
- 6) desenvolvimento de formas associativas de produção.

Tais estratégias podem ser utilizadas em outras regiões do país. A organização coletiva não é fácil, mas, quando os resultados começam a aparecer, os produtores rurais têm certa facilidade para cooperarem, especialmente nas áreas em que haja o predomínio de pequenos produtores e também no caso dos assentamentos rurais, onde muitos já passaram por experiências de organização coletiva quando da luta para conquista da terra, embora, para algumas regiões, sejam muito desacreditadas as relações associativas.

Fachini *et al* (2006) destacam o sistema de incubadora como forma de organização e que, apesar de incipiente e de difícil concretização em virtude do grande número de unidades produtivas, dos diferentes tamanhos e níveis de investimento e tecnologia, pode se concretizar com a proposta de verticalização do

processo produtivo através da criação de pequenos empreendimentos a jusante das cadeias produtivas para o processo de transformação da matéria-prima.

Na verdade, as maiores dificuldades dos pequenos produtores rurais concentram-se no “antes e depois da porteira”, ou seja, os pequenos produtores rurais pagam mais caro pelos insumos, porque compram pequenas quantidades, e vendem os seus produtos por valores mais baixos, devido ao reduzido volume, além de não disporem dos meios de transporte, ficando, assim, nas mãos dos atravessadores.

A afirmação “plantar nós sabemos, no entanto, enfrentamos dificuldades na comercialização dos nossos produtos” é comum entre os pequenos produtores rurais. Os protestos verbais em relação aos altos preços dos insumos e as dificuldades enfrentadas para a obtenção de financiamento oficial também são comuns.

Gualda (2007), em recente estudo exploratório, demonstra a possível coexistência entre os modelos: “agricultura familiar e o agronegócio”, afirmando a necessidade de tal feito para o desenvolvimento da economia brasileira.

Fundamentado na concepção de que, por um lado, os defensores da agricultura familiar se apóiam na tese de que a economia de escala com a redução de custos inviabiliza o pequeno produtor, devido ao processo caro de modernização e mecanização, e, por outro lado os defensores do setor agro-exportador criticam o direcionamento das políticas públicas à agricultura familiar, que para eles vai comprometer os atuais níveis de inserção internacional da agricultura brasileira, Gualda (2007, p. 10) destaca que “a defesa dos modelos é contaminada por intransigências ideológicas que impedem a construção de uma integração entre os mesmos. Os dois lados procuram reunir argumentos que destacam as vantagens de um sobre o outro, contrapondo os aspectos negativos e positivos de cada um dos modelos” (quadro 1 e 2).

Quadro 1. Vantagens da agricultura familiar sobre o modelo agro-exportador

AGRICULTURA FAMILIAR	MODELO AGRO-EXPORTADOR
Práticas agronômicas ambientalmente mais saudáveis;	Uso intensivo do solo com degradação ambiental;
Regularização fundiária;	Concentração fundiária
Maior eficiência distributiva-melhor distribuição de renda e maior geração de emprego;	Ineficiência distributiva-eliminação de empregos e aumento da pobreza no campo;
Pequena propriedade e redução da migração do campo para cidade;	Domínio do grande capital agroindustrial, impulsionando o êxodo rural;
Produção de alimentos para o mercado interno;	Produção de <i>commodities</i> para o mercado externo;
Menor dependência de insumos industriais;	Uso intensivo de insumos industriais;
Preservação do patrimônio genético.	Utilização de produtos geneticamente modificados.

Fonte: Gualda, Neio L.P. **Agricultura Familiar versus modelo agro-exportador: O falso dilema da não coexistência**. Maringá-Pr. 2007.

Quadro 2. Vantagens do modelo agro-exportador sobre a agricultura familiar

MODELO AGRO-EXPORTADOR	AGRICULTURA FAMILIAR
Capitalista - integrado ao mercado e com capacidade de reprodução;	Subsistência - com dificuldade para reprodução, inserção e integração ao mercado;
Gestão descentralizada e profissionalizada;	Gestão familiar;
Competitivo e com inserção internacional;	Ineficiência produtiva e pouca competitividade;
Produção especializada em alta escala, com custos reduzidos;	Produção diversificada em pequena escala, com custos elevados;
Intensiva em capital e uso de tecnologias modernas, com produtividade elevada.	Intensiva em trabalho e práticas produtivas convencionais, com baixa produtividade;
Forte dinamismo econômico.	Fraco dinamismo econômico.

Fonte: Gualda, Neio L.P. **Agricultura Familiar versus modelo agro-exportador: O falso dilema da não coexistência**. Maringá-Pr. 2007.

Gualda (2007) acredita que devido as desigualdades entre os dois modelos, de características distintas, mas não antagônicas (quadro 3), e por ser a agricultura familiar o segmento de menor capacidade de inserção e competição, esta deva receber tratamento diferenciado através de políticas públicas a ela direcionadas, mas não em detrimento ao modelo agro-exportador. Ressalta que não há evidências de incompatibilidade de coexistência, pois o desenvolvimento de um modelo não ocorre em detrimento do outro, e contrariando as correntes contrárias, a sobrevivência de um não depende do desaparecimento do outro, ainda ressalva que

a divisão dicotômica existente está mais relacionada à disputa pelos dois grupos de interesses quanto ao direcionamento das políticas públicas, do que propriamente à impossibilidade de integração ao mercado por parte de um dos grupos. Esta disputa tem sua origem na histórica falta de comprometimento do Estado para os segmentos mais empobrecidos da agricultura brasileira, que forçou a organização dos movimentos sociais rurais a lutarem pelo reconhecimento de sua importância para o desenvolvimento territorial brasileiro (GUALDA, 2007, p.13).

Dada as evidências, descritas pelo autor, da importância econômica do agronegócio (geração de divisas e desenvolvimento tecnológico) como da agricultura familiar (produção de alimentos e externalidades sociais e ambientais), cabe vencer as barreiras existentes tanto no âmbito ideológico quanto teórico, com o objetivo de ambos os modelos poderem coexistir criando um único modelo de desenvolvimento rural brasileiro, “que contemple uma agricultura integrada ao mercado com políticas públicas diferenciadas para cada realidade distinta” (GUALDA, 2007, p.14).

Quadro 3. Características dos modelos

AGRICULTURA FAMILIAR	MODELO AGRO-EXPORTADOR
Pequena propriedade;	Média e grande propriedade;
Sistema de produção socialmente articulado, com possibilidade de integração ao mercado;	Sistema de produção predominantemente capitalista integrado ao mercado;
Gestão familiar;	Gestão profissionalizada;
Produção diversificada em pequena escala;	Produção especializada em alta escala;
Intensiva em trabalho e práticas produtivas convencionais;	Intensiva em capital e uso de tecnologias modernas;
Maior eficiência distributiva.	Maior eficiência alocativa.

Fonte: Gualda, Neio L.P. **Agricultura Familiar versus modelo agro-exportador: O falso dilema da não coexistência**. Maringá-Pr. 2007.

Encerrando este capítulo, nada melhor que a transcrição de Prado Jr (2007), publicada originalmente na Revista Brasiliense, nº 51, janeiro-fevereiro de 1964, a qual parece retratar os dias atuais:

Não pode ser contestado que nas condições altamente favoráveis do momento presente, tanto no que respeita à situação econômica, social e política geral, como no que se refere à compreensão e ânimo de luta dos trabalhadores rurais brasileiros, a questão agrária marcha muito lentamente na generalidade do País. E continuará assim por muito tempo, até que as forças políticas populares e de esquerda se decidam intervir **acertadamente**¹⁶ no assunto, deixando de lado a estéril agitação por objetivos que se acham no mais das vezes, na situação atual do país e no momento que atravessamos, muito além e mesmo inteiramente fora do realizável, a fim de se concentrarem naquelas tarefas da reforma que efetivamente respondem à sua fase e etapa atuais. Essa é a condição para o apressamento da transformação e renovação da economia agrária brasileira, preliminar necessária do novo Brasil de amanhã que se está construindo (PRADO JR, 2007, p. 172).

Passou-se quase meio século desde esta constatação de Caio Prado Junior e as barreiras ideológicas e teóricas continuam intransponíveis, sem um consenso em benefício não só do agricultor familiar, mas principalmente de toda uma sociedade.

¹⁶ Grifo nosso.

CAPÍTULO II

**"O que o mar sim ensina ao canavial: o avançar em linha
rasteira da onda; o espraiar-se minucioso, de líquido, alagando
cova a cova onde se alonga."**

(João Cabral de Mello Neto).

2- Mudanças Estruturais na Microrregião de Dracena – SP a partir da colonização

2.1 - Delimitação da microrregião de Dracena como área de estudo

Fatores locacionais, agronômicos e sociais apontam o Oeste paulista como a última e vantajosa fronteira estadual para expansão da atividade sucroalcooleira, destacando-se a microrregião de Dracena. Entre os fatores locacionais, a estrutura logística do Estado de São Paulo, favorece o escoamento da produção, tanto para o mercado interno quanto para o mercado externo, aproveitando-se da rede de transporte de armazenamento e do porto de Santos.

Quanto aos fatores agronômicos, destacam-se os solos podzolizados e areníticos, que, apesar da fertilidade mediana, oferecem boas respostas às adubações. Esses solos favorecem também a mecanização agrícola. Topografias planas ou de ondulações suaves, além da estrutura sedimentar, favorecem a mecanização das lavouras. A estrutura fundiária caracteriza-se pelo predomínio de pequenas e médias propriedades rurais (EDR Dracena, 2007), o que poderia contrapor-se à extensão da atividade monocultora. Tal fato, no entanto, é relativizado pelo tipo de exploração econômica, sendo que 70% de suas áreas são ocupadas por pastagens degradadas.

Em se tratando de fatores sociais, a idade média dos agricultores é superior a cinquenta e cinco anos, e a maioria deles recebe aposentadoria de um salário mínimo. Tal realidade reflete-se, sem dúvida, na pouca resistência que esses agricultores representam ao avanço da monocultura canavieira, uma vez que o arrendamento das terras para as usinas possibilita maior rentabilidade que a atual. Destaca-se ainda que grande parte dessas propriedades se encontra subutilizada, com conseqüente insignificância de rentabilidade (GIL, 2008).

No recorte territorial selecionado da microrregião de Dracena estão dez municípios: Junqueirópolis, Dracena, Ouro Verde, Tupi Paulista, Santa Mercedes, Nova Guataporanga, São João do Pau d'Alho, Monte Castelo, Paulicéia e Panorama.

Essa área está localizada no extremo Oeste do Estado de São Paulo. Morfologicamente, faz parte do Planalto Ocidental Paulista, estando situada no extremo ocidental do espigão divisor dos rios Peixe e Aguapeí, próximo de sua confluência com o rio Paraná. No mapa 2, pode-se visualizar a sua localização.



Mapa 2. Localização da Microrregião Geográfica de Dracena

Pelos estudos de Gil (2008), a formação econômico-social da Nova Alta Paulista, em que se localiza a microrregião de Dracena, data das décadas medianas do século XX, vinculada à última “onda” da expansão da cafeicultura no Estado de São Paulo. A colonização predominante foi a do tipo comercial, ocorrida com a venda de lotes fracionados de grandes glebas, adquiridas por particulares ou por empresas loteadoras. Tal dinâmica atraiu inúmeras famílias de colonos pobres, a maioria descendente de imigrantes italianos oriundos das antigas regiões cafeeiras da porção centro-norte do Estado de São Paulo. Na nova região, eles ascenderam à condição de pequenos proprietários (pintura 1)¹⁷.

¹⁷ As obras (impressionistas e cubistas), as quais dão respaldo histórico a este trabalho, são do pintor Fuzinato, cujo nome de registro é Osvaldo Dias Junior, filho de pequeno produtor rural, nascido e criado na área rural no município de Junqueirópolis e hoje se destaca nas grandes metrópoles brasileiras e na Itália. Num breve relato ele se retrata assim: “Bom, eu comecei a desenhar quando era criança, devia ter uns três anos, e o interessante é que eu usava o graveto seco de café para este feito, primeiro eu limpava o solo com as mãos deixando-o como uma folha de papel e somente depois de terminada esta etapa eu desenhava, isto se repetiu na minha vida por toda a infância. Foi a terra o caminho para a arte. Todo o meu trabalho está envolto em meio a agricultura, sendo ela a soma do que sou hoje. A vida no bairro das Duas Barras, em Junqueirópolis, era rica nas cores de sua paisagem, eu tinha um mundo bem particular e ao mesmo tempo vasto para explorar. As pequenas propriedades lembravam



Fonte: Fuzinato. Acervo da Secretaria da Educação de Junqueirópolis-SP.

Pintura 1. A vida em torno do café¹⁸

A estrutura fundiária da microrregião de Dracena apresenta características semelhantes a todo o Oeste paulista, que, via de regra, está consubstanciado no complexo latifúndio *versus* minifúndio. Nessa lógica, ocorre a existência de uma grande quantidade de pequenos estabelecimentos ocupando áreas restritas, ao passo que um pequeno número de grandes estabelecimentos ocupa enormes áreas. Tal estrutura provoca o desperdício de mão-de-obra na primeira situação e de terras na segunda, conforme evidenciado por Prado Júnior (2007).

Problemas de ordem política, econômica, agrônômica e natural, destacados

um pouco as propriedades "européias" que eu estudava nos livros de história, a estrada de terra com suas vegetações era um cenário lindo, a vida na casa de madeira, as lavouras pincelando a paisagem em tons das mais variadas cores, acredito que tudo isto permanecerá em meus quadros, pois pintar para mim é antes de mais nada conhecer sua árvore e cuidar para que esta não morra. Sou responsável por aquilo que acredito, eu acredito no homem do campo, pois vejo neste ainda que esmagado, caráter" (FUZINATTO).

¹⁸ "Este quadro é o retrato do começo da MRG, havendo nele, detalhes importantes de uma cultura herdada dos imigrantes. A construção da casa segue detalhes na arquitetura, principalmente no desenho do quarto da frente e a estrutura da varanda, que são características da arquitetura européia (mediterrâneo), o quarto dos pais sempre à frente é visto como um lugar "santo" e a varanda como uma parte deste todo. O quadro se compõe em uma perfeita harmonia e equilíbrio, o terreiro de secagem do café sempre ao lado da casa, havendo um cuidado sempre que necessário, as crianças sempre apareciam neste meio, aprendendo desde cedo a importância do trabalho" (FUZINATTO).

por Gil (2008) fizeram com que o desenvolvimento socioeconômico dessa área fosse efêmero, com intensa movimentação entre a década de 1940 e final da década de 1960. A problemática mercadológica do comércio internacional do café e as questões geopolíticas em relevo naquele período influenciaram negativamente os preços desse grão. Além disso, a disseminação incontrolável da praga do nematóide foi outro fator que contribuiu para o declínio dessa cultura em todo o Oeste Paulista. Um fator de grande impacto somou-se aos anteriores: a geada de 1975.

A intensidade desse fenômeno natural, num ambiente que já demonstrava sinais de exaustão devido ao manejo inadequado do solo, contribuiu para uma profunda desestruturação do sistema produtivo, com inevitável evasão demográfica em todos os municípios. A esses condicionantes, somam-se os fatores político-econômicos desfavoráveis daquela época, levando à conseqüente descapitalização do segmento rural (BENJAMIN, 1998).

Entre as décadas de 1970 e 1990, essa porção do Estado de São Paulo amargou anos de incertezas, materializadas no avanço da pecuária extensiva de corte (pintura 2), nas tentativas de introdução da fruticultura e, em alguns municípios, na instalação da cultura canavieira. Nas áreas urbanas, predominam as atividades comerciais e de serviços, destacando-se algumas indústrias diversificadas em Dracena e a indústria oleiro-ceramista em Panorama e Paulicéia (SEADE, 2006).



Fonte: Fuzinato. Acervo da Secretaria da Educação de Junqueirópolis-SP

Pintura 2. “O Gado” - A introdução da pecuária na MRG de Dracena¹⁹

Müller (1989) destaca que mesmo as áreas que não foram diretamente afetadas pelo processo modernizante apresentaram transformações em virtude do estabelecimento de um novo padrão de produzir e comercializar a produção agrícola, que influenciou todo o país. Pode-se dizer que esse foi o caso da Microrregião de Dracena. A atividade cafeeira foi expressiva na região até fins da década de 1950 (pintura 3) e, mesmo com o declínio, tal atividade continuou sendo explorada, ainda que com menor intensidade, havendo a expansão de outras culturas agrícolas juntamente com as pastagens que começaram a ganhar espaço, principalmente nas grandes propriedades. Tais transformações do espaço rural da região são reflexos do processo de modernização agrícola, que resultou na reorganização das atividades agropastoris.

¹⁹ “Este quadro permite uma visão do processo evolutivo, quando o gado começou a ser introduzido na MRG, tomando o lugar que antes era da cultura do café já em crise, a pintura mostra um gado não selecionado, nem de corte, nem de leite. Novamente vemos um cenário parecido ao do café, esta busca por uma rentabilidade deixa um rastro em nossa paisagem, os campos de café deram lugar a grandes tapetes verdes e desnudos.” (FUZINATTO).



Fonte: Fuzinato

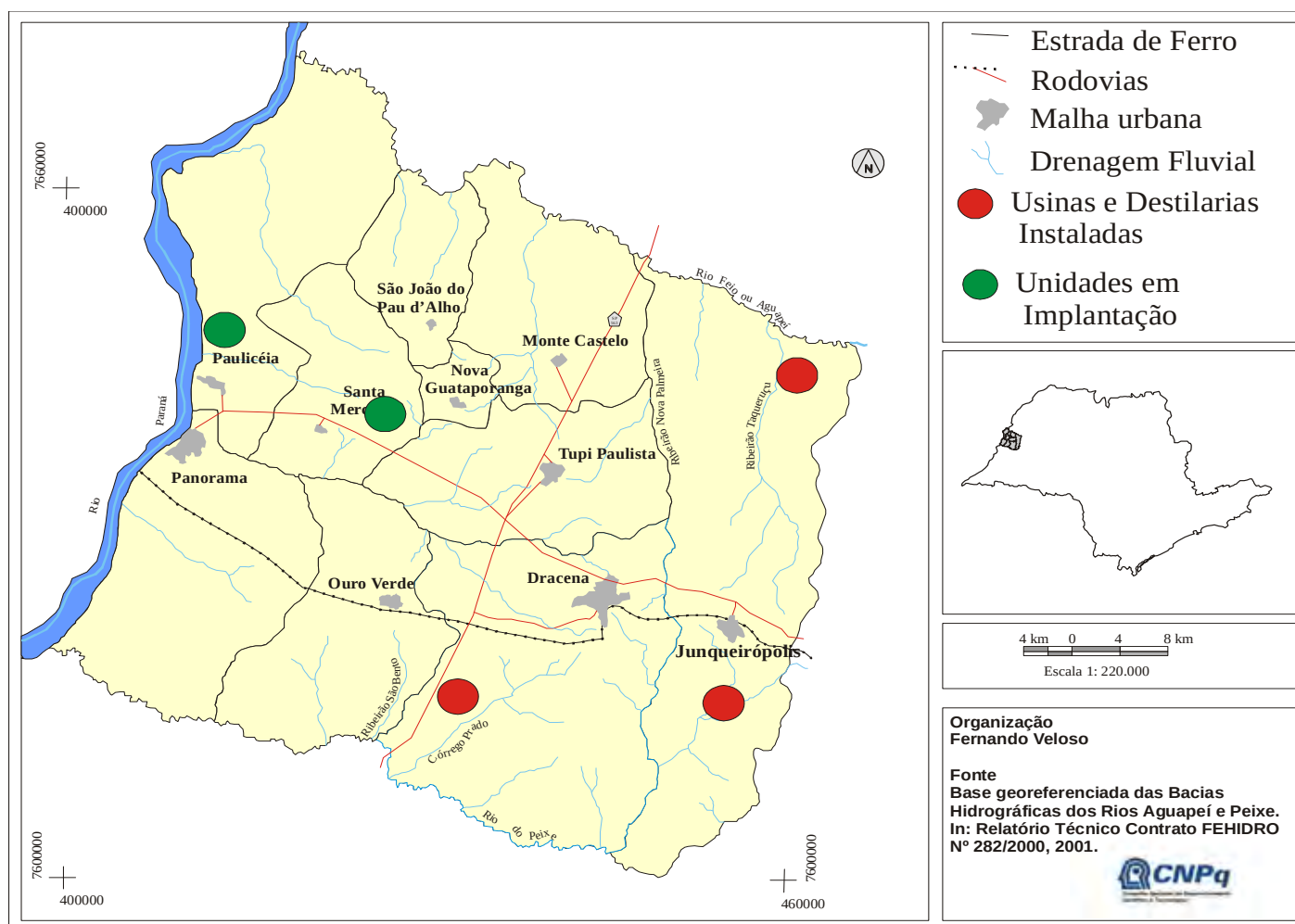
Pintura 3. Cultivo do café²⁰

Desde os anos de 2004 e 2005, no entanto, a cana-de-açúcar voltada à produção de etanol vem conquistando espaço em todos os municípios, com a instalação de cinco novas destilarias, situadas em Junqueirópolis, Dracena, Santa Mercedes, Paulicéia e Panorama. Como Junqueirópolis já possuía uma destilaria desde 1978, seriam seis as que estariam em funcionamento até 2010, num raio de apenas cinquenta quilômetros, não fosse a fusão a ser comentada no capítulo seguinte, visualizadas no mapa 3 a seguir.

²⁰ “Este quadro retrata a cultura do café, em suas etapas de colheita. De maneira rica nas cores, o quadro se mostra dividido em partes, preservando dentro desse equilíbrio geométrico uma ordem, a leitura começa da direita para a esquerda, não respeitando a ordem de escrita da maioria dos países ocidentais que derivam do “latim”, pois, muitas obras de arte ocidentais respeitam a mesma ordem da escrita na sua construção.

A obra mostra o plantio do café de maneira antiga, porém, a maneira de colher ainda é muito parecida, mudando em partes o processo de secagem.

“Vale lembrar a importância desta cultura para a região e ao mesmo tempo algo curioso em relação ao café na nossa região, por ter se tratar de uma cultura “mono”, quando veio a crise no setor quebrou a economia da região. A obra pode ser lida como um alerta em relação ao cultivo da cana de açúcar nos tempos atuais, ou, simplesmente como uma pintura, esta análise depende do repertório de cada um” (FUZINATTO).



Fonte: Fernando Veloso, 2008.

Mapa 3. Localização das Usinas na Microrregião Geográfica de Dracena

O impacto dessa nova atividade motivada pela expansão hegemônica do capital voltado à produção de bioenergia carece de estudos.

2.2 - Estrutura fundiária e ocupação do solo

Com o intuito de demonstrar um comparativo de dados, apresenta-se aqui alguns resultados do Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuária – LUPA – realizado pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI –, levantamento esse que tem por objetivo apresentar a base de dados indispensável à obtenção de estatísticas agrícolas e informações para fins de planejamento em todos os níveis da estrutura da CATI, da Secretaria da Agricultura e Abastecimento e de outras instâncias da administração pública, além de órgãos vinculados à pesquisa no meio rural do Estado de São Paulo. Trata-se de dados referentes à área cultivada, à

população da área rural, à produção agropecuária, além de fornecer informações agrupadas por temas específicos em nível municipal como: tipo de cultura, número de empregados na propriedade, acesso a bens materiais (como computadores) e indicadores de interação nos municípios.

De acordo com o Censo Agropecuário de 1995/96, ocorre o predomínio das áreas ocupadas por pastagens (83,0% da área total), denotando a exploração da atividade pecuária bovina. Contudo, apesar de ocupar grandes dimensões, o valor da produção animal na região era da ordem de 59,0%. As áreas ocupadas pelas lavouras temporárias e permanentes, embora fossem exploradas em áreas reduzidas (10,0% da área total), eram responsáveis por um valor de produção no montante de 41,0%.

No intervalo dos dois últimos censos agropecuários (1995/96 - 2007/08) mais acentuadamente a partir de 2004, vimos a entrada avassaladora da cultura da cana-de-açúcar em todo o Oeste paulista e, particularmente, na região de Dracena (pintura 4). Isso vem ocorrendo de maneira aleatória, sem muitos estudos, sem consulta, sem análise de impactos e sem planejamento prévio.



FONTE: FUZINATTO

Pintura 4. Cana-de-açúcar²¹

Em análise dos dados atuais da microrregião, pode-se observar uma variação da área total das unidades de produção agropecuária – UPAs englobando os dez municípios, de 271.272,0 ha em 1995/96 para 259.804,3 ha em 2007/08, de acordo com os dados do LUPA. Tal redução essa observada nos municípios de Junqueirópolis, Dracena, Santa Mercedes, Monte Castelo e Paulicéia. Esta variação pode ser explicada provavelmente pelo uso de tecnologias mais precisas de medição em função dos georreferenciamentos ou da imprecisão dos levantamentos anteriores.

Observa-se na tabela 6, em referência ao período 1995/96 e 2007/08, que o

²¹ Esta obra retrata todos os passos da cultura canavieira. Mostra no primeiro plano o corte da cana para o plantio e, no segundo plano a cana para industrialização, estando esta queimada, a coloração se apresenta menos verde, ao fundo a cana verde ainda em desenvolvimento rodeando a usina e o caminhão transportando a cana para ser processada. O quadro se divide em vários planos, esses planos separam as diversas etapas no ciclo do produto, no lado direito podemos notar um pouco de pastagem permitindo à obra um contraste. A linha de horizonte corta o quadro separando o céu da terra e permitindo ao leitor deitar os olhos sobre a plantação da cana, fazendo sua reflexão sobre esta paisagem uniforme" (Fuzinato).

número de UPAs era de 4.765 e elevou-se para 5.058 unidades no ano agrícola 2007/08. Ainda observou-se que as UPAs com áreas de até 50 ha representavam 83,8% em 1995/96 do número total, e, em 2007/08, representavam 84,5% no universo de 5.058 UPAs. Houve no período um aumento de 6,9% na quantidade de UPAs de até 50 ha na MRG. O município mais fracionado foi o de Paulicéia, com um aumento de 144,6%, o que pode ser explicado por ter grande faixa de terra margeada pelo Rio Paraná, passível de projetos de condomínios pesqueiros (ranchos de pescas) ou chácaras de lazer.

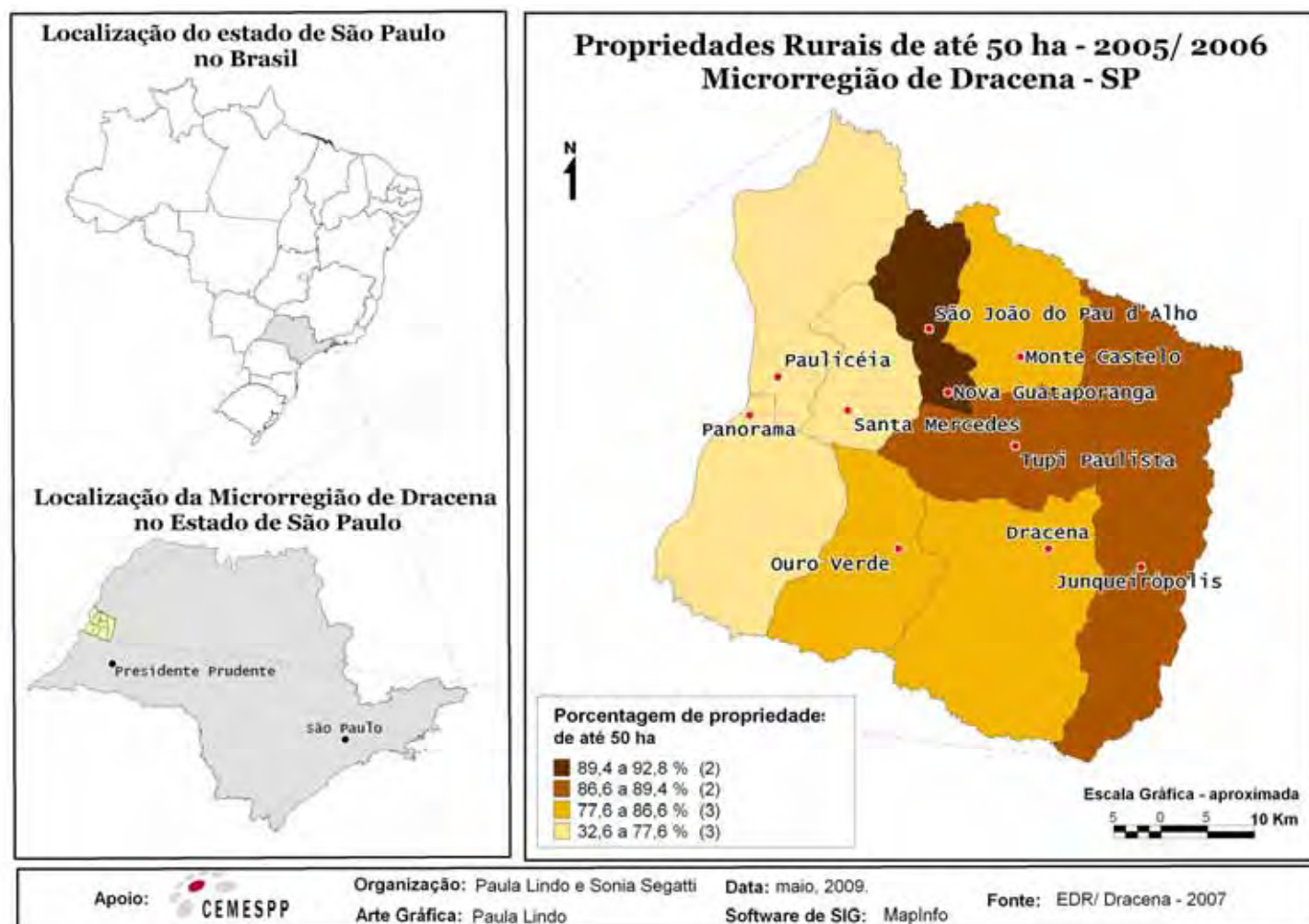
Tabela 6. Área e número de unidades de produção agropecuária - UPAs*

Municípios	Área Total (ha)		Número de UPAS		UPAs até 50 ha		Percentual		% Variação
	(1)		(2)		(3)		(3:2)		
	1995/96	2007/08	1995/96	2007/08	1995/96	2007/08	1995/96	2007/08	(3)
Junqueirópolis	52.880,6	52.301,3	1.238	1.198	1.072	1.019	86,6%	85,1%	-4,9
Dracena	45.739,1	45.247,5	1.027	1.024	886	872	86,3%	85,2%	-1,6
Ouro Verde	26.636,2	26.857,2	321	346	249	267	77,6%	77,2%	7,2
Tupi Paulista	23.526,7	24.961,0	785	925	695	841	88,5%	90,9%	21,0
Santa Mercedes	16.271,7	16.121,0	190	204	123	144	64,7%	70,6%	17,1
Nova Guataporanga	3.746,0	3.901,5	166	165	154	152	92,8%	92,1%	-1,3
São J.do Pau D'Alho	13.418,2	9.729,1	227	268	203	245	89,4%	91,4%	20,7
Monte Castelo	25.431,2	22.190,7	483	466	402	393	83,2%	84,3%	-2,2
Paulicéia	32.167,0	26.299,3	124	235	74	181	59,7%	77,0%	144,6
Panorama	31.455,3	32.195,7	204	227	137	158	67,2%	69,6%	15,3
TOTAL DA MRG	271.272,0	259.804,3	4.765	5.058,0	3.995	4.272	83,8%	84,5%	6,9

Fonte de dados: Secretaria de Agricultura e Abastecimento- CATI/IEA Projeto LUPA 1995/06-2007/08

* Conjunto de propriedades agrícolas contíguas e pertencente ao(s) mesmo(s) proprietário(s).

Portanto, vimos que na MRG houve mudanças na estrutura fundiária, com a variação de 6,9% e que diante do atual cenário, cujos resultados estão sendo amargos para os produtores, torna-se difícil a tendência de concentração de terras.



Mapa 4. Concentração e localização de propriedades até 50 ha por município da MRG

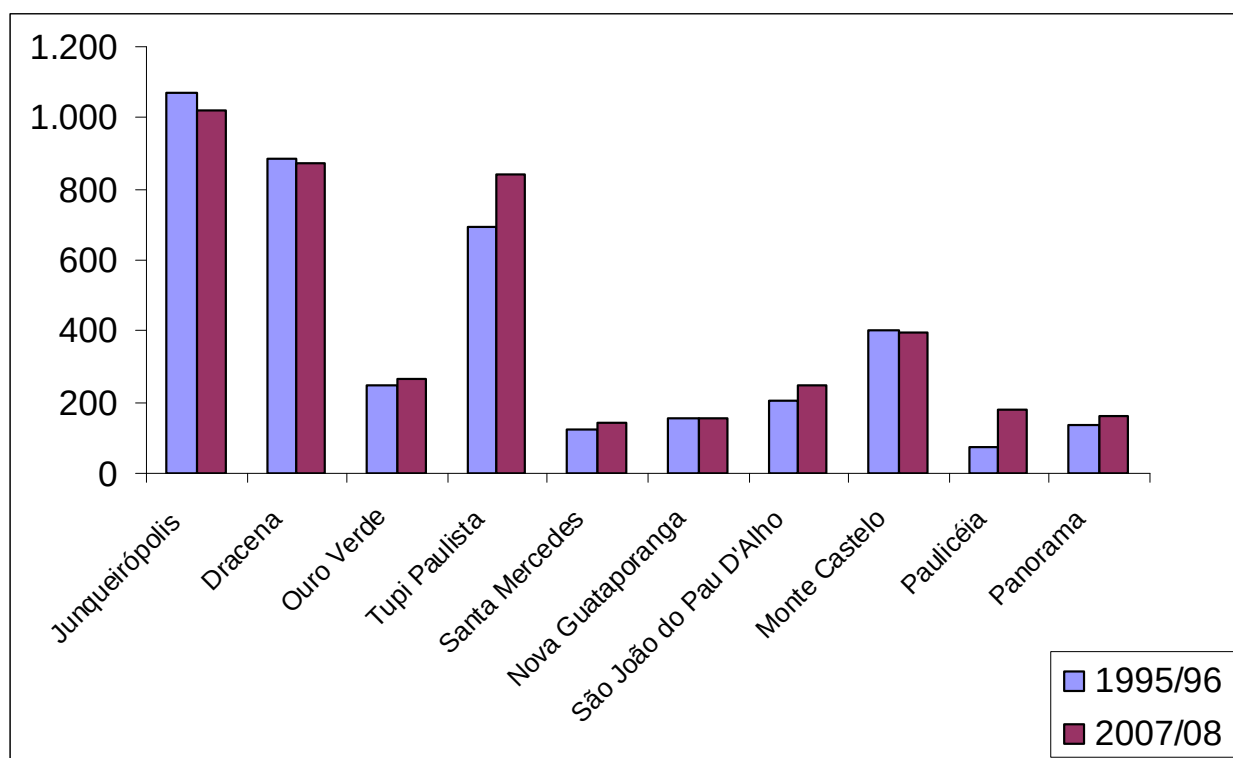
A estrutura fundiária por município apresentou variação tanto de área quanto em número de UPAs. Na tabela 7, os dados são apresentados em escala, para se entender que a microrregião tem forte agrupamento de áreas menores, embora haja contradição em virtude da maior quantidade de área estar concentrada em UPAs com áreas superiores a 100 hectares.

Tabela 7. Estrutura fundiária – microrregião de Dracena-SP – 2007/08

CIDADE	Hectares	Nº UPAS	%	Área Ha	%
JUNQUEIROPOLIS	até 20 ha	737	61,52	6.726,7	12,86
	de 20 a 50	282	23,54	8.734,2	16,70
	de 50 a 100	83	6,93	5.926,3	11,33
	de 100 a 500	83	6,93	16.995,2	32,49
	acima de 500	13	1,09	13.918,9	26,61
	Total.....	1.198	100,00	52.301,3	100,00
DRACENA	até 20 ha	729	71,19	5.446,3	12,04
	de 20 a 50	143	13,96	4.621,4	10,21
	de 50 a 100	69	6,74	4.689,8	10,36
	de 100 a 500	70	6,84	16.198,1	35,80
	acima de 500	13	1,27	14.291,9	31,59
	Total.....	1.024	100,00	45.247,5	100,00
OURO VERDE	até 20 ha	182	52,60	1.734,7	6,46
	de 20 a 50	85	24,57	2.635,5	9,81
	de 50 a 100	27	7,80	1.973,9	7,35
	de 100 a 500	41	11,85	10.131,1	37,72
	acima de 500	11	3,18	10.382,0	38,66
	Total.....	346	100,00	26.857,2	100,00
TUPI PAULISTA	até 20 ha	629	68,00	5.932,9	23,77
	de 20 a 50	212	22,92	6.527,7	26,15
	de 50 a 100	55	5,95	3.673,5	14,72
	de 100 a 500	25	2,70	4.086,9	16,37
	acima de 500	4	0,43	4.740,0	18,99
	Total.....	925	100,00	24.961,0	100,00
SANTA MERCEDES	até 20 ha	79	38,73	858,5	5,33
	de 20 a 50	65	31,86	2.149,0	13,33
	de 50 a 100	22	10,78	1.700,9	10,55
	de 100 a 500	33	16,18	6.051,1	37,54
	acima de 500	5	2,45	5.361,5	33,26
	Total.....	204	100,00	16.121,0	100,00
N.GUATAPORANGA	até 20 ha	109	66,06	842,7	21,60
	de 20 a 50	43	26,06	1.333,2	34,17
	de 50 a 100	6	3,64	431,2	11,05
	de 100 a 500	7	4,24	1.294,4	33,18
	Total.....	165	100,00	3.901,5	100,00
S.J. PAU D´ALHO	até 20 ha	192	116,36	1.736,0	17,84
	de 20 a 50	53	32,12	1.816,2	18,67
	de 50 a 100	9	5,45	626,0	6,43
	de 100 a 500	12	7,27	2.040,0	20,97
	acima de 500	2	1,21	3.510,9	36,09
	Total.....	268	162,42	9.729,1	100,00
MONTE CASTELO	até 20 ha	265	56,87	2.576,3	11,61
	de 20 a 50	128	27,47	3.946,9	17,79
	de 50 a 100	37	7,94	2.548,5	11,48
	de 100 a 500	30	6,44	5.758,7	25,95
	acima de 500	6	1,29	7.360,3	33,17
	Total.....	466	100,00	22.190,7	100,00
PAULICEIA	até 20 ha	121	51,49	1.273,5	4,84
	de 20 a 50	60	25,53	1.659,6	6,31
	de 50 a 100	8	3,40	600,2	2,28
	de 100 a 500	32	13,62	8.483,7	32,26
	acima de 500	14	5,96	14.282,3	54,31
	Total.....	235	100,00	26.299,3	100,00
PANORAMA	até 20 ha	102	44,93	926,9	2,88
	de 20 a 50	56	24,67	1.880,6	5,84
	de 50 a 100	20	8,81	1.440,3	4,47
	de 100 a 500	32	14,10	7.449,5	23,14
	acima de 500	17	7,49	20.498,4	63,67
	Total.....	227	100,00	32.195,7	100,00
TOTAL	até 20 ha	3.145	62,18	28.054,5	10,80
	de 20 a 50	1.127	22,28	35.304,3	13,59
	de 50 a 100	336	6,64	23.610,6	9,09
	de 100 a 500	365	7,22	78.488,7	30,21
	acima de 500	85	1,68	94.346,2	36,31
	Total.....	5.058	100,00	259.804,3	100,00

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento- CATI/IEA Projeto LUPA -2007/08

As justificativas da desconcentração da estrutura fundiária regional podem ser explicadas pelos desmembramentos por herança e venda fracionada de propriedades. Quando se observa tal fenômeno (gráfico 2) nos dá alento e, ao mesmo tempo, preocupação em relação à procura por mais áreas pelas usinas, podendo-se chegar às pequenas UPAs.



Fonte de dados: Secretaria de Agricultura e Abastecimento- CATI/IEA Projeto LUPA 1995/06-2007/08

Gráfico 2. Total de UPAs até 50 ha por município na MRG – anos 1995/96 – 2007/08

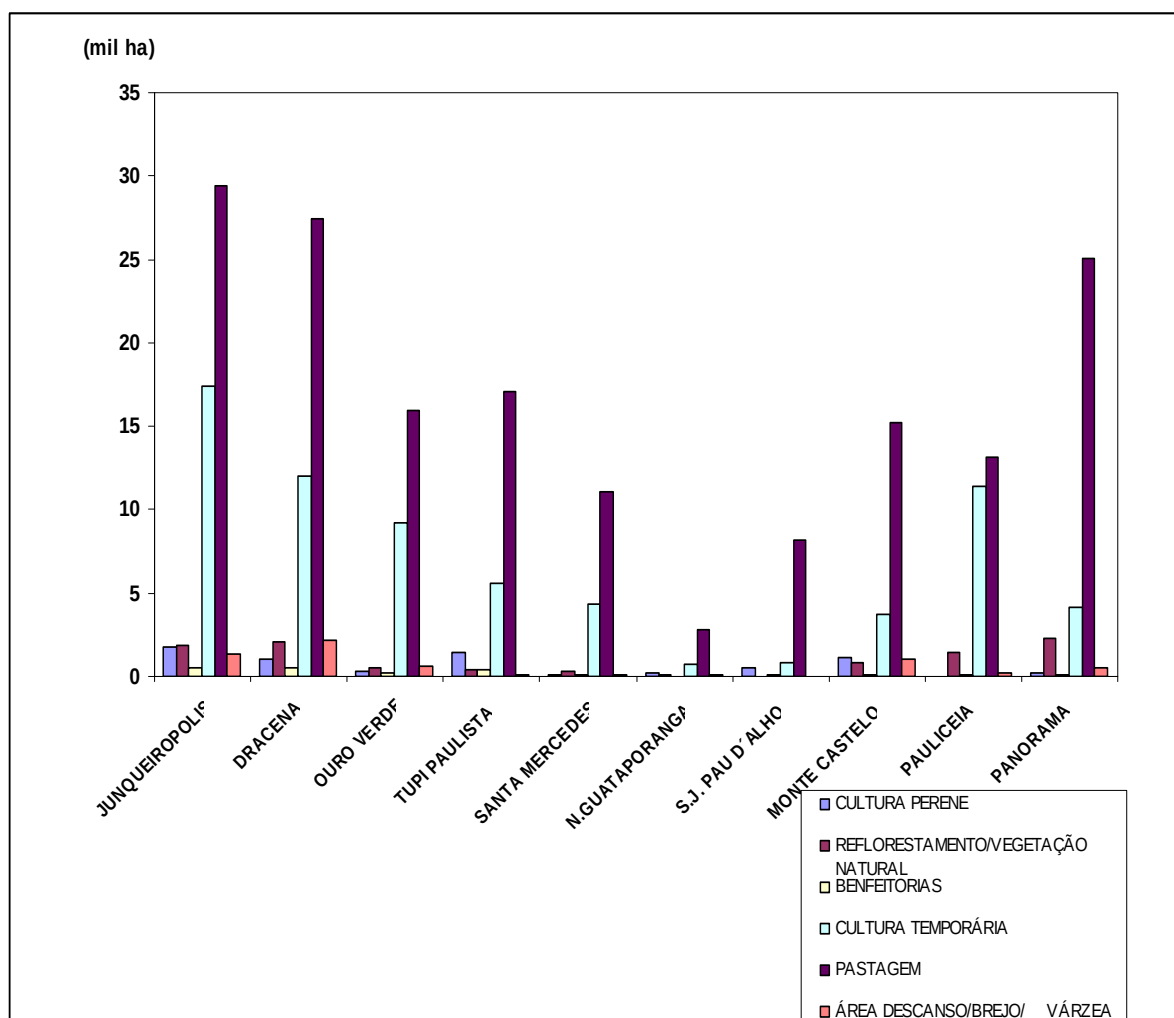
Observa-se uma concentração de áreas maiores nos municípios de Junqueirópolis, Dracena e Monte Castelo. Os municípios que mais desconcentraram foram: Tupi Paulista, Ouro Verde, Santa Mercedes, São João do Pau d'Alho, Paulicéia e Panorama. Somente em Nova Guataporanga não houve alteração.

No gráfico 3, quando se analisam os dados de 2007/08, verifica-se a atual ocupação do solo nas UPAs, ficando claramente demonstrado que a pecuária ainda impera na microrregião, com nada menos que 165.334,6 ha, representando 63,6 % da área total de 259.804,3 ha.

As culturas perenes, entre elas o café, o eucalipto e a seringueira, representam 2,59% da área total, ou seja, 6.718,5 ha plantados. Já as culturas temporárias, como o milho, o algodão, o amendoim, incluindo-se também a cana-de-açúcar – que é considerada, pela CATI, como lavoura temporária –, e outras, perfazem a área de

69.463,3 ha, ou seja, 26,7%. Chama a atenção neste dado que a cana-de-açúcar ocupa 66.696,1 ha. Em reflorestamento, mais precisamente Reserva Legal, a região detém 1.719,5 ha, ou menos de 1% da área total (0,66%), quando a legislação define que seja de 20%, embora o levantamento detecte 8.121,5 ha (3,13%) de vegetação natural, mas não necessariamente entendida como reserva legal, pois parte dessa área ainda é usada como pastagem, ainda não averbada em cartório.

As benfeitorias somam 2.254,6 ha (0,87%), o que os técnicos da CATI chamam de área complementar. Em área de descanso detectaram 1.445,9 ha (0,56%) e, em brejos e várzeas, foram encontrados 4.746,4 ha (1,83%), considerada como área de preservação permanente.



Fonte de dados: Secretaria de Agricultura e Abastecimento- CATI/IEA Projeto LUPA 2007/08

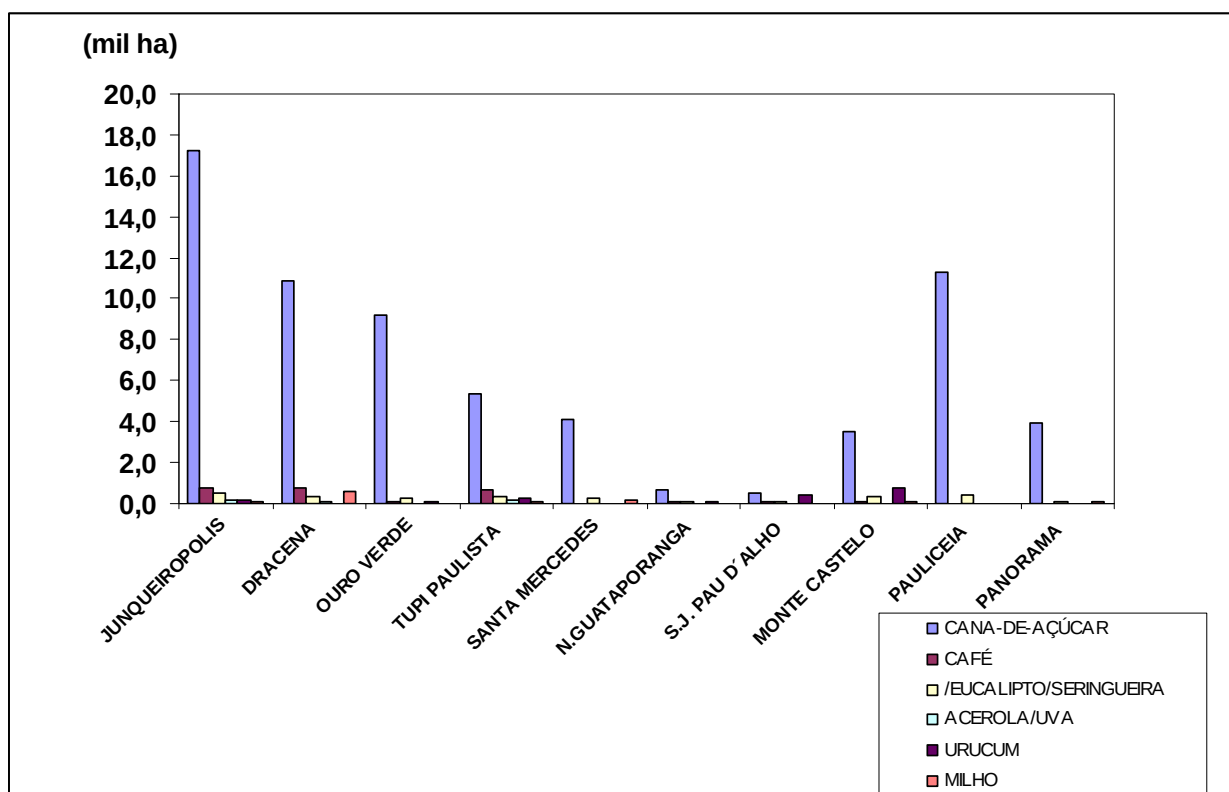
Gráfico 3. Ocupação do solo na MRG em 2007/08 (em mil ha).

Dentre as áreas aproveitáveis (excluindo-se benfeitorias, áreas em descanso, brejo e várzea) no sentido de produção agropecuária regional, foram selecionadas as

mais representativas para compor o gráfico 6. A análise que se faz é de que a cana-de-açúcar predomina entre as lavouras, perfazendo a área total de 66.696,1 ha, representando 26,5% da área aproveitável. Junqueirópolis, devido às duas usinas em operação e por ser o município de maior área, é o maior plantador de cana-de-açúcar, com uma área de 17.204,9 ha, seguido de Paulicéia, com 11.335,0 ha, devido à atuação da Usina Caeté. Na terceira posição fica Dracena com 10.861,5 ha, que fornece cana-de-açúcar tanto para a Usina Dracena, quanto para a Usalpa em Junqueirópolis, devido à proximidade. Ouro Verde detém a quarta posição com 9.192,0 ha em virtude da proximidade com a Usina Dracena. Observa-se assim que somente Nova Guataporanga, São João do Pau d'Alho, Monte Castelo e Panorama não apresentaram grande expansão das áreas de cultivo de cana-de-açúcar.

O café, que ainda é representativo como cultura, ocupa uma área de 2.563,9 ha (1,02%). O eucalipto e a seringueira ocupam 2.638,3 ha (1,05%), seguido da cultura do milho com 1.236,3 ha (0,49%).

As lavouras mais representativas cultivadas pela agricultura familiar na MRG são a acerola, a uva e o urucum, cujos plantios estão mais concentrados no município de Junqueirópolis, onde anualmente se faz uma feira denominada ACERUVA. Também os municípios de Dracena e Tupi Paulista são representativos na produção de uva. Enquanto as culturas de uva e acerola, em conjunto, somam 465,3 ha (0,19%), o urucum está plantado em 1.704,8 ha (0,68%), cuja área maior se encontra no município de Monte Castelo, seguido de São João do Pau d'Alho, Tupi Paulista, Junqueirópolis e Ouro Verde (gráfico 4).



Fonte de dados: Secretaria de Agricultura e Abastecimento- CATI/IEA Projeto LUPA 2007/08

Gráfico 4. Ocupação do solo com lavouras nas UPAs – 2007/08

A expansão da área cultivada com lavouras de cana-de-açúcar entre 1996/96 e 2007/08 na MRG de Dracena foi de 1.355,5% (tabela 8). Na safra 1995/96, a área era de 4.920,6 ha (contando com os plantios não comerciais) e evoluiu para 66.696,1 ha na safra 2007/2008. Percebe-se, analisando as variações absolutas, que Junqueirópolis cedeu mais terras para a lavoura canavieira que os demais municípios, seguido de Paulicéia, Dracena e Ouro Verde. Observado pelas variações relativas o impacto foi maior para Paulicéia, seguido de Ouro Verde. Junqueirópolis teve um percentual pequeno quando comparado aos demais municípios, em virtude de já atender a Usalpa na safra 1995/96.

Tabela 8. . Evolução das áreas de plantio de cana-de-açúcar da MRG de Dracena

Municípios	1995/96 (A)	2007/08 (B)	Variação absoluta (B-A)	Variação relativa (B:A)
Junqueirópolis	2.796,5	17.204,2	14.407,7	615,20%
Dracena	837,3	10.861,5	10.024,2	1.297,21%
Ouro Verde	82,5	9.192,0	9.109,5	11.141,82%
Tupi Paulista	189,8	5.337,7	5.147,9	2.812,28%
Santa Mercedes	782,8	4.085,8	3.303,0	521,95%
Nova Guataporanga	32,6	697,9	665,3	2.140,80%
São João do Pau D'Alho	19,3	503,2	483,9	2.607,25%
Monte Castelo	95,0	3.528,0	3.433,0	3.713,68%
Paulicéia	31,6	11.335,0	11.303,4	35.870,25%
Panorama	53,2	3.950,8	3.897,6	7.426,32%
TOTAL DA MRG	4.920,6	66.696,1	61.775,5	1.355,45%

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento- CATI/IEA Projeto LUPA -1995/96 e 2007/08

Foram recenseadas outras lavouras menos representativas em termos de área como: feijão, algodão, amendoim, banana, abóbora, abacate, aspargo, bucha, coco, lichia, limão, jabuticaba, jaca, mandioca, mamona, macadâmia, fruta do conde, maracujá, quiabo, maxixe, mandioquinha, manga, melancia, palmito, pupunha, tangerina, pimenta, morango, tomate e hortaliças.

Cabe destacar as culturas e criações afetadas pela introdução da cana-de-açúcar, como no caso da pecuária, cuja tabela 9 mostra a ocupação da bovinocultura nos dez municípios da referida MRG, demonstrando que **não** houve ampliação da produtividade, ou seja, quando o índice de lotação (cabeça/hectare) que girava em torno de 1,35 cab/ha, evoluiu para apenas 1,39 cab/ha. Observa-se que a área de pastagem diminuiu 26,2% e o número de cabeças 23,9%. Esperava-se, e muitos acreditavam que os investimentos em tecnologia direcionada ao aumento da produtividade, com melhoria nas pastagens e adoção de técnicas de manejo mais intensivas, fosse aumentar o índice de lotação.

Cabe aqui ressaltar que a cultura canavieira ocupou este espaço e 58.650,3 ha de pastagens e 3.125,2 ha das lavouras, para perfazer o avanço de 61.775,5 ha conquistados nesse período.

Tabela 9. Efetivo bovino e área de pastagens nas UPAs – MRG Dracena-1995/06 e 2007/08

PÉCUÁRIA	1995/96					2007/08					VARIAÇÃO
	Gado de Corte	Gado de Leite	Total Cab.	Área Pastagem Ha	Lotação Pasto Cab/ha	Gado de Corte	Gado de Leite	Total Cab.	Área Pastagem Ha	Lotação Pasto Cab/ha	Lotação Pasto Cab/ha
JUNQUEIROPOLIS	60.941	1.141	62.082	41.911,7	1,48	42.324	804	43.128	29.368,4	1,47	-0,01
DRACENA	54.576	175	54.751	37.377,8	1,46	42.773	665	43.438	27.453,3	1,58	0,12
OURO VERDE	27.163	1.057	28.220	22.896,3	1,23	21.458	326	21.784	15.959,3	1,36	0,13
TUPI PAULISTA	28.616	2.908	31.524	19.187,5	1,64	19.470	223	19.693	17.042,6	1,16	-0,49
SANTA MERCEDES	17.319	378	17.697	13.964,9	1,27	12.725	512	13.237	11.101,6	1,19	-0,07
N.GUATAPORANGA	4.589	597	5.186	3.002,8	1,73	4.105	45	4.150	2.791,0	1,49	-0,24
S.J. PAU D'ALHO	15.042	32	15.074	10.674,1	1,41	8.832	1.090	9.922	8.224,4	1,21	-0,21
MONTE CASTELO	28.306	301	28.607	20.325,3	1,41	21.670	230	21.900	15.229,8	1,44	0,03
PAULICEIA	24.597	1.074	25.671	27.854,3	0,92	23.883	422	24.305	13.119,4	1,85	0,93
PANORAMA	30.544	2.124	32.668	26.790,6	1,22	27.617	240	27.857	25.044,8	1,11	-0,11
TOTAL	291.693	9.787	301.480	223.985,3	1,35	224.857	4.557	229.414	165.334,6	1,39	0,04

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento- CATI/IEA Projeto LUPA -1995/96 e 2007/08

Em relação aos recursos humanos nas UPAs da MRG, destaca-se, com respeito à mão-de-obra temporária, quando se trata de trabalhadores nos canaviais, que tem sido comum o registro em carteira, embora não seja permanente. Observa-se, na tabela 10, que Junqueirópolis é o município que mais emprega esse tipo de trabalhador temporário por ser o que detém maior produção canavieira e de acerola e uva que utilizam esse tipo de trabalho, culturas essas que necessitam de tratamentos culturais e colheita em períodos variados do ano agrícola. Também se observa que Monte Castelo é o segundo usuário de trabalhadores temporários, justificado pelo plantio de urucum, que, como a acerola e a uva, tem seus tratamentos culturais e sua colheita em período anual reduzido. No universo de 5.058 UPAs, 24,1% ou 1.220 unidades se utilizam desse tipo de mão-de-obra na MRG.

Quanto à mão-de-obra fixa ou permanente, como é denominado pelos técnicos da CATI, pode-se dizer que 23,5% das UPAs existentes na MRG têm trabalhadores com vínculo empregatício, totalizando um contingente de 2.262 funcionários, muitos deles inclusive com residência fixa nas propriedades. Junqueirópolis continua na dianteira em relação a esse tipo de vínculo, onde se pode observar que, de um total de 1.198 UPAs do município, 828 empregam trabalhadores assalariados. Dracena e Tupi Paulista também têm um contingente de mão-de-obra fixa bastante significativo. Os municípios que menos empregam são: Nova

Guataporanga, São João do Pau d'Alho e Santa Mercedes, o que se justifica pelo alto índice que esses municípios detêm de familiares que trabalham nas UPAs.

No levantamento, foi detectado que 6.364 pessoas, entre produtores e familiares, trabalham diretamente nas UPAs da MRG (TABELA 10). 83,2% das propriedades, ou seja, 4.209 UPAs têm a mão-de-obra vinculada ao produtor familiar, sem registro. Junqueirópolis continua na dianteira, com 98,7% das UPAs geridas por familiares, seguida de Tupi Paulista, cujos familiares conduzem 97,7% de suas UPAs, em virtude da diversificação de culturas e do alto índice de UPAs com área até 50 ha.

Tabela 10. Ocupação de mão de obra nas UPAs – MRG Dracena – 1995/06 – 2007/08

Tabela 10: Ocupação de mão de obra nas UPAs - MRS Dracena - 1999/00 - 2007/08									
M.OBRA	M.OBRA					TRABALHADOR			Qtde
	TEMPORÁRIA		FAMILIARES			PERMANENTE			
	Dias/	Qtde		Qtde			Qtde		UPAs por Município
MUNICÍPIO	homem	UPAs	Unid.	UPAs	% *	Unid.	UPAs	% *	
JUNQUEIROPOLIS	270.217	392	1.956	1.183	98,75	828	242	20,20	1.198
DRACENA	25.982	219	919	627	61,23	539	327	31,93	1.024
OURO VERDE	8.633	73	304	229	66,18	124	95	27,46	346
TUPI PAULISTA	1.079	190	1.381	904	97,73	268	174	18,81	925
SANTA MERCEDES	7.406	32	210	165	80,88	83	51	25,00	204
N.GUATAPORANGA	4.187	42	179	155	93,94	28	22	13,33	165
S.J. PAU D'ALHO	1.771	34	349	251	93,66	58	50	18,66	268
MONTE CASTELO	35.217	137	667	415	89,06	126	80	17,17	466
PAULICEIA	6.216	45	231	134	57,02	87	59	25,11	235
PANORAMA	9.970	56	168	146	64,32	121	90	39,65	227
TOTAL	370.678	1.220	6.364	4.209	83,21	2.262	1.190	23,53	5.058

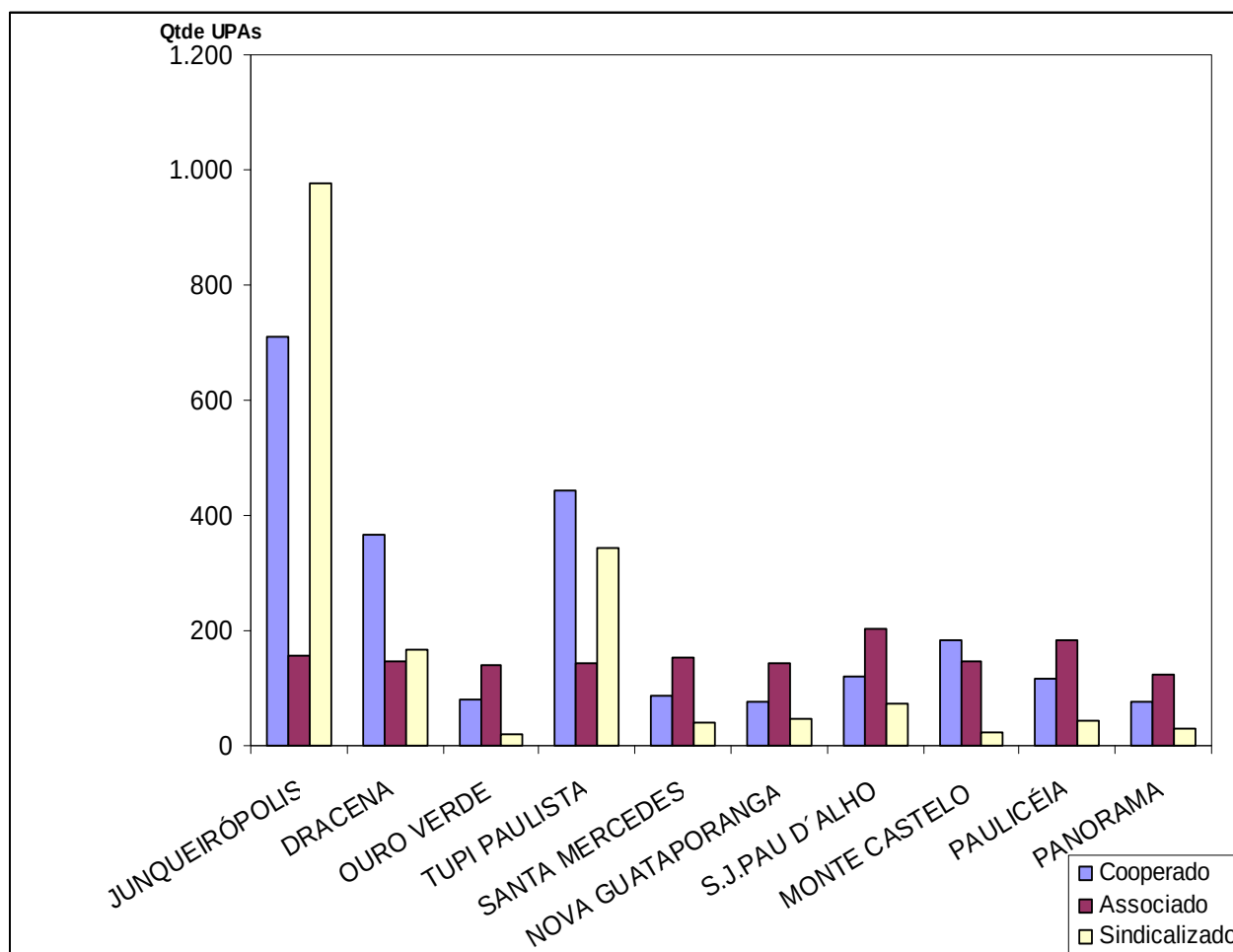
Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento- CATI/IEA Projeto LUPA-1995/96 e 2007/08

* % = percentual de utilização de mão-de-obra fixa e familiar em relação ao total de UPAs por município.

2.2.1- Indicadores de interação, serviços e de outras atividades

Para melhor entendimento dos indicadores (gráfico 5), estes foram divididos em cinco grupos, sendo um de **interação**, outro de **serviços**, um terceiro de **melhoramentos**, o quarto de **outras atividades** e o quinto de **instrução/residência**. Verificou-se que na MRG de Dracena 44,7% dos proprietários são cooperados, ora na Cooperativa Agrícola Mista de Adamantina – CAMDA –, ora na Cooperativa Agrária e de Cafeicultores da Região de Tupi Paulista – CACRETUPI –, ou em ambas. Em se tratando de associados, 30,6% estão vinculados a associações. Como os sindicatos são atuantes em relação ao atendimento de escrituração agrícola, percebe-se um

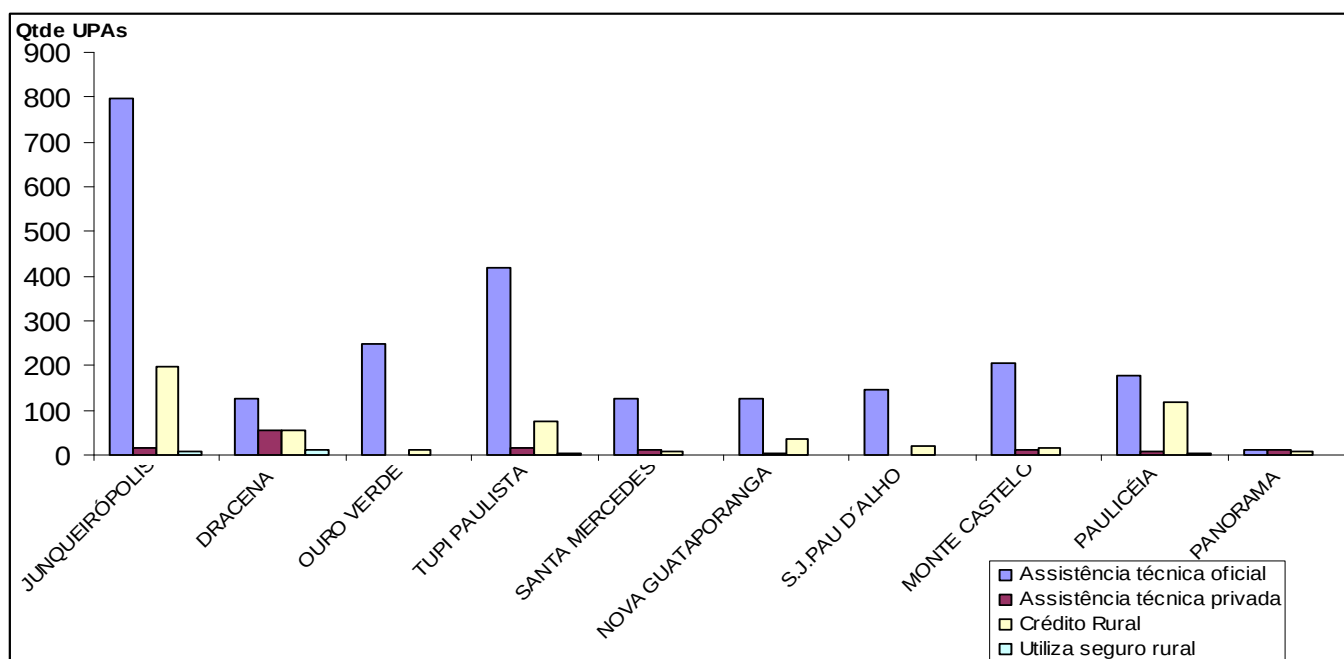
vínculo mais forte do que nas associações, ou seja, 35,0% pagam suas contribuições, caso bem observado em Junqueirópolis, que lidera neste grupo de interação.



Fonte de dados: Secretaria de Agricultura e Abastecimento- CATI/IEA Projeto LUPA- 2007/08

Gráfico 5. Indicadores do nível de interação por município

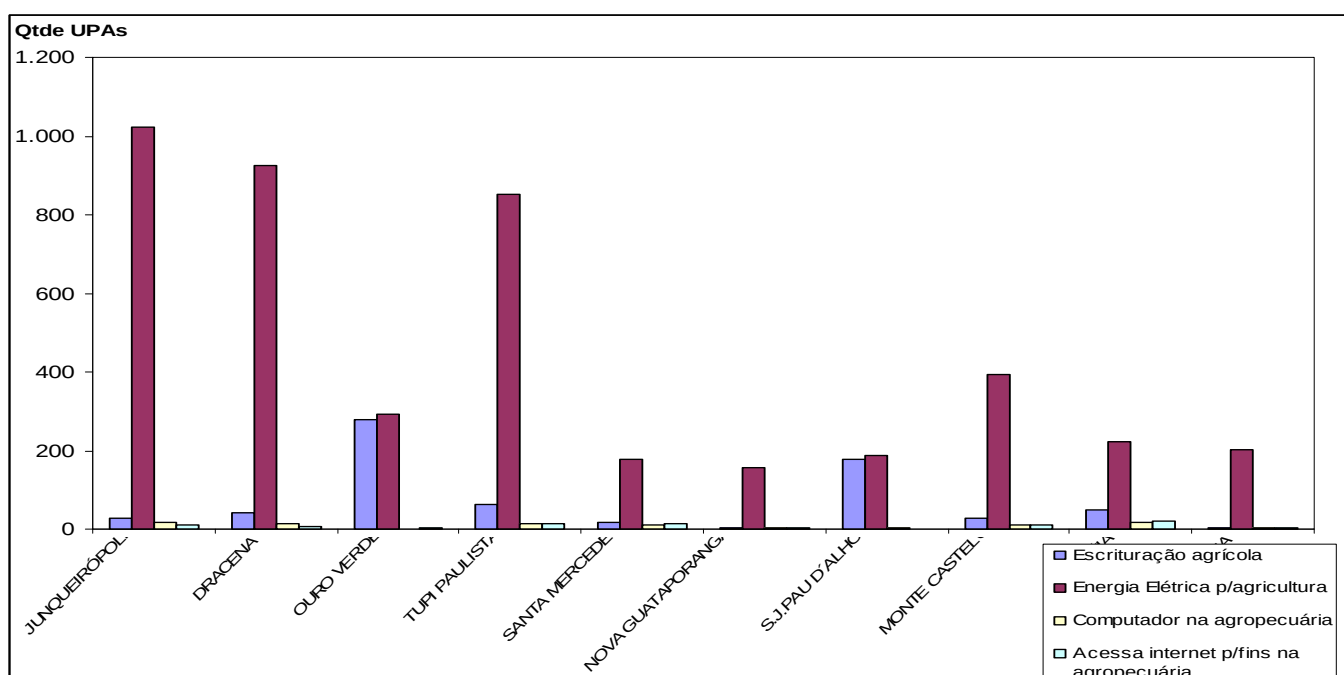
Em relação aos serviços, o gráfico 6 mostra que, em 303 UPAs da MRG de Dracena (6% em relação ao total), houve contratos com parceiros e arrendatários em 2007/08. Recebem assistência técnica oficial 47,1% das UPAs e assistência privada apenas 2,7%, ou seja, 137 UPAs. Apesar do PRONAF e de outras linhas de crédito disponíveis, apenas 10,8% das UPAs se utilizaram de crédito rural. O Seguro Rural continua sendo proibitivo, contando apenas 0,6% contratados.



Fonte de dados Secretaria de Agricultura e Abastecimento- CATI/IEA Projeto LUPA- 2007/08

Gráfico 6. Indicadores de acesso a serviços nas UPAs por município da MRG de Dracena

Quanto à escrituração agrícola (gráfico 7), feita na maioria das vezes somente para emissão de guias federais e estaduais, somente 13,6% dos proprietários das UPAs disseram fazer. Em se tratando de energia elétrica para a agricultura 87,6%, ou 4.432 UPAs confirmaram utilizar. Somente 91 UPAs acessam internet para fins agropecuários e 95 propriedades contam com microcomputadores (1,9%).



Fonte de dados Secretaria de Agricultura e Abastecimento- CATI/IEA Projeto LUPA- 2007/08

Gráfico 7. Indicadores de acesso a serviços nas UPAs por município da MRG de Dracena

Em melhoramentos, observa-se que 43,6% (2.205 UPAs) fazem conservação do solo, enquanto 19,9% realizam análise de solo e somente 10,3% se utilizam de sementes melhoradas (tabela 12). A adubação mineral é feita em 40,8% das UPAs, a adubação orgânica em 17,4% e a adubação verde em 3,8%.

Em se tratando dos índices mais diretamente relacionados à pecuária, preferiu-se não descrevê-los, pois se percebeu que os cálculos tiveram por base o total das UPAs (5.058) quando se entende que o cálculo mais preciso deve ser com base apenas nas UPAs com atividade pecuária.

Dentre as 5.058 UPAs da MRG, somente 24 declararam ter área de esporte e lazer, uma com pousada, duas com pesque-pague, uma com transformação artesanal e três com restaurante/lanchonete (TABELA 11).

Chama-nos a atenção, o índice de proprietários com ensino superior, na atualidade, estar na faixa de 20,5% em relação ao total das UPAs da MRG de Dracena, perfazendo um total de 1.038 proprietários dos 5.058. A baixa instrução (sem instrução ou incompleta) representa 11,9%, num total de 601 proprietários. A maioria tem ensino fundamental, ou seja, 3.361 proprietários (66,4%).

Ainda residem nas propriedades um total de 1.486 titulares, 29,4% do total. Parte desses agricultores disse pretender se mudar para as cidades, durante as entrevistas capituladas a seguir, devido a violência crescente no campo.

Tabela 11. Indicadores de tecnologia por município – MRG – 2007/08

INDICADORES	QTDE DE UPAs											
	JUNQU EI- RÓPOL IS	DRACE -NA	OURO VERDE	TUPI PAU- LISTA	SANTA MERCE -DES	NOVA GUATA	S.J. PAU D´ ALHO	MONTE CASTELO	PAULI- CÉIA	PANO- RAMA	TOTAL	%
<u>Interação</u>												
Agroindústria		1									1	0,0
Cooperado	709	368	81	445	87	77	120	182	116	77	2.262	44,7
Associado	158	148	141	144	154	144	205	146	183	123	1.546	30,6
Sindicalizado	978	168	20	345	41	48	74	25	42	29	1.770	35,0
Pessoa Jurídica	18	14	3	6	1		1	3	6	6	58	1,1
<u>Serviços</u>												
Assistência técnica oficial	797	128	250	417	126	126	145	205	177	12	2.383	47,1
Assistência técnica privada	16	57	1	14	12	3	1	13	8	12	137	2,7
Crédito Rural	197	55	13	76	9	34	21	17	117	7	546	10,8
Utiliza seguro rural	9	12	1	4				1	5		32	0,6
Escrituração agrícola	27	43	280	62	18	2	177	27	48	3	687	13,6
Energia Elétrica p/agricultura	1.023	926	293	851	178	155	188	393	222	203	4.432	87,6
Computador na agropecuária	19	14	1	14	9	3	5	10	17	3	95	1,9
Acessa internet p/fins na agrop.	12	6	3	15	14	4	1	12	22	2	91	1,8
Tem parceiros/Arrendatários	90	53	18	50	10	13	10	50	1	8	303	6,0
<u>Melhoramentos</u>												
Conservação do solo	809	396	169	315	120	102	65	88	104	37	2.205	43,6
Semente melhorada	36	76	24	69	68	5	92	67	61	22	520	10,3
Plasticultura	2	4		3	1			3	1		14	0,3
Inseminação Artificial	3	6	6	23	2	1	5	8	2		56	1,1
Pastejo intensivo	897	30	21	274	6	3	12	17	6	11	1.277	25,2
Mineralização do Rebanho	907	703	202	522	150	131	182	279	198	196	3.470	68,6
Vermifugação do Rebanho	907	704	215	520	150	133	183	278	201	196	3.487	68,9
Faz adubação mineral	578	505	63	348	117	114	52	166	70	50	2.063	40,8
Faz adubação orgânica	239	243	21	173	18	75	32	46	23	11	881	17,4
Faz adubação verde	39	26	4	48	4	48	4	8	9		190	3,8
Utiliza muda fiscalizadas	26	59	19	118	9		91	24	53	7	406	8,0
FazM.I.P.(manejo integr.pragas)	1	5									6	0,1
Realiza análise de solo	292	114	191	58	71	90	3	26	144	23	1.012	20,0
Confinamento de bovinos	14	2	1		1	9		2	3		32	0,6
<u>Outras Atividades</u>												
Esporte e Lazer	10	8	2	1			1	2			24	0,5
Hotel Fazenda/Pousada/SPA									1		1	0,0
Pesque-pague	1	1									2	0,0
Transformação artesanal	1										1	0,0
Restaurante/Lanchonete		1		1				1			3	0,1
Outras ativid. econômicas rurais	2	4						1			7	0,1
<u>Instrução/Residência</u>												
Propriet.sem instrução ou incomp.	123	216	23	37	1	21	44	54	64	18	601	11,9
Proprietários com ensino fundam.	813	564	238	718	164	116	166	308	125	149	3.361	66,4
Proprietários com ensino superior	244	230	82	164	38	28	57	101	40	54	1.038	20,5
Propriet. residentes na pp. UPA	250	295	69	333	55	55	92	156	134	47	1.486	29,4
Total UPAs por município	1.198	1.024	346	925	204	165	268		235	227	5.058	

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento- CATI/IEA Projeto LUPA - 2007/08

Apesar do avanço rápido, recente e desordenado da cultura canavieira, conclui-se que nesse período de mudanças estruturais na MRG de Dracena, não se materializou a preocupação principal de que a estrutura agrária de pequenas

propriedades fosse se perder, retornando a concentração de terras. Quanto ao impacto de uma monocultura na MRG de Dracena, onde se poderia ignorar os custos sociais e ambientais, pode-se perceber que os produtores, mesmo os pequenos, que arrendaram suas terras sofrem atualmente com a crise nas agroindústrias, pois tem recebido seus pagamentos abaixo das expectativas iniciais e com atraso. Tem-se pouco subsídio para se analisar os custos ambientais neste curto período.

CAPÍTULO III

O sonho obriga o homem a pensar.

Milton Santos.

3 - As expectativas dos atores envolvidos no processo de estruturação do parque sucroalcooleiro na MRG de Dracena

3.1. Composição do parque industrial sucroalcooleiro e perspectivas dos dirigentes

Foram entrevistados seis representantes, entre diretores e gerentes, das usinas instaladas e em instalação na MRG de Dracena, cujas respostas se encontram no quadro 2, que por comprometimento não citaremos a denominação das agroindústrias, somente apresentaremos um panorama geral em ordem alfabética, sendo:

- Usina A: localizada no município de Junqueirópolis, a qual encampou a antiga Usina Vale Verde em processo de falência e desativada. O quadro societário atual é formado de três sócios oriundos do Estado do Pernambuco com tradição no setor sucroalcooleiro.
- Usina B: localizada também no município de Junqueirópolis, com o quadro societário formado por dois sócios procedentes do próprio Estado de São Paulo, de um grupo com tradição na agroindústria de suco de laranja, como também na pecuária de corte. Observou-se que, dentre as usinas visitadas, essa é a única empresa com posse de terra em quantidade considerável (4.000 ha) e totalmente plantada com cana-de-açúcar.
- Usina C: localizada no município de Dracena, com quadro societário formado por dois sócios com tradição no transporte e distribuição de petróleo, mais precisamente em gasolina e diesel, na pecuária e no café, também radicados no Estado de São Paulo. Foi a segunda, depois da Usina A, a se instalar na microrregião de Dracena.
- Usina D: localizada no município de Paulicéia, tendo três acionistas pertencentes a um grupo com larga tradição na política e na agroindústria sucroalcooleira, com propriedade de diversas unidades no Nordeste, mais precisamente no Estado de Alagoas. O interesse dos sócios é expandir a usina com mais unidades no Estado de São Paulo²². O grupo também atua na

²² Após a entrevista, a referida empresa adquiriu o projeto e assumiu os arrendamentos da Usina F (observada a seguir).

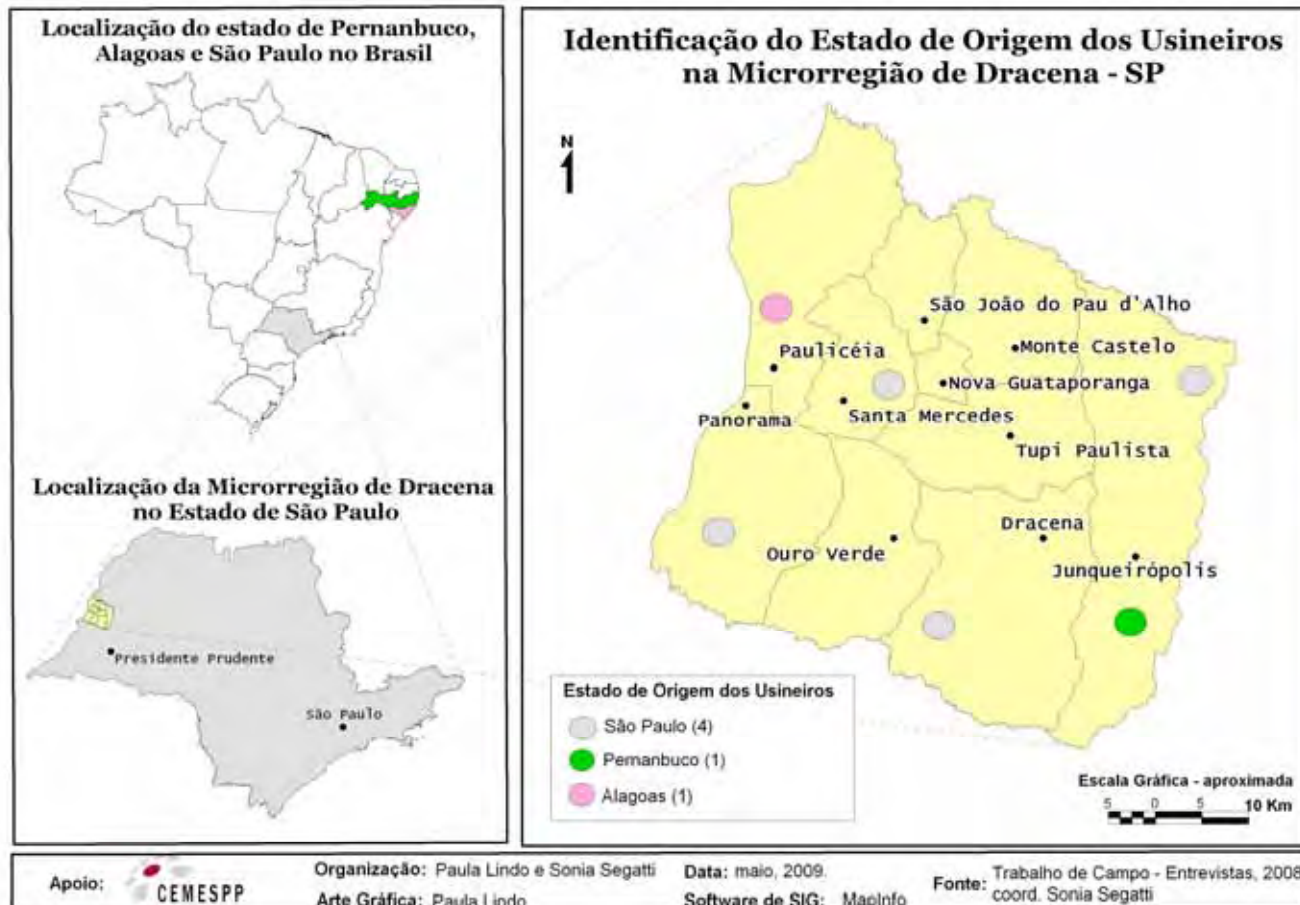
pecuária. Embora o parque industrial local ainda não esteja pronto, já tem uma área de 25.000 ha de cana-de-açúcar plantada, que está sendo industrializada por outras usinas da região.

- Usina E: em fase de espera para a implantação, inicialmente em virtude da concessão de licença ambiental prévia e agora aguardando a liberação de crédito. Está localizada no município de Santa Mercedes, contendo em seu quadro societário três sócios com atividades voltadas ao setor sucroalcooleiro, tanto na indústria quanto na agricultura, procedentes do Estado de São Paulo e com parentesco com os sócios da Usina C. No ato da entrevista, ainda não havia sido concedida a licença ambiental, efetuada apenas no mês de agosto de 2008. A cana-de-açúcar da empresa vem sendo industrializada pela Usina C.
- Usina F: também em fase de espera da licença ambiental prévia para implantação que deveria acontecer no município de Panorama. Ela seria formada por seis sócios oriundos da Usina Santa Izabel de Novo Horizonte no Estado de São Paulo, mas, por estratégias financeiras, foi vendida à Usina D, assim que a licença ambiental foi liberada, no mês de setembro de 2008.

Pela formação do quadro societário, em pelo menos duas usinas, conclui-se o que Lins e Saavedra (2007) destacaram: que as características históricas da formação do setor, demonstram a concentração em torno dos grupos familiares de longa tradição, como ressaltamos no item 1.3.

O que se pode observar, além do descrito no quadro 2 e mapa 5 a seguir, é que os empresários responsáveis por essas unidades instaladas e em fase de instalação têm interesse em se expandir na região. Hoje a capacidade de processamento já é de 12.235.000 toneladas/ano de cana-de-açúcar, com um volume médio processado de 6.220 ton/cana/dia²³, numa área já plantada de 78.100 ha, um tanto maior que a área detectada pelo Lupa – CATI 2007/2008 –, que foi de 66.617,1, cuja variação talvez possa se explicar por plantios fora da área em estudo, ou seja, em municípios vizinhos que não integram a MRG de Dracena.

²³ Volume diário processado por unidade de produção (usina) no período de safra entre abril a novembro, que pode ser estendida em outros meses levando em conta o período de precipitação pluviométrica e demanda da matéria prima.



Mapa 5. Estados de origem dos acionistas das usinas na MRG

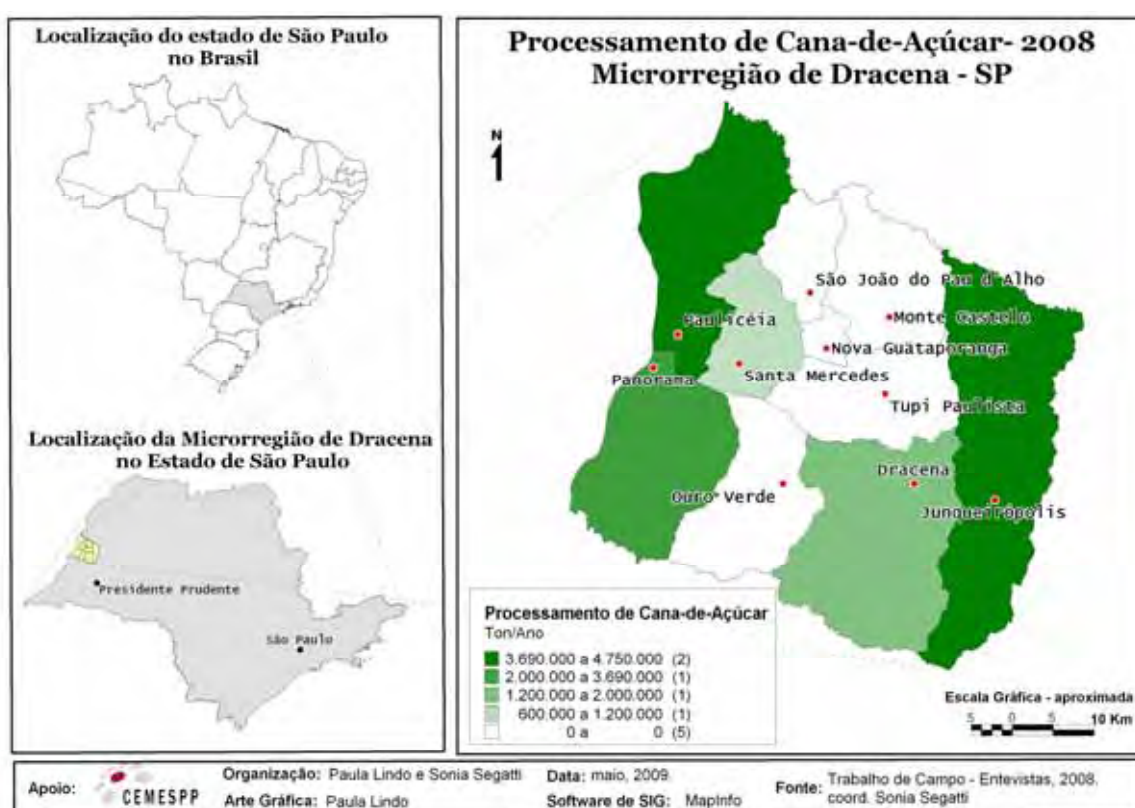
Percebeu-se que há interesses expansionistas das usinas a partir das respostas dadas nas entrevistas, adiados diante das turbulências do mercado financeiro mundial, iniciadas em setembro de 2008. Já se observa uma mudança de postura da direção dos usineiros da MRG de Dracena. Algumas usinas já não estão cumprindo suas datas de pagamentos, tanto aos arrendatários quanto aos prestadores de serviços. Observam-se também demissões no setor, bem como uma discreta paralisação de investimentos.

Quanto às áreas produtivas próprias (terras das usinas) apenas 5.050 ha pertencem às agroindústrias (quadro 4), sendo que a maior parte (4.000 ha) pertence à Usina B. Esse dado, embora explicado como alto investimento, mostra-se preocupante, pois além de não enraizar a empresa na região, ainda pode ocasionar a queda de preços das terras juntamente com a descapitalização dos pequenos produtores que demoliram suas benfeitorias e não têm como retornar às atividades anteriores ou iniciar outras novas, sobrando-lhes somente a opção de venda de suas terras a preços não condizentes com os atualmente praticados na região.

Um outro risco a que se expõe o produtor rural é em relação aos tipos de contratos celebrados entre as partes. As usinas se constituem normalmente de dois tipos de empresas, sendo uma com atividade industrial e outra com atividade agrícola.

Há, portanto, dois contratos firmados com o produtor, um de “parceria” entre a empresa agrícola e o produtor, no qual a empresa assume a responsabilidade pelo preparo do solo, plantio, tratos culturais e colheita, e outro de “compra e venda” do produtor com a empresa industrial. Nota-se, nessas transações, que a empresa agrícola se aproveita de todos os custos para baixar seu resultado operacional e conseqüentemente pagar menos impostos (IR, CSLL, PIS, Cofins etc.) e diante dos adiantamentos (mensal, trimestral ou anual), que consta no contrato, coloca em posição vulnerável o produtor, pois, se o mesmo não apresenta risco no negócio, bem como não entra com despesas, descaracteriza-se o contrato de parceria, que passa a ser considerado como contrato de arrendamento, cuja tributação do Imposto de Renda é bem mais elevada, além de se evadir da função produtiva, o que deixa vulnerável a propriedade rural junto à SRF – Secretaria da Receita Federal e também ao INCRA²⁴.

Observa-se que 717 UPAs, representando 14,2% do universo das 5.058 UPAs da microrregião, estão arrendadas diretamente para as citadas usinas, embora se saiba que outras se encontram arrendadas para produtores intermediários. No mapa 6 vê-se a concentração da cultura por município.



Mapa 6. Concentração da cultura canavieira por município da MRG

²⁴ A parceria é considerada pela Receita Federal como atividade rural, já o arrendamento não o é, incidindo uma alíquota maior de imposto de renda.

As referidas empresas empregam 7.040 funcionários fixos e 2.870 temporários, o que justifica o *boom* de negócios da MRG de Dracena. Algumas, principalmente as sediadas no Nordeste brasileiro, trouxeram funcionários de seus estados e de outras regiões mais ao norte em relação ao Estado de São Paulo como forma de estimular o trabalho dos funcionários locais, que não são tão produtivos quanto aqueles.

Outro dado digno de nota é em relação à imobilização de maquinários, pois as empresas têm preferido terceirizar o parque de máquinas.

É uníssono o anseio dos empresários em relação à ativação da Hidrovia Tietê-Paraná, bem como da Ferrovia América Latina Logística – ALL –, pois como se descreve no quadro 4, vai facilitar e minimizar em muito os custos com o escoamento da produção sucroalcooleira.

Quadro 4. Entrevistas realizadas nas usinas da MRG Dracena

Descrição	USINA A	USINA B	USINA C	USINA D*	USINA E*	USINA F**
I-Histórico da empresa				Em implantação	em implantação	Em implantação
Ano em que começou a operar	2001	2007	2006	2009	2010	2010
Ano em que surgiu a idéia da implantação	2001	2003	2002	2006	2006	2006
Principais fatores de instalação	Existência de unidade desativada; potencial de crescimento; mercado futuro promissor	Em função da demanda do etanol, aproveitando que o proprietário tinha a fazenda de pecuária que estava ruim	Como visão do futuro, observando a evolução do consumo de etanol no mundo todo.	Necessidade de expansão do Grupo no Estado de S.Paulo e a região foi decisiva nesse projeto	Mercado	Mercado; grande quantidade de área na região; porto intermodal e linha férrea
Atividade principal dos sócios antes da instalação da Usina	Sempre atuaram no setor sucroalcooleiro	Indústria de suco de laranja, pecuária, citrus	Distribuição de petróleo (gasolina e diesel); pecuária de corte e café.	Todos no setor sucroalcooleiro e pecuária	Usineiro e agricultores canavieiros	Usineiros, antes produtores de cachaça (alambique)
Teve incentivo da Prefeitura local? Qual	Não	De impostos não. Somente de manutenção das estradas	Sim. Isenção de ISSQN durante a execução da obra da Usina	Não	não	sim. Suporte para documentação e instalação com empenho do secretário da agricultura
Utilizou linhas de financiamento especial ?	Não	BNDES	Não.	BNDS	não	BNDS
Origem da Usina: UF e Grupo	PE - Grupo Silveira Barro	SP. Garieri	SP. Tractus Negócios e Participações Ltda	AL – Gupo Lyra	SP. Kler do Brasil	Usina Santa Izabel (Novo Horizonte)
Motivo da opção pela MRG	Terras abundantes e localização	Por causa da área grande, do potencial de crescimento da região e expansão da cultura canavieira	Disponibilidade de terras degradadas com pastagens e índice pluviométrico da região.	Disponibilidade de terra, topografia plana	Região plana, clima e água	Grande quantidade de área na região; porto intermodal e linha férrea
II- Caracterização da Produção						
Tipo de Produção realizada	Alcool, açúcar e geração de energia	Álcool e geração de energia própria	Álcool e geração de energia própria	Alcool, açúcar e geração de energia	Alcool, açúcar e geração de energia	Alcool, açúcar e geração de energia
Capacidade de produção energia	Consumo interno	Consumo interno	Consumo interno	Consumo interno	Consumo interno	Consumo interno
Capacidade de processamento em ton./ano atual	1.500.000	2.190.000	1.200.000	4.745.000	600.000	2.000.000
Capacidade de processamento em ton./ano futura				9.125.000	1.500.000	5.000.000

Descrição	USINA A	USINA B	USINA C	USINA D*	USINA E*	USINA F**
Volume médio processado t/cana/dia	6.000	5.500	4.600	13.000	2.000	Não respondeu
Valor da cota de produção de álcool	não há cota	100%	100%	Em instalação	Em instalação	Em instalação
Área de cultivo necessária para abastecimento em hectare	22.000	14.000	18.000	60.000	20.000	12.000
Área plantada até o presente (ha)	22.000	14.000	13.150	25.000	3.800	150 ha de viveiro. 9.500 ha já arrendado e pagando sem produção
Área produtiva própria em hectare	0	4.000	520	350	180	Nada
Área tomada em Arrendamento /parceria (ha)	20.000	10.000	11.600	33.650	450	9.500
Área contratada (ha)	2.000	10.000	11.600	34.000	4.320	9.500
Nº de contratos arrendamento/parceria	300	77	50	200	60	30
Procedência da cana em % do município:	0	70%	100%	40%	70%	-
Procedência da cana % de outros município:	1	30%	0%	60%	30%	-
Há intenção de expandir a área plantada?	sim	Sim	sim. Mais 15.000 ha	sim. Mais 26.000 ha	sim	sim. Quer chegar nos 20.000 há.
Destino da produção:	100% para outras regiões	100% para outras regiões	100% para outras regiões	60% mercado interno brasileiro e 40% exportação	100% para outras regiões	100% para outras regiões
Nº de funcionários permanentes	1.780	1.060	800	3.000	400	não tem
Nº de empregados temporários	220	650	500	1.500	não tem	não tem
Trouxe funcionários de fora da MRG	Sim	Somente pessoal qualificado (gerente industrial, agrícola, encarregados, adm. Técnicos). Para a produção não.	Somente pessoal qualificado	Sim. Pessoal qualificado e braçal de outros Estados. Está levando m.obra local para ser treinada no Nordeste	Sim. 100 trabalhadores do norte de Minas Gerais para o plantio	Ainda não entrou em operação
Qtde de caminhões	0	6	13	12	3	-
Qtde de tratores	48	20	14	4	5	
Qtde de colheitadeiras	4	2	5	Ainda não entrou em operação	Ainda não entrou em operação	Ainda não entrou em operação
Trabalha com empresas terceirizadas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Vai trabalhar

Descrição	USINA A	USINA B	USINA C	USINA D*	USINA E*	USINA F**
Setores que utilizam terceirizados	Indústria e agrícola	Transporte da cana, preparo do solo, plantio, montagens industriais	Em vários setores na agrícola (ex.preparo de solo), administrativo (ex. vigilância) e industrial (manutenção industrial)	Colheita, preparo de solo, tratos culturais etc	Preparo de solo, dessecação, correção de solo	Indústria e agrícola
Faturamento bruto anual US\$	70.000.000	75.000.000	39.800.000	150.000.000	8.000.000	não respondeu
Transporte dos empregados	ônibus	ônibus	ônibus	ônibus	ônibus	-
Assistência técnica utilizada pelos fornecedores	Outros	Técnicos da usina	Particular e técnicos da usina	Particular e técnicos da usina	Técnicos da usina. Proprietários são agrônomos	-
Destino do vinhoto	Fertilização	Adubação, ferti-irrigação	A vinhaça é utilizada na irrigação da lavoura ao redor da indústria	Será usado na adubação do canavial	Será usado na adubação	Será usado na adubação
Destino do bagaço da cana	Alimentar a caldeira e vende o excedente	Gerar energia própria	Usar na caldeira para geração de vapor e parte na produção de composto orgânico	Será para coogeração de energia para necessidade própria e vinhaça como adubação	Será usado na caldeira e no confinamento de gado	Será usado na caldeira e no confinamento de gado
Capacidade de produção interna de energia elétrica proveniente do bagaço	3 Mwh	não respondeu	12,5 Mwh	será de 28 Mwh	não respondeu	não respondeu
A empresa atua em outros ramos de atividade?	não	Não	Não	Sim. Pecuária, tecelagem, radiofusão e taxi aéreo	Sim. Transporte, pecuária e fornecimento de cana para outras usinas	Laranja e pecuária
Custo médio do litro álcool hidratado R\$	0,70	0,68	0,65	-	-	-
Relação litro/álcool x t/cana lt/ton.	90	89	90	-	-	-

Descrição	USINA A	USINA B	USINA C	USINA D*	USINA E*	USINA F**
III- Perspectivas da Empresa						
Há projetos de expansão?	sim. Ampliação para 4.000.000 t/cana	Sim	Sim. Há um projeto em andamento para aumentar a capacidade de processamento para 3.500.000 toneladas de cana safra e o início da fabricação de açúcar	Sim. Projeto inicial é de 2.000.000 t. e o final é de 5.000.000 t.	Sim. Pretende chegar a 20.000 ha e fazer confinamento de gado	Sim
Pretende adquirir terras próprias na região? Por que?	Não. Devido ao alto valor	Vai ficar com a que tem. Imobilização de capital muito alto	Não porque é capitalização muito grande, podendo ser usada essa capitalização na produção de cana com parcerias.	A empresa não tem interesse de aumentar seu imobilizado, haja visto a grande procura por arrendamento.	Sim. Quer fixar na região. E segur para não haver sobrevalorização de terra	Sim. Pelo preço das terras
Avaliação do potencial da MGR para as atividades de processamento e de produção	Região de terras extensas e de boa qualidade (fértil)	Oferta de terras e facilidade de arrendamento (antes da melhora da pecuária), terra adequada, fértil e topografia 100% mecanizável.	Uma região com grande extensão de terras agricultáveis, com clima propício para a cana e com infra-estrutura sendo montada para atender as usinas	"Nós acreditamos no potencial dessa terra e dessa gente"	Bom potencial com terra boa e plana	Ótima: clima e terra
Avaliação do processo de desregulamentação do setor sucroalcooleiro	Foi um choque no início, pois existiam apenas 5 distribuidores para mais de 300 produtores, o que gerou uma grande crise, mas o setor amadureceu e vem evoluindo nos últimos anos	A única desvantagem está no preço, sem garantia. Tem problema na safra pela super oferta do produto. Desestabiliza o setor. O povo perde a confiança no setor	A independência financeira do governo é uma ótima coisa. Poderia sim ter uma regulamentação o quanto às exportações e comercializações em geral sem influências no preço	O setor está muito maduro e não necessita da intervenção do governo, com a saída do governo o setor até criou novas regras de comercialização e de pagamento de cana.	O governo tem que se envolver no ambiental e social	Foi bom

Descrição	USINA A	USINA B	USINA C	USINA D*	USINA E*	USINA F**
Perspectivas da empresa em relação ao futuro do Proálcool	O Proálcool nos moldes que foi criado não existe mais, o que existe é uma perspectiva com relação ao mercado nos próximos anos	Excelente perspectiva para os próximos anos. O álcool vai virar commodities nos próximos dois anos	Não existe mais este programa, mas é irreversível o consumo de etanol	O comércio é promissor, há necessidade de energia limpa (biocombustíveis como energia vindo do bagaço)	O mundo necessita de energia renovável. Com a proibição da queima a região vai se tornar um pulmão verde	Bom
A Hidrovia Tietê-Paraná terá algum impacto direto sobre o setor sucroalcooleiro na região? De que tipo?	Sim. No transporte de açúcar de algumas regiões	Sim. Escoamento da produção com custo mais baixo. Está inviável o transporte rodoviário. Encarece para empresas e para o governo (estradas)	Vai facilitar o escoamento da produção diminuindo custos	"Não é impacto e sim solução", não se explora o potencial.	Transporte em navios tanques e graneleiros	Importante. Precisa reativar urgente. Escoamento da safra direto pro mercado externo
A reativação da malha ferroviária através da Ferrovia ALL-América Latina Logística terá impacto no setor na região? De que tipo?	Sim. Redução do custo do frete tanto do açúcar, como do álcool.	Idem à Hidrovia	Vai facilitar o escoamento da produção diminuindo custos	O setor deveria ser revitalizado porque a malha existe e o diferencial com frete é conhecido.	É altamente esperada	Potencial de carga com transporte mais barato
Plano de responsabilidade em relação ao impacto ambiental. Tem projeto?	A responsabilidade ambiental está relacionada com o Protocolo do Etanol Verde, pois o mesmo representa todas as diretrizes de responsabilidade ambiental, além de um projeto de reflorestamento de 10% aa. Das áreas de preservação permanente	Sim. Plano de recomposição de matas ciliares, monitoramento das águas superficiais, da fauna e flora (6 em 6 meses) Com laudo do DEPRN. Monitoramento também com relação à emissão dos gases pelos equipamentos industriais. Tem estação medindo diariamente com fiscalização da CETESB.	Sim. Possui vários projetos que visam a prevenção e neutralização de impactos ambientais como: projetos de reflorestamento, resíduo de água e práticas conservacionistas de solo. Sustentabilidade e ambiental em todos os processos produtivos	Sim. Todo estudo já foi feito e dentro da legislação, conforme licença liberada pela CETESB, CONSECANA E DPRN.	Reflorestamento de 150.000 mudas em andamento. A Usina não teve multas e não pretende ter. Foi feito estudo para obter licença	Sim. Precisa para o licenciamento. Foram contratados geólogos e biólogos para elaboração do projeto de licenciamento ambiental

Descrição	USINA A	USINA B	USINA C	USINA D*	USINA E*	USINA F**
Plano de responsabilidade em relação ao impacto social. Tem projeto?	Parceria com a Sta Casa de Pres.Prudente, em parceria com a ONG Sonho Nosso. Projeto Salvar - catálogos com tipagem sanguínea para doação. Ginástica laboral. Campanha de vacinação. Estágios. Caravana do conhecimento. Bolsa Estudos (técnico, superior e especialização).	Tem médico, enfermeiros, remédios, cursos, treinamento em parceria com a Fundação Paula Souza para formação de técnicos para indústria	Sim. Tem projeto de parceria em andamento com o SENAI/SENAC , juntamente com a prefeitura de Dracena para abertura de cursos para formação de m.obra qualificada visando à redução do desemprego e para atender as usinas da região. Em termos de saúde os funcionários da Usina tem plano de saúde Unimed.	"É natural que quando uma industria se instala em um município fatos sociais são sobrecarregados, mas o município também passa a prover-se de mais impostos, a economia é alavancada e o executivo tem que reverter isto em melhoramento para a população"	Doação de equipamentos para Posto de Saúde de Santa Mercedes, asfalto, caminhões pipas. Cursos de treinamento e ônibus "alimente-se bem"	Sim. Selo ABRINQ - compromisso com as crianças e adolescentes. Pretende manter creches na Usina. Contratar nutricionista, assistente social e profissionais ligados à saúde.
O que mudou na região depois da implantação da indústria?	O comércio mais aquecido, mais empregos. Valorização imobiliária (urbana, rural). Mais infraestrutura municipal. Mais gente de fora. Novos cursos em todos os níveis.	A região era conhecida como o "corredor da fome" sem opções de atividade rentável, sem infraestrutura e com população desestimulada. Revitalizou a região. A previsão para daqui a 10 anos a região estar no nível de Ribeirão Preto e Jaú, dependendo do setor. Vai ser uma região tão rica como as outras	Em janeiro o comércio local era tímido e com pouco movimento. Em cinco anos e meio todos reformaram as suas fachadas, ampliaram suas lojas e contrataram novos funcionários, sem contar as empresas que se instalaram em Dracena nesse período. A prestação de serviço era tímida, onde o pessoal só trabalhava até as sextas-feiras as 16 hs e hoje trabalha 24 hs e 30 dias por mês.	Houve mudança radical na economia local e regional haja vista a necessidade de m.obra não só nesta unidade, como das outras instaladas. Isso movimentou o comércio, a renda e a economia como um todo. Há necessidade de melhorar e expandir toda a infraestrutura, os setores de segurança, saúde, educação, moradia, lazer, transporte coletivo, estradas etc.	80% dos proprietários de terra não tinham mais gado, estavam arrendando. Melhorou a renda dos proprietários rurais e do comércio (postos de combustíveis, comércio de adubos, hotéis etc.) Mais empregos. Ocupação para donas de casa (marmitas). Oficinas mecânicas reativadas. A Usina vai plantar lavouras temporárias entre os replantios (Ex. 1.000 ha de	As Usinas trouxeram grandes benefícios como geração de emprego (m.obra especializada e m.obra braçal). Panorama gerava emprego só nas cerâmicas. Comércio melhorou. Geração de renda no município (mais impostos). Produtores antes descapitalizados, passou a ter fonte de renda agregando valor ao que já tinha. As terras empobrecidas foram

				Em decorrência da melhoria da qualidade de vida da população existente e de outros trabalhadores (Ex. vaqueiro que virou tratorista)	amendoim hoje com parceiros). Tem arrendado pequenas propriedades "ajudando o pequeno produtor" (sic!). Está moendo na Usina Dracena.	corrigidas pelas usinas. Não tem mais volta, pode ter pico de altos e baixos mas sem volta.
--	--	--	--	--	---	---

Fonte: Organizado pela autora a partir das entrevistas realizadas

Nota: * Usinas ainda em fase de construção. * Usina F foi vendida para a Usina D.

Em se tratando do plano de responsabilidade em relação ao impacto ambiental, todas as empresas são obrigadas a seguir as normas necessárias à concessão das licenças ambientais, embora se tenha conhecimento, através de populares e da mídia, do corte e enterramento de árvores na MRG de Dracena. Alguns entrevistados citaram o plantio em reposição às matas ciliares.

Quanto ao impacto social, percebe-se que a maioria está com projetos em andamento, ainda que uma delas destaque que a responsabilidade é do município, que deve reverter os impostos arrecadados com as empresas no campo social.

Todos os responsáveis pelas empresas citadas afirmam que: o comércio foi aquecido com a geração de empregos; houve valorização imobiliária tanto urbana quanto rural; houve melhoria das estradas; foram ofertados mais cursos técnicos para capacitação dos funcionários dos laboratórios das usinas (cursos de química da UME/CEP – Unidade Modelo de Ensino/Centro de Educação Profissional), de graduação e especialização tanto da FUNDEC – Fundação de Educação e Cultura, quanto do CESD – Centro de Ensino Superior de Dracena; foram constituídas mais empresas prestadoras de serviços; houve ganho ambiental com as matas ciliares que estão sendo reconstituídas; houve maior arrecadação de impostos e melhoria na renda dos produtores.

Para alicerçar essas constatações nos reportamos a Harvey (1996), citado por nós no item 1.3, em que destaca a abundância dos sinais e marcas de modificações radicais em processos de trabalho, hábitos de consumo e configurações geográficas e geopolíticas.

3.2- A demanda das agroindústrias sucroalcooleira por terceirizados e suas perspectivas

Os entrevistados que possuem empresas que prestam serviços às usinas, num total de três, explicaram que a idéia de constituição da empresa de serviços se deu devido à demanda do setor sucroalcooleiro por serviços de preparo de solo, plantio, tratos culturais, transportes e outros, além da aptidão e experiência desses empresários com máquinas e veículos. Há, entre os entrevistados, funcionários públicos, ex-gerentes de concessionárias de máquinas agrícolas, bancários e comerciantes de materiais de construção. Todas as empresas foram constituídas para operar no sistema simplificado de impostos – SIMPLES – e são empresas individuais e de capital local.

A maioria não recebeu, alguns nem mesmo procuraram, incentivo por parte das prefeituras locais, mas todos têm seus maquinários financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES –, FINAME, PROGER, *leasings* e outros tipos de financiamento. Grande parte desses empresários não tem idéia de quanto investiu até o presente e nem quanto deve em virtude dos juros. Também não houve precaução em relação à garantia de cumprimento dos contratos por conta das usinas.

A prestação de serviços é sazonal. Em parte do ano não há demanda de serviços pelas usinas, o que os leva a oferecer serviços à produtores e prefeituras.

A maior evidência da baixa organização e pouca racionalização empresarial por parte desses empresários é em relação aos custos. Nenhum costuma elaborar planilha de custos. Não têm controle dos mesmos. Normalmente as usinas fornecem o diesel como uma estratégia de se creditar do ICMS dos mesmos, que representa 12% do valor do diesel, podendo ser compensado com a aquisição de insumos e maquinários. O mesmo é feito em relação aos arrendatários/parceiros.

Eles tampouco têm noção dos valores gastos com peças, serviços de oficina e lubrificantes por máquina, inviabilizando o cálculo do custo/hora/máquina. Este fator pode causar prejuízos não dando condições de reposição das máquinas deficitárias. Nenhum tem oficina própria.

Os tipos de serviços prestados são: implantação de curva de nível, destoca, plástica de solo²⁵, carregadores, transporte de bagaço, terraceamento, terraplenagem, transporte de caminhões, construção de açudes, entre outros. Desses serviços, 90%

²⁵ Correção das erosões do solo, antecipando o terraceamento.

são prestados às usinas, 1% aos proprietários rurais e 9% às prefeituras, segundo estimativas feitas pelos entrevistados.

Essas empresas empregam operadores de máquinas, alguns mecânicos e auxiliares administrativos. Dão treinamento superficial e colocam sob sua responsabilidade máquinas de meio milhão de reais. O salário médio de um operador é de R\$ 1.500,00, que, somados às horas extras e adicionais, chega a R\$ 2.000,00.

Todos os entrevistados têm boas perspectivas em relação ao futuro do etanol, mas observaram que as usinas têm reduzido o valor dos serviços, diminuindo a margem de lucro das empresas prestadoras de serviço, sem contar que, com a atual crise financeira, deixaram de receber em dia pelos serviços prestados, com atrasos de até três meses.

3.3- Os prós e os contra da atividade sucroalcooleira:

Três perguntas básicas foram feitas a diversos agentes sociais envolvidos com o setor sucroalcooleiro da MRG de Dracena, sendo elas:

1. A seu ver, como estava a MRG há 5 anos?
2. Como está atualmente?
3. Como estima que estará daqui a 10 anos?

Devido à subjetividade das respostas às questões formuladas, têm-se visões variadas, ora técnicas, ora políticas. Decidiu-se, portanto, além de descrever na íntegra algumas respostas, também compilar algumas perspectivas dos entrevistados.

3.3.1- O “porquê” do contra

Apresenta-se, na íntegra, a visão de um dos entrevistados que destaca que a MRG de Dracena:

há 5 anos atrás tinha o apelido de corredor da fome ou corredor dos presídios, onde no aspecto sócio-econômico era gritante a divisão de rendas, onde muitos não tinham nada e poucos tinham quase nada, perdendo, somente para região do Vale do Ribeira e para o Pontal do Paranapanema. [...] Em atenção ao segundo questionamento, considero que, hoje, a nossa região apresenta altos e baixos, com uma tendência de melhora, isto respeitando vários aspectos, não podendo dizer que com a chegada da cana-de-açúcar houve uma mudança para

melhor, nem tampouco, como dizem algumas vozes, que está um “mar de rosas”, pelos seguintes pontos: em primeiro lugar em razão da instalação da monocultura. [...] Respondendo a última indagação, não vejo perspectiva positiva para a próxima década, sem querer ser profeta do apocalipse, pois, os métodos como as usinas tratam seus “parceiros”, com contratos de arrendamentos, que na relação com o fisco são verdadeiros alugueres de terras, fazendo dois contratos, sendo um de “gaveta” e outro para demonstrar a fictícia parceria agrícola, podendo ocasionar vultuosas infrações fiscais, principalmente de imposto de renda que não é recolhido aos cofres do governo federal, ressaltando que o grande e falso vilão serão os humildes arrendatários, pois assumiram obrigações eivadas de ilegalidades, as quais deveriam ser de total responsabilidade dos donos de usinas de cana-de-açúcar, porém sorrateiramente e utilizando da força do enorme capital acabaram por transferir para os sitiantes e pequenos produtores agrícolas. [...] Concluindo, o futuro pode sempre nos revelar grandes e positivas surpresas, porém, realizando uma análise detida das práticas desleais e exploratórias realizadas ontem e hoje nos mais diversos rincões de nosso país, infelizmente, a indústria da cana-de-açúcar trará um grande déficit socioeconômico e ambiental para o oeste paulista (Entrevista concedida e autorizada à publicação por Milton Cangussu de Lima, advogado, em 25/08/2008).

Para esse agente, bastante atuante na MRG de Dracena (ex sindicalista), o plano educacional era sofrível com apenas duas faculdades, levando a maioria dos jovens a se evadirem para outras regiões mais distantes ou a viajarem diariamente a outras cidades da região, como Presidente Prudente, Adamantina e Tupã. Hoje tem-se o *campus* da UNESP em Dracena. No aspecto ambiental, o respeito com a fauna e a flora era inexistente, com terras degradadas e com poucas culturas, prevalecendo a pecuária de corte e de leite, sendo que as plantações de café estavam em estado terminal, seus produtores obtinham renda ínfima, baseando o modo de produção em técnicas rudimentares com muitos produtores endividados com as instituições financeiras em razão da política agrícola brasileira.

Cangussu lembra que, no aspecto ambiental nossa região está localizada num dos maiores aquíferos, possuindo matas, fauna e flora diversificadas, apesar de pouca fiscalização para manutenção das áreas de proteção ambiental. Para o entrevistado, a chegada da cana-de-açúcar trouxe deterioração ambiental. Percebe-se

a acentuação de desrespeito quanto a princípios que norteiam a relação com o meio ambiente, com desmatamento e enterramento de árvores na calada da noite, excessiva pulverização de agrotóxicos por meio aéreo, afetando o solo e as reservas de águas naturais. Prevê-se, em virtude disso, num período não muito longo, a falta da fruta da mangueira, pois estão sendo dizimadas em razão da instalação de usinas dentro de mananciais e parques ecológicos (Rio do Peixe e Aguapeí), fazendo com que os pássaros migrem para a área urbana (maritacas, araras e tucanos), o que tem levado as residências a serem atacadas por maritacas que roem as fiações elétricas. Isso ocorre em consequência da ação predatória dos alimentos de nossas aves silvestres.



Fonte: Fuzinato. Acervo: Secretaria da Educação de Junqueirópolis.

Pintura 5. A vida no campo (antigamente)²⁶

O entrevistado destaca que a monocultura é sempre prejudicial, mas,

²⁶ “Este quadro além dos aspectos ambientais mostra as tradições. A obra compõe um cenário com costumes e heranças típicas de uma época que ficou lá atrás, novamente existem o papel da criança desenvolvendo uma tarefa de responsabilidade dela, antes de ir para a escola. Mostra a diversidade que se havia no campo quando poucas coisas eram compradas, sendo que a maioria dos alimentos eram produzidos ali. Percebe-se a paisagem rica em biodiversidade e cores, que atualmente está dando lugar a uma paisagem fria e monocromática” (FUZINATTO).

ficticiamente e de forma maquiada, apresenta um melhor nível socioeconômico do que há cinco anos, o que não se pode alegar que se deve somente à chegada das usinas de álcool, pois o Brasil passa por uma fase de crescimento vertiginoso e estabilidade em virtude dos bons indicadores mundiais.

Ficou claro que, para ele, esses usineiros não vieram para a região em função do fato de ser essa o melhor local no aspecto de produção, mas sim em razão da incipiente e quase inexistente política sindical local, já que os sindicatos têm “proprietários”, fazendo da vida sindical uma profissão, sem pensamento de organização e de luta por melhores condições para os trabalhadores rurais que atuam no plantio e na colheita da matéria-prima dessas usinas. Em matéria Jornalística publicada no caderno MAIS da Folha de São Paulo, de 24 de agosto de 2.008, retratou-se que, na região Norte e Centro do Estado de São Paulo, com uma atenuante na MRG de Dracena, não existe organização sindical dos empregados, muito menos fiscalização do Ministério do Trabalho, política ambiental com poucas fiscalizações e a Procuradoria Federal do Trabalho atua somente quando há denúncias feitas por trabalhadores.

Outro aspecto importante da entrevista foi o fato de perceber que a terceirização de serviços e os crimes ambientais são os métodos mais praticados pelas usinas, com inúmeros casos de autuações, nos quais as usinas, após negociações com os órgãos do governo, transformam multas em doações, como se fossem filantropias, fazendo-se passar por instituições benemerentes.

Para Cangussu, as usinas manipulam informações através da mídia ou com festas que congregam desde convidados ligados às atividades (prestadores de serviços) até presidentes de sindicatos de empregados.

No que diz respeito ao aumento da renda das classes mais necessitadas, a indústria sucroalcooleira tem sido considerada, momentânea e inicialmente, como a grande “salvadora da pátria”, porém esse modelo não mais existirá na próxima década, já que a mecanização tomará o lugar dos já tão explorados trabalhadores rurais que praticamente carregam o peso da produção do álcool e do açúcar nas costas, restando apenas a crua realidade de que o que ocorreu foi uma “bolha”, aumentando as mazelas sociais tão conhecidas de nosso cotidiano, como por exemplo a criminalidade, concentração de renda e exclusão social (entrevista concedida em 25/08/2008 e autorizada à publicação por Milton Cangussu de Lima, advogado).

O entrevistado ainda destaca que a monocultura, como tipo de produção, faz com que a decisão de preços e condições de pagamento fique ao alvedrio das usinas, que futuramente devem se fundir em torno de 10 grupos empresariais de forte poder econômico no país, colocando e impondo as regras que melhor lhes convenham, perpetuando assim o poder e a riqueza. evidência

Destacando as proeminências descritas pelo entrevistado, cabe-nos resgatar o destaque que Prado Jr (2007) e Gualda (2007) deram em relação a barreiras de âmbito ideológico, conforme já mencionamos no item 1.4. Gualda (2007) retrata a importância econômica do agronegócio na geração de divisas e no desenvolvimento tecnológico, bem como a importância da agricultura familiar na produção de alimentos e nas externalidades sociais e ambientais, indicando a possibilidade de um modelo de agricultura integrada ao mercado, com políticas públicas diferenciadas para cada realidade distinta. Esta possibilidade não transparece na fala do entrevistado, reforçando o entendimento de Prado Jr. (2007) de que nada mudará enquanto as forças políticas populares e de esquerda não se decidam intervir acertadamente no assunto, deixando de lado a estéril agitação por objetivos que se acham fora do realizável.

3.3.2- A visão e o interesse dos dirigentes municipais

Segundo um dos prefeitos e um ex-prefeito de um dos municípios da MRG de Dracena, mais engajados no setor agrícola, os pequenos produtores, aqueles que permanecem no campo mais por falta de opção do que por vocação, só lograram êxito quando se inclinaram ao associativismo como melhor forma de levarem a bom termo suas atividades.

Os médios e grandes proprietários viram no cultivo da cana-de-açúcar uma boa alternativa de lhes garantir renda segura e, por meio dela, esperam recuperar suas terras já degradadas e empobrecidas de matéria orgânica. Embora a monocultura cause problemas sérios quando se encerra o seu ciclo, atualmente tem sido grande empregadora de mão-de-obra não especializada no plantio, cultivo e na colheita, trazendo muitos benefícios sociais. Para os entrevistados, a MRG de Dracena é convidativa ao desenvolvimento do setor sucroalcooleiro, pois está alinhada ao eixo central paulista, com logística favorável ao escoamento da produção, além dos

investimentos em infra-estrutura (citada a nova ponte de Paulicéia que ligará a MRG à capital do Mato Grosso do Sul).

Esses dirigentes entendem que os próximos dez anos constituem uma incerteza para a microrregião e, segundo um deles, “vai depender, obviamente, da nossa capacidade de crescermos como pessoas, como cidadãos, como empresários, como competentes agentes de mudança. Porque entendem: **o homem não é produto do meio, mas o meio é produto do homem**”²⁷.

3.3.3- Os prós e contra na visão de um pequeno produtor

Para o representante da Associação de Produtores de Junqueirópolis, Sr. Osvaldo Dias, com o êxodo rural, principalmente dos jovens, a população rural mais velha e com baixa remuneração ficou sem alternativas, facilitando a expansão da cana-de-açúcar como boa opção, principalmente nas áreas abandonadas e improdutivas e sem perspectivas para novas culturas.

Essa expansão trouxe emprego para muita gente, aumentou a arrecadação de impostos pelos municípios, valorizou as terras, dando um alento à população local.

Considerando o futuro, a médio e longo prazos, a preocupação do presidente da Associação de Produtores de Junqueirópolis é grande em relação à mão-de-obra sem qualificação e com trabalhadores vindos de fora, pois tão logo este contingente de trabalhadores seja descartado pelas empresas, cada dia mais tecnificadas e mecanizadas, prevê-se um grave problema social devido à inexistência de planejamento ou um programa para absorver esses trabalhadores.

Outra preocupação desse dirigente é com a concentração de terras e renda, já que poucos arrendadores/parceiros e trabalhadores têm uma boa remuneração e a maioria é assalariada, tornando as pequenas propriedades inviáveis, o que vai impulsionar os grandes proprietários a adquiri-las.

Para esse dirigente, na parte ambiental, existem os prós e os contras, pois, nas áreas rurais, estão sendo feitos bons trabalhos nos campos, como preservação de solos, e nas imediações, como conservação de estradas. Contudo, nas áreas de proteção ambiental, pouco tem sido feito. O uso dos agrotóxicos e das queimadas sem regulamentação também é muito preocupante.

²⁷ Grifo nosso.

Os produtores de acerola da Associação Agrícola de Junqueirópolis estão fazendo um grande esforço para certificar a acerola pelas boas práticas agrícolas na sua produção, o que trará muitas vantagens, permitindo uma maior expansão de mercados. Entretanto, essa certificação está sendo ameaçada pelos resíduos tóxicos que contaminam as plantações de acerola que se localizam nas proximidades das lavouras de cana-de-açúcar, pois não há cuidado para evitar a dissipação de agrotóxicos usados no cultivo da cana-de-açúcar. A monocultura provoca a diminuição da biodiversidade, levando muitas espécies a desaparecerem nessas regiões; e nada está sendo feito para se evitar ou minimizar esses impactos. Faltam normas para as ações que podem provocar danos, tanto na sociedade como no ambiente. Há necessidade de se criar mecanismos para que o setor seja sustentável em todos os aspectos: econômico, social e ambiental. Junqueirópolis está fazendo estudo para um possível zoneamento.

3.3.4- Controvérsias quanto aos aspectos social e econômico entre os extensionistas

Para os técnicos entrevistados, quatro deles da CATI, sendo três de Dracena e um de Tupi Paulista, a implantação da indústria sucroalcooleira e do Programa Estadual de Microbacias na microrregião veio desenhar ali uma nova paisagem.

Esses técnicos entendem que a região possuía muitas terras de pastagens degradadas, com grandes processos erosivos e, com a entrada da cana-de-açúcar, essas áreas foram sistematizadas e cuidadas nas questões de fertilidade, correção dos solos e controle de erosão. Por outro lado, há uma perda ambiental com a retirada de árvores isoladas e capões. Outra perda é quanto às áreas de preservação permanente. Muitos plantios de cana-de-açúcar entraram em áreas de preservação permanente que estão assoreadas, mas com grande capacidade de produzir água de forma a se reconstituírem em minas. Nesse aspecto, os responsáveis das usinas respeitam pouco o ambiente e estão repondo, de forma muito tímida, as árvores derrubadas e cuidando muito pouco das áreas de preservação permanente adjacente às lavouras de cana-de-açúcar.

Nos aspectos social e econômico há grande benefício na geração de emprego e renda, que já se reflete em toda a região. Há algum desajuste no aspecto

social com a vinda de trabalhadores de outras regiões e o seu modo próprio de vida, que acaba por trazer algumas questões culturais diferentes e, às vezes, criam problemas para a comunidade já arraigada. Um outro aspecto a ser abordado e muito preocupante, segundo os técnicos, é a questão da monocultura. Toda monocultura traz prejuízos ambientais, sociais e econômicos. Nos dois últimos aspectos, tem-se a preocupação de que, em épocas de crise da lavoura canavieira, possam agravar-se alguns problemas, como a falta de dinheiro em circulação e o desemprego. Na questão ambiental, pode haver um problema com pragas e doenças derivados da monocultura, nesse caso também com reflexos socioeconômicos.

Na visão desses técnicos, o pequeno produtor que possui apenas pastagens degradadas, que já mora na cidade e tem idade avançada, tem aderido ao arrendamento. Eles citam que, em Tupi Paulista, são aproximadamente 5 a 8% dos pequenos produtores. A maioria deles, com o auxílio dos técnicos extensionistas, ainda vêem vantagem em continuar suas atividades de leite, urucum, café, uva ou outra cultura que não a cana-de-açúcar. A agricultura familiar, com os benefícios do Programa de Microbacias Hidrográficas, tanto na formação como na infra-estrutura das propriedades, vem recuperando sua estrutura física, criando novas oportunidades de investimentos. Alguns poucos vizinhos de área de plantação de cana-de-açúcar, têm tido problemas de contaminação de suas lavouras com herbicidas aplicados pelas usinas e produtores independentes. Acredita-se no acirramento das disputas por área pelas usinas, já que muitas estão apenas no início de suas atividades.

Há uma tendência histórica de diminuição na área de plantio de milho e arroz principalmente, não tanto pela entrada da cana-de-açúcar, mas, sobretudo, porque a região não é propícia climaticamente para competir com regiões mais produtivas do estado e do país. Em relação à fruticultura e outras culturas e criações, como urucum, leite, seringueira, algumas olerícolas e hortaliças, que possuem um sistema produtivo sustentável, com uma condução tecnificada e cuja comercialização está vinculada a uma organização (associação ou cooperativa), dificilmente seus produtores vão aderir ao plantio de cana-de-açúcar. Há tendência de aumento da área de amendoim como alternativa na rotação de cultura (renovação) com a própria cana-de-açúcar.

Daqui a alguns anos, segundo alguns técnicos, a agricultura familiar estará explorando leite, fruticultura, olericultura, criação de pequenos animais de forma mais especializada e organizada em associações, cooperativas ou outras formas de

cooperação. A pecuária de corte vem sendo praticada com utilização de tecnologia com melhor rentabilidade e preservando o meio ambiente, e a cana-de-açúcar deverá manter a relação de 30 a 40% das terras criando um novo mercado, novas formas de negócios, tanto agrícola como comercial, e gerando empregos comuns e especializados com melhor remuneração, acelerando a economia local e regional.

Para esses técnicos, a questão da exploração do imóvel é mais relacionada à aptidão e à limitação de recursos humanos do que à invasão da cana-de-açúcar ou outro agronegócio.

3.4. As expectativas e visões dos parceiros/arrendatários/fornecedores

Dentre os 717 parceiros/arrendatários com contratos firmados nas seis usinas estudadas, foram escolhidos aleatoriamente 39 deles (5,5%), com área total desde 20 ha até 2.184 ha e área plantada contratada com as usinas de 4,0 ha a 1.418,0 ha (média 158,8 ha).

Foram entrevistadas pessoas residentes nas cidades e nas propriedades rurais, homens e mulheres proprietários, detentores de uma ou mais propriedades, de idades entre 35 e 80 anos (média de 61 anos), com atividade única e pluriatividade, agricultores, pecuaristas e agropecuaristas, empregadores e não empregadores, com nível fundamental, médio e superior, membros de associações, cooperativas e sindicatos. Procurou-se enfim mesclar a amostra de produtores rurais entrevistados.

Pode-se observar que 25,6% dos arrendatários/parceiros entrevistados preferiram arrendar para outras pessoas físicas, plantadores de cana-de-açúcar, ao invés de arrendar diretamente às usinas. Esse fato é explicado durante os questionamentos, segundo eles, pela garantia de ficar nas mãos de pessoas conhecidas e com raízes na região. 75,4% arrendaram diretamente às usinas. Apenas 7,7% plantaram por conta própria e sem garantia contratual de fornecimento. A média contratada para arrendamentos ficou em 35,0 ton/alqueire/ano, ou 14,46 ton/hectare/ano e a forma de pagamento, em sua maioria, é mensal. Poucos optaram pela forma trimestral e semestral e ainda um optou pelo recebimento no ato do corte.

Percebe-se uma grande redução no efetivo bovino, cujo descarte se fez para dar lugar à cultura canavieira e, juntamente a esta redução, percebe-se o desmanche ou a demolição de grande parte das infra-estruturas, como cercas, encanamentos, bebedouros, cochos, barracões e até casas (pintura 6). A grande maioria dos

questionados não tem idéia do valor desses imobilizados.



Fonte: Fuzinatto



Fonte: Fuzinatto

Pintura 6. O antes e o depois da cana-de-açúcar na MRG.

Chama a atenção a pequena quantidade de demissões ocorridas – somente 9 (nove) nas 39 UPAs onde foram realizadas as entrevistas –, o que reforça a tese de que a pecuária emprega muito pouco. Em se tratando de força de trabalho, dentre os

162 envolvidos, 31 dentre os proprietários são mulheres. Existem 166 pessoas, entre proprietários, familiares e empregados residindo nas UPAs.

Em todas as propriedades, verificaram-se boas condições de moradia, infraestrutura sanitária e residências providas de bens de consumo duráveis, como televisores, aparelhos de reprodução de vídeos e DVDs, geladeiras, *freezers*, veículos de passeio e computadores, condições essas adquiridas antes da introdução da cultura canavieira. A maioria dos questionados tinha, como atividade principal anterior, a pecuária e optaram pelo arrendamento devido aos motivos expostos no quadro 5:

Quadro 5 – Alternativas de opção ao arrendamento/parceria

Alternativas	Qtde entrevistados	%
Diversificação	1	2,6
Custos gerais impraticáveis (fertilizantes, insumos, sal mineral)	1	2,6
falta mão-de-obra, principalmente para a atividade leiteira	1	2,6
viabilidade econômica	3	7,7
melhor custo/benefício por sobrevivência	1	2,6
Renda melhor	11	28,2
preços na pecuária de corte e leite defasados	8	20,5
idade avançada	2	5,1
problemas de saúde (enfermidades diversas e dores na coluna)	1	2,6
Tranquilidade	1	2,6
área de baixa utilização	1	2,6
processo com empregado (reclamação trabalhista)	1	2,6
área improdutiva	1	2,6
preço convidativo à cana na época	1	2,6
Receio dos roubos de gado	1	2,6
contribuição à produção de um combustível limpo e renovável	1	2,6
mais tempo livre	1	2,6
falta de condições financeiras	1	2,6
por sobrevivência	1	2,6
	39	100

Somente três não fizeram cálculos antes de decidirem pelo arrendamento e grande parte confessa ter ouvido a opinião e ter sido influenciada por outros produtores, por técnicos e pela própria família. Um total de 20 entrevistados (51%) informou que têm conseguido poupar.

Quanto à questão sobre a renda oriunda do arrendamento, as respostas foram: a manutenção da propriedade em sua maioria, a melhoria de infra-estrutura, a saúde da família (compra de remédios), a faculdade dos filhos, a construção de casas,

a compra de carros, a possibilidade de fazer aplicação financeira, o pagamento de dívidas rurais, a realização de viagens e a melhoria na alimentação.

Para a questão “o que melhorou depois do arrendamento?” foram dadas as seguintes respostas constantes no quadro 6:

Quadro 6 – Melhora depois do arrendamento/parceria

Retorno	Qtde entrevistados	%
mais tranquilidade (menos preocupação)	10	25,6
maior quantidade de folgas	1	2,6
menos despesas	1	2,6
melhoria na renda e renda fixa	13	33,3
diminuição do serviço	3	7,7
maior proximidade do gado em função da construção de piquetes	1	2,6
não necessidade do pagamento de empregados	3	7,7
mais dinheiro à sua disposição	1	2,6
sair dos empréstimos de bancos	1	2,6
mais tempo disponível e dinheiro para ir a restaurantes com a família	1	2,6
recuperação de solos degradados através de terraços	1	2,6
não melhorou nada	3	7,7
	39	100,0

Uma das perguntas feitas foi: “se no vencimento do contrato o panorama atual deixar de ser interessante o que o arrendador pretende fazer?”. As respostas se encontram no quadro 7.

Quadro 7 – Alternativas para se retornar à atividade anterior

Alternativas	Qtde entrevistados	%
voltar para a pecuária	24	61,5
arrendar para outras culturas ou arrenda pasto	4	10,3
vender a propriedade	2	5,1
Trocar de atividade	1	2,6
fazer parceria de gado	2	5,1
não pensou e não quer pensar	5	12,8
plantar eucalipto	1	2,6
	39	100,0

Diante da pergunta “Tem reserva de capital para tal?”, a maioria diz não ter, mas pretende poupar. Isso contradiz os 51% que dizem poupar.

A maioria respondeu que teve ganho ambiental, pois foram obrigados a cercar áreas para as APPs, embora alguns reclamem da derrubada de árvores. Todos disseram acompanhar os serviços das usinas em suas propriedades. Aqueles que ainda mantêm gado na propriedade disseram que o gado não utiliza as áreas de APPs.

Incluiu-se no questionário uma pergunta final bastante subjetiva, mas de muita importância para entender a compreensão e as expectativas em relação ao negócio celebrado entre esses arrendadores/parceiros (que numeramos de 1 a 39 para preservar suas identidades) e as agroindústrias sucroalcooleiras, cujas respostas apresentamos a seguir (QUADRO 8):

Quadro 8. Compreensão e expectativas dos arrendatários/parceiros da MRG Dracena em relação ao arrendamento/parceria

ARRENDADOR PARCEIRO	COMPREENSÃO E EXPECTATIVAS DOS ARRENDADORES E PARCEIROS
1	<i>A vinda da atividade sucroalcooleira não é benéfica para a região quando concentra renda nas mãos de poucos. Como foi cedida área e benfeitoria degradadas (terra e cerca), foi bom. Espero que a terra valorize a longo prazo.</i>
2	<i>Vejo um futuro de grande relevância em relação a cana-de-açúcar, principalmente no que tange a produção de biocombustível (alternativa às fontes poluidoras), bem como o aproveitamento do bagaço da cana na co-geração de energia. Tal segmento, por outro lado, deve trabalhar ainda muito em cima do mercado mundial dos biocombustíveis.</i>
3	<i>Se não houver uma medida governamental para baixar o custo dos insumos, muitos outros produtores serão obrigados a parar.</i>
4	<i>Não respondeu</i>
5	<i>A cana baixou, o gado subiu, com a venda do gado eu comprei mais 4 alqueires de terra. Arrendei 73 ha de pasto. Está difícil conseguir mão-de-obra. O balaio de milho (ração para o gado) subiu de R\$ 1,00 para R\$ 1,50. Plantei cana por conta própria e na venda vou aumentando a área. O programa de microbacia é muito bom. Estou apreensivo de que no corte da cana o preço esteja baixo.</i>
6	<i>A usina corrigiu a erosão e voçorocas que eram muitas. A terra estava fraca. A entrada da cana foi um refresco para a região. Foi estratégica para melhorar o comércio. O arrendamento foi a salvação, renda certa mesmo o preço estando baixo.</i>
7	<i>O arrendamento me dá segurança. Dinheiro líquido sem despesa. Todo mês pinga na conta. Na pecuária move (sazonal) sem contar que o preço do boi está baixo demais.</i>

8	<i>Tenho preocupação com o recebimento, natural de quem negocia. Melhorou o comércio e houve mais emprego.</i>
9	<i>Hoje e enquanto o cenário internacional do etanol estiver favorável a cana é altamente viável. Ditado regional é: “antes da cana e depois da cana”. A região perdeu o apelido de “corredor da fome”. O movimento comercial está grande, bem melhor. Houve valorização dos terrenos tanto rurais quanto urbanos. A parte social melhorou.</i>
10	<i>Não respondeu</i>
11	<i>Não respondeu</i>
12	<i>Não respondeu</i>
13	<i>Vejam os ganhos pela quantidade de licenciamentos no DETRAN, no número de alunos nas escolas (CESD), nos cursos profissionalizantes, na Escola Agrícola. Vejam na prefeitura o aumento da construção civil.</i>
14	<i>Não respondeu</i>
15	<i>Esperei para decidir. Vendi o gado na alta. Tem a parte positiva: geração de renda para o município. Geração de emprego. A parte negativa é perigo da monocultura, formação de cartel e parte ambiental.</i>
16	<i>Excelente. Gerou empregos. Desenvolveu mais a cidade, o comércio em geral melhorou. Tenho receio dos projetos (usinas) não darem certo, que o etanol do álcool não vingue, porque pode ser descoberto um outro produto menos poluente. A tecnologia de primeiro mundo criará novas formas de energia.</i>
17	<i>Não respondeu</i>
18	<i>Não existe mais mão-de-obra. O funcionário agora não quer trabalhar bem. Observei o quanto os funcionários do arrendamento fez corpo mole (são protegidos pelo sindicato). O preço da cana baixou, antes eu ganhava R\$ 112,00/alq., hoje está em R\$ 72,00/alq. Se fosse hoje eu não arrendava. Microbacia é bom, mas estou sem receber a cerca que fiz pra proteger a APP. Penso que no futuro será pobreza na região, os arrendadores se acomodaram. Aumentou os roubos nas propriedades. Os vizinhos foram se mudando pra cidade. Minha mulher quer mudar.</i>
19	<i>O juro do financiamento para a agricultura está um absurdo. O preço do produto não acompanha. Este ano a previsão é de superprodução de cana-de-açúcar e há muito plantio para pouca capacidade de moagem. Os equipamentos das usinas quebram muito (a Rio Vermelho faz 8 dias que está parada). Foi bom diversificar renda. Vai faltar mão-de-obra pois está valorizada. Terei prazer em pagar mais se for competente. Adubo no ano passado estava em R\$ 700,00/t., hoje está entre R\$ 1.300,00 e R\$ 1.400,00/t.</i>
	<i>Muito bom. Valorizou a região. Bastante emprego. Inseriu a região numa coisa</i>

20	<i>fundamental para a sobrevivência: energia (produção) sem detrimento da produção de alimento. Vai trazer atividades paralelas em volume significativo tais como: oficinas para manutenção de máquinas, produção industrial de alimentos (cantinas). Aumentou a renda per capita regional, lavanderia, hospitais, comércio (veio das Casas Bahia), educação, trânsito de cultura (consultores). A pecuária vai ser reduzida e agregadora de capital, vai ficar intensiva. A relação usina x fornecedor é muito desbalanceada, limitando o poder de barganha do produtor. Se não dosarem vão criar força antagônica e presença deles. Importante ficarmos atentos. Aumento de progresso e renda traz aumento da violência (tráfico, corrupção e outros). Onde o dinheiro vai pode carregar esses inconvenientes. Chamar a responsabilidade municipal para o acelerado crescimento populacional que demandar mais rede de água, de esgoto, asfalto, escolas, postos de saúde etc. Cuidar do periurbano.</i>
21	<i>Da minha área total, 40% é de cana-de-açúcar, produção com resultados positivos até o momento. Tanto no financeiro como na conservação do solo.</i>
22	<i>Não respondeu</i>
23	<i>Não respondeu</i>
24	<i>Trouxe mais trabalho e renda aos proprietários. Aproveitamento melhor de pastagens que estavam degradadas. Vi o bom trabalho das usinas na recuperação do solo. Se ficar como está hoje em área não haverá prejuízo para as outras culturas, porque a cana avançou principalmente em áreas de pastagens degradadas.</i>
25	<i>Com o aumento do cultivo da cana em nossa cidade, aumentou os empregos e a renda dos proprietários que arrendaram.</i>
26	<i>Toda monocultura ao longo do tempo provoca o empobrecimento da região, devido a concentração das terras e exaustão das mesmas. A cana é uma cultura que vai reduzir a mão-de-obra para as outras atividades num primeiro momento e depois as jogam no mercado sem mais preparo, descapitalizados e debilitados fisicamente. Sou a favor da diversificação.</i>
27	<i>Não respondeu</i>
28	<i>Estou satisfeito com o arrendamento. Como, bebo e não devo.</i>
29	<i>Falta mão-de-obra e está cara. O arrendamento foi feito porque o leite e o gado estavam com o preço baixo e porque estava com problema de saúde (dor na coluna). Hoje acho que a cana na região veio para criar emprego. Amanhã não sei. Canavieiro estraga muito a estrada.</i>
30	<i>Mantenho também a seringueira que doei para meu filho. Ele mora na cidade e vem extrair o látex 4 vezes na semana.</i>
31	<i>Acho que a vinda da cana-de-açúcar na região foi boa. Dá muito emprego e mantém a estrada boa. Hoje estamos contentes, mas amanhã não sabemos.</i>

32	<i>Depois que arrendei a terra para a cana acabou a preocupação. Hoje está até melhor para a família. Propriedade bem tratada, sem erosão.</i>
33	<i>Falta benefício financeiro, juros ainda altos. Funcionário na maioria perdeu amor pelo trabalho. Mudei para a cana porque na época era inviável permanecer com toda a área da propriedade com pecuária.</i>
34	<i>Melhorou a região porque trouxe serviços para o povo. Hoje falta até mão-de-obra. Estrada está muito boa. Na colheita até hoje não foi feito queimada. Maneirou o trabalho no campo.</i>
35	<i>Não respondeu</i>
36	<i>Com a vinda da cana-de-açúcar acho que a nossa região melhorou. Muita mão-de-obra e comércio melhor.</i>
37	<i>Estrada muito boa. Com a vinda da cana não falta trabalho. Comércio melhorou. Cana aqui não tomou área de plantio de grão. Meio ambiente não estragou nada na propriedade.</i>
38	<i>Boa a vinda da cana-de-açúcar, pois começou pagando muito bem. Hoje já caiu o preço</i>
39	<i>Não respondeu.</i>

Fonte: Organizado pela autora a partir das entrevistas realizadas

Algumas das declarações dos produtores evidenciam que eles estão bastante cansados e desestimulados em continuar a labuta no campo, pelos tantos motivos descritos nesse trabalho e, viram no arrendamento/parceria uma grande chance de descansar ou como dizem em outras palavras “ganhar sem trabalhar”.

Pode-se observar através do quadro 5 que a maioria dos produtores (28,2%) arrendou pensando em obter uma renda melhor, seguido do desestímulo pelo preço da arroba do boi (20,5%), que na época estava muito baixo. A busca por uma renda maior foi confirmada no quadro 6, quando 33,3% dos produtores responderam o que melhorou depois do arrendamento. Muitos deles (25,6%) ainda confirmaram que após o arrendamento tiveram mais tranquilidade (menos preocupação).

A grande maioria dos arrendatários/parceiros (61,5%) responderam que voltam para a pecuária caso o panorama deixe de ser interessante, outros (10,3%) optam por arrendar para lavoura ou pastagem, quando apenas 5,1% responderam que podem vender a propriedade. O percentual de 12,8% não pensou e nem quer pensar em tal hipótese.

O produtor n° 7 destacou que “O arrendamento me dá segurança. Dinheiro líquido sem despesa. Todo mês pinga na conta. A pecuária move (sazonal) sem contar que o preço do boi está baixo demais.”.

Para o produtor n° 18: *“Não existe mais mão-de-obra. O funcionário agora não quer trabalhar bem. Observei o quanto os funcionários do arrendamento fez corpo mole (são protegidos pelo sindicato). O preço da cana baixou, antes eu ganhava R\$ 112,00/alq., hoje está em R\$ 72,00/alq. Se fosse hoje eu não arrendava. Microbacia é bom, mas estou sem receber a cerca que fiz pra proteger a APP. Penso que no futuro será pobreza na região, os arrendadores se acomodaram. Aumentou os roubos nas propriedades. Os vizinhos foram se mudando pra cidade. Minha mulher quer mudar”.*

O produtor n° 28 disse: *“Estou satisfeito com o arrendamento. Como, bebo e não devo”.*

O produtor n° 31 diz que: *“Acho que a vinda da cana-de-açúcar na região foi boa. Dá muito emprego e mantém a estrada boa. Hoje estamos contentes, mas amanhã não sabemos”.*

Esses atores, arrendatários/parceiros, são os mais diretamente envolvidos no enredo, e certamente se encontram indecisos em sua maioria.

Essas indecisões se explicam tanto pela baixa de preço da matéria-prima²⁸ (perda de renda) como pelas formas de transações, ora por arrendamento e/ou parceria, ora por fornecimento, o que nos remete a endossar a argumentação de Harvey (1996)²⁹, de que o capitalismo está se tornando cada vez mais organizado através das respostas flexíveis nos mercados de trabalho e nos processos de trabalho com elevadas doses de inovação.

Quando essas indecisões partem do pequeno produtor recorremos a Brose (1999) ao destacar que as intervenções das políticas públicas tornam-se necessárias para a regulação das assimetrias do mercado com o objetivo de assegurar que a agricultura familiar não se transforme em alvo fácil de monopólios e de intermediários que se apropriam do valor agregado da produção.

Durante as entrevistas pode-se observar certo grau de otimismo em relação à monocultura canavieira, mas com uma dose elevada de temor quanto ao futuro.

3.5. Considerações sobre as expectativas dos atores envolvidos no processo de estruturação do parque sucroalcooleiro na MRG de Dracena

Vimos por parte dos parceiros outorgados (usinas) no início dos trabalhos

²⁸ O valor da matéria prima (cana-de-açúcar) está relacionado ao valor da ATR (Açúcar Total Recuperado), cujo cálculo se dá em função dos valores do álcool e açúcar no mercado interno e externo. Fonte CONSECANA.

²⁹ Cf. item 1,3.

que havia grande otimismo em relação à região e cremos que o pessimismo que ora se instala é devido principalmente à postura governamental de não liberação de financiamentos, deixando-os inadimplentes e de certa forma desacreditados pelos arrendatários/parceiros outorgantes e fornecedores³⁰. O que nos remete a Saquet (2006), como já discutimos no item 1.2.1, ao destacar que o poder está presente nas ações do Estado, e também nas instituições, empresas, enfim, nas relações sociais que se efetivam na vida cotidiana, visando ao controle e à dominação sobre os homens e as coisas.

Os terceirizados atraídos inicialmente pela grande demanda de serviços por parte dessas indústrias adquiriram máquinas através de empréstimos bancários a taxas de juros elevadas e se encontram em dificuldade para honrarem os compromissos assumidos, devido a concorrência que se tem praticado entre os terceirizados, cujos preços de serviços mal cobrem os custos. Observa-se nas empresas terceirizadas que a demanda por mão-de-obra especializada decaiu e a consequência tem sido de antecipação de férias e demissões.

Tal constatação vem reforçar o que Batalha (1995) destaca ao enfatizar que as empresas com o objetivo único de atingir suas metas, posicionam-se com o intuito de obter o máximo de margens de lucro em suas atividades, ao mesmo tempo em que tentam apropriar-se das margens dos outros agentes presentes, como já discutido no item 1.2.3.

Durante as entrevistas, ainda na fase das “vacas gordas”, observou-se grande otimismo das duas partes (usinas e produtores), e, também por parte dos terceirizados, bem como da sociedade de uma forma geral que assistiu o *boom* do comércio e serviços regionais.

Dracena consolidou-se como pólo regional, principalmente na saúde, ocorrendo a vinda de médicos com especialidades que antes não havia na região, além de uma grande reforma da Santa Casa local e da construção de mais Postos de Saúde tanto em Dracena como nas demais cidades da região. Novos laboratórios, inclusive um regional.

Foram construídos melhores hotéis, constituídos cafés modernos, restaurantes e outros estabelecimentos comerciais e de serviços (principalmente oficinas mecânicas). Acelerou-se a construção da ponte de Paulicéia (ligação entre SP

³⁰ Fornecedores: plantadores de cana-de-açúcar por conta própria

e MS).

Este progresso inflacionou a economia regional. Em certa fase, faltaram imóveis para aluguel e venda, o que provocou um elevado acréscimo nos preços dos imóveis residenciais, bem como nos comerciais devido à abertura de novas empresas.

Todo este *boom* de desenvolvimento nos remete a Raffestin (1984), que define a territorialização destacando as relações de poder, redes de circulação e comunicação, territorialidades, dominação de recursos naturais, lembrando as relações sociais entre sujeitos e entre estes com seu lugar de vida, abrangendo os fatores econômicos, políticos e culturais.

As preocupações dos demais entrevistados (prefeitos, dirigente de associação, técnicos extensionistas), principalmente em relação à possível substituição da mão-de-obra pelas máquinas na colheita, demandam a elaboração e condução de programas que revertam os custos sociais que se avizinham. Essas preocupações podem ser explicadas por Kageyama (1998)³¹ que destaca a forma de associar atividade e território, do ponto de vista econômico e social, principalmente no âmbito da inserção na economia local, é “como se dá a interação e integração das famílias, domicílios, indivíduos ou empresas nas redes econômicas e sociais locais, e nos mercados locais e nacionais” (p.538).

Com uma possível recuperação do setor sucroalcooleiro e a falta de perspectiva do pequeno proprietário rural, pode vir a ser convidativo o arrendamento das propriedades de até 20 ha, desde que não haja um programa de recuperação e incentivo destas áreas, ou mesmo, que não se estenda o programa de microbacias do Estado de São Paulo à todas as pequenas propriedades da MRG.

Segundo já discutimos anteriormente, dada a importância do destaque de Hespanhol e Costa (2002) de que cabe aos pequenos produtores rurais procurar alternativas econômicas e sociais que possibilitem a sua reprodução social, destacando que a maior dificuldade dos pequenos produtores rurais reside na comercialização dos seus produtos, propõe-se uma forma de organização, nos moldes da adotada no Entrepósito de Presidente Prudente, para assegurar à categoria dos pequenos produtores um maior domínio sobre o ciclo das atividades agropecuárias, para além da porteira das propriedades rurais.

Em função da experiência dos constantes fracassos com associações e

³¹ Como já discutido por nós no item 1.2.1.

cooperações em algumas regiões, dependendo das características da população e da capacidade de organização coletiva, sugere-se que haja maior independência e maiores possibilidades individuais, para tanto a proposta não se aterá à formação de associações ou cooperativas, mas sim à implantação de um entreposto nos moldes da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo – CEAGESP –, porém com menos burocracia e mais transparência nas atribuições estatutárias e regulamentares.

Inicialmente, faz-se necessária a montagem de uma estrutura física de âmbito local ou regional, contendo, pelo menos, um depósito dividido em boxes que possibilite a classificação e o controle dos produtos recebidos de cada pequeno produtor, de preferência de um mesmo segmento agrícola, e uma pequena central de compras e uma central de vendas, com escritório informatizado e sistematizado, com possibilidade de operar numa rede de informação com os demais entrepostos de outros municípios, regiões e estados para concretizar as permutas de produtos que irão compor estoques reguladores através das compras e vendas.

Cabe ao poder público disponibilizar recursos financeiros para essa finalidade, seja em comodato, seja por meio da concessão de financiamento à longo prazo.

Os produtos depositados (entregues) no entreposto deverão ser classificados como produtos de primeira, segunda, terceira e quarta (e podendo ser estendido) em função de sua qualidade, cujo destino será como segue:

1. Produtos de primeira: poderão ser embalados e destinados à venda a hipermercados ou destinados à exportação;
2. Produtos de segunda: destinados à venda a supermercados, feiras, escolas e outras instituições;
3. Produtos de terceira: destinados à venda para agroindústrias;
4. Produtos de quarta: destinados à fabricação de adubos e rações pelo próprio entreposto, cuja produção será vendida a preço de custo aos produtores rurais filiados, o que minimizará os custos de produção dos mesmos ao mesmo tempo em que possibilitará o manejo sustentável de sua atividade.

No âmbito do projeto, podem ser constituídas micro-empresas de embalagens preferencialmente de produtores rurais filiados ao entreposto e com

vocação industrial, ou ainda ser constituída em comum e administrada pelo próprio entreposto, gerando empregos para as mulheres e os jovens filhos dos produtores filiados. Toda a mão-de-obra envolvida na classificação, embalagem, administração e nas demais atividades no entreposto serão preferencialmente dos próprios produtores rurais.

Essa proposta, para se viabilizar, requer a interferência do poder público na implantação, principalmente quando se tratar da montagem de uma estrutura física, tanto na concessão de um prédio (barracão) como no mobiliário, da estruturação administrativa (móveis de escritório, *hardware* e *software*), bem como no investimento para o treinamento de profissionais capacitados de entidades públicas ou privadas.

Encerra-se este capítulo reportando-nos novamente a Gualda (2007) que destaca ser a agricultura familiar o segmento de menor capacidade de inserção e competição, quando comparada ao modelo agro-exportador, devendo, portanto, esta receber tratamento diferenciado através de políticas públicas a ela direcionadas.

CONCLUSÃO

"Construímos muros demais e
pontes de menos."

Isaac Newton

O exposto nesta dissertação, na tentativa de compreender como se deu o processo de inserção da atividade sucroalcooleira na microrregião de Dracena, levando-se em conta as preocupações: a) em se preservar a estrutura agrária de pequenas propriedades; b) o impacto de uma monocultura na MRG de Dracena; c) a postura governamental com omissão do poder público sobre o atual cenário mundial dos biocombustíveis; d) a situação dos pequenos produtores e sua inserção e/ou subordinação no processo produtivo sob as relações intersetoriais entre os segmentos agrícolas e industriais; dentre outros, não nos afiança em apontar conclusões completas e/ou acabadas.

Tentou-se neste trabalho verificar os efeitos diretos dessa inserção. Nos aspectos social e econômico houve benefício pela geração de emprego e renda, que se refletiu em toda a região, mas com certo desajuste no aspecto social pela vinda de trabalhadores de outras regiões. O modo próprio de vida trouxe algumas questões culturais diferentes que criaram problemas para a comunidade local.

A monocultura sempre trouxe em seu bojo prejuízos nos aspectos: ambiental, social e econômico. No aspecto ambiental os problemas são com pragas e doenças derivados da monocultura e, contaminação de outras lavouras circunvizinhas, nesse caso também com reflexos socioeconômicos. Nos dois últimos aspectos, tem-se a preocupação de que, em épocas de crise da lavoura canavieira, possam agravar-se a falta de dinheiro, o desemprego e a violência.

O Programa de Microbacias Hidrográficas coordenado pela CATI e executado pelos Escritório Regionais de Desenvolvimento Rural (EDRs) e pelas Casas da Agricultura dos municípios tem protegido em parte a agricultura familiar, com benefícios tanto na formação como na infra-estrutura das propriedades, recobrando sua estrutura física e oportunizando mais investimentos à produção. Na MRG de Dracena, os pequenos produtores que aderiram ao programa sentem-se amparados para continuar suas atividades de fruticultura (uva, acerola etc), urucum, leite, café, seringueira, algumas olerícolas, hortaliças e outras culturas e criações deslocadas da atividade sucroalcooleira.

Os técnicos extensionistas locais crêem que esses pequenos produtores com um sistema produtivo sustentável, uma administração tecnificada e a comercialização vinculada a uma organização (associação ou cooperativa), jamais vão aderir ao plantio de cana-de-açúcar. Em poucos anos, acreditam que a agricultura

familiar estará mais especializada e organizada em associações, cooperativas ou outras formas de cooperação.

Percebeu-se ainda que com a concorrência, os pecuaristas de corte tem procurado se tecnificar e a preservar o meio ambiente (os pecuaristas não utilizam mais as APPs), cuja exigência do poder público tem se acirrado.

O cultivo da cana-de-açúcar deverá se estabilizar em 30 a 40% da área das total das unidades de produção agropecuárias na MRG de Dracena e deverá manter a disputa da mão-de-obra, fazendo com que as demais atividades passem a pagar melhores salários.

Num primeiro momento, quando da implantação da atividade sucroalcooleira, pensou-se que as terras teriam uma grande alta nos preços, mas, talvez pelo fato das agroindústrias não investirem na compra da terra, o mesmo não se efetivou.

Um dado importantíssimo que nos chamou a atenção foi o fato de não ter alterado a estrutura fundiária na MRG de Dracena, pelo contrário, na última década houve um aumento da quantidade de propriedades até vinte hectares.

Mesmo não se concretizando parte das preocupações apontadas, mas ainda não descartadas, cabe ao setor público de agora em diante elaborar e conduzir programas que revertam os custos sociais que se aproximam.

A euforia deu lugar à frustração em se tratando da aposta de desenvolvimento da MRG de Dracena impulsionada pelo etanol. O problema não é regional, mas sim mundial, oriundo em parte da retração dos investimentos no setor sucroalcooleiro, ocasionado pela saraivada de críticas que relacionam a expansão da produção de etanol ao aumento de preços dos alimentos, seguido da baixa do preço do petróleo provocada pela crise financeira mundial. As usinas altamente endividadas no curto prazo passaram a ter problemas de liquidez. No Estado de São Paulo essas empresas viram como alternativa inundar o mercado com etanol ao preço de venda esbarrando no custo de produção, e algumas até com o custo superior.

Em se tratando da omissão do poder público sobre o atual cenário mundial dos biocombustíveis, realmente a preocupação não foi imaginária. O governo brasileiro acena agora para o pré-sal em detrimento do etanol.

Encerra-se esta dissertação sinalizando que algumas suposições destacadas foram com a finalidade de direcionar e elaborar um planejamento estratégico, oxalá para o desenvolvimento mais sustentável da microrregião de Dracena quando relacionada à assistência ao pequeno produtor rural.

REFERÊNCIAS

AGRIANUAL, 2007 – Anuário da Agricultura Brasileira. Instituto IFNP. CONGRESSO BRASILEIRO DE AGRIBUSINESS, 1., 2002, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Associação Brasileira de Agribusiness – ABAG, 2002, Disponível em: < <http://www.abag.org.br>>. Acesso em: 05 mar. 2007.

ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e uso do solo**. São Paulo em Perspectiva – abr/jun. vol.11, nº 2: 73-78, 1997.

ANDRADE, M.C.de. **Modernização e pobreza**. A expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social. São Paulo: Editora da UNESP, 1994.

_____. **Aceleração e freios ao desenvolvimento brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1973.

ANSELM, R. UNICA prevê aumento de 11,32% na moagem. **Jornal Cana**, Ribeirão Preto, ano 13, p. 26-28, mai., 2006.

BATALHA, M.O.; SILVA, A.L. Gerenciamento de Sistemas Agroindustriais: Definições e Correntes Metodológicas. In: BATALHA, M.O. (Coord.). **Gestão Agroindustrial**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2001. P. 23-63.

_____. **Gestão agroindustrial**. Vol. 01. São Paulo: Atlas, 1997.

_____. As cadeias de produção agroindustriais: uma perspectiva para o estudo das inovações tecnológicas. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 43-50, out./dez., 1995.

BATALHA, M.O; SCARPELLI, M. Gestão do agronegócio: aspectos conceituais. In: BATALHA, M.O. (Org.). **Gestão do Agronegócio**: textos selecionados. São Carlos: EdUFSCar 2005.P.7-28.

BENJAMIN, R. S. **A cafeicultura no município de Osvaldo Cruz**: gênese – auge – decadência – perspectivas de recuperação. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BROSE, M. **Agricultura Familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: EdUNISC, 1999.

BRUMER, A. Qual a “vocação” produtiva da agricultura familiar? Globalização, produção familiar e trabalho na agricultura. In: TEDESCO, J.C. (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. P. 223-254.

CATALÃO, Igor. **A propósito da dialética socioespacial e dos movimentos sociais**.

Presidente Prudente, 2007. 15 p. Trabalho não publicado.

CLUBE MUNDO. **A cana-de-açúcar no Centro Sul**. Disponível em: <http://www.clubemundo.com.br/noticia_show.asp?id=1059&prod=1>. Acesso em: 05. nov 2008.

COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO – CEAGESP. **Regulamento dos entrepostos da CEAGESP**. Norma – OP. 001, 2002.

DALL'ÁCQUA, C.T.B. **Competitividade e participação**: cadeias produtivas e a definição dos espaços geoeconômicos global e local. São Paulo: Annablume, 2003.

DAVIS, J.H.; GOLDBERG, R.A. **A concept of agribusiness**. Division of research. Graduate School of Business Administration. Boston: Harvard University, 1957.

DELGADO, G.C. **Questão agrária no Brasil**. Perspectiva histórica e configuração atual. São Paulo: INCRA, 2005. p.43-49.

DELGADO, N.G. Política econômica, ajuste externo e agricultura. *In*: LEITE, S.P. (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001. P. 15-52.

DEMATTEIS, G. **Le metafore della Terra**: a geografia umana tra mito e scienza. Milano: Feltrinelli, 1985.

DOBB, M. et al. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Coleção Pensamento Crítico, v. 18.

EMBRAPA – Sudeste. **Contabilidade da Pecuária**. 2005.

EMBRAPA/CATI. **Comunicado Técnico 72**. São Carlos, dez., 2006.

ENGELS, F., MARX, K. **A situação da classe operaria na Inglaterra**. Apêndice da edição em folheto à parte de Ludwig Feuerbach publicado originalmente na Alemanha em 1888.

ESTADO DE SÃO PAULO. Fundação SEADE. **O PIB dos municípios paulistas em 2004**. Disponível em: <<http://www.seade.sp.org.br>>. Acesso em: 16 fev. 2007.

FACHINI, C.; OLIVEIRA, S.R.; NOGUEIRA, E.A.; MELLO, N.T.C. Incubadora de agronegócios: empreendedorismo como alternativa à pequena produção rural. **Informações Econômicas**, São Paulo, n. 36, dez., 2006.

FERLINI, V.L.A. **A civilização do açúcar**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1959.

GALVÃO, E. **Encontro de sociedades**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GIL, I. C. **Nova Alta Paulista, 1930-2006**. Do desenvolvimento contido ao projeto político regional. São Paulo: Scortecci, 2008.

GOLDBERG, R.A. **Agribusiness coordination: a systems approach to the wheat, soybean and Florida orange economies**. Division of research. Graduate School of Business Administration. Boston: Harvard University, 1968.

GONÇAVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil**. São Paulo: UNITEC, 1977. P. 23-49.

_____. Estado e agricultura no Brasil. São Paulo: UNITEC, 1977. P. 51-113.

GUALDA, Neio L.P. **Agricultura Familiar versus modelo agro-exportador: O falso dilema da não coexistência**. Maringá-Pr. 2007.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

HESPANHOL, A.N. A expansão da agricultura moderna em bases empresariais e a integração do Centro Oeste ao mercado nacional. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 22, 2000.

_____. Agricultura, desenvolvimento e sustentabilidade. In: MARAFON, G.J; RUA, João; RIBEIRO, M.A. (Org.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. P. 179-198.

_____. Desafios da geração de renda em pequenas propriedades e a questão desenvolvimento rural sustentável no Brasil. In: ALVES, A.; CARRIJO, B.; CANDIOTTO, L. (Org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. P. 81-94.

HESPANHOL, R.A.M.; COSTA, V.M.H.M. A agricultura familiar em municípios selecionados da microrregião geográfica de Presidente Prudente-SP: caracterização e interpretação. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 01, n. 01, p.01-11, 2002.

IBGE. **Censos demográficos**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 02 mai. 2005.

_____. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: FIBGE, 1992. V. 1.

JORNAL LIVRE. **Agromanufatura açucareira no Brasil**. Disponível em: <<http://www.blogdafolha.com.br>>. Acesso em: 06 out. 2007.

JUNGMAN, F. **O direto da Agroindústria Açucareira**. São Paulo: Revista dos Tribunais Ltda, 1971, p.35.

KAGEYAMA, A. Pluriatividade e Ruralidade: Alguns aspectos metodológicos. **Revista de Economia Aplicada**, Campinas, v. 2, n. 3, p. 515-551, 1998. Disponível em: <<http://www.unicamp.org/projeto/rurbano/textos>>. Acesso em 26 mai. 2007.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

LASH, S.; URRY, J. **The end of organized capitalism**. Cambridge: Polity Press, 1987.

LENIN, V.I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LINS, C; SAAVEDRA, R. **Sustentabilidade corporativa no setor sucroalcooleiro brasileiro**. Rio de Janeiro: Fundação Brasileira, 2007.

MACEDO, I.C. (Org.). **A energia da cana-de-açúcar: doze estudos sobre a agroindústria da cana-de-açúcar no Brasil e sua sustentabilidade**. São Paulo: UNICA, 2005.

MANNARELLI FILHO, T.; NEY, A.K. **A evolução da Indústria sucroalcooleira na região Oeste do Estado de São Paulo**, 1997. Biblioteca Digital. Disponível em <http://www.admbrasil.com.br>>. Acesso em 26 mai. 2008.

MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. **Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. P. 179-198.

MELESE, J. **Approches systémiques des organizations**. Paris: Les Editions d'Organisation, 1990.

MONTEIRO, R.C.M. **Criadores, cafeicultores, terra e mão-de-obra**. Araraquara e São Carlos na era da transição, 1830-1888. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara.

MORAES, M.A.F.D.de. **A desregulamentação do setor sucroalcooleiro do Brasil**. Piracicaba, 1999. Tese de doutorado Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo.

MÜLLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec/Educ, 1989.

NEHMI, V.A.F. **Transgênicos prometem mudar a geografia da agricultura**. São Paulo, Instituto FNP, 2007.

NIVEAU, M. **História dos fatos econômicos contemporâneos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

NOVAIS, F. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial. In: MOTTA, C.G. (Org.).

Brasil em perspectiva. São Paulo: Difel, 1974.

O ESTADO DE S.PAULO. **Febre do etanol amplia fusões e aquisições.** Matéria de Renée Pereira – jornalista. P. B8 e B9, de 23 dez. 2007.

_____. **A ameaça do pré-sal aos biocombustíveis.** Matéria de Adriano Pires e Rafael Schechtman, diretores do Centro Brasileiro de Infra-estrutura (CBIE). P. B2, de 9 out. 2008.

OLIVEIRA, A.R. **A fruticultura como alternativa econômica aos pequenos produtores rurais:** o caso da região de Dracena/SP. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente.

PINA, H. **A agroindústria açucareira e sua legislação.** São Paulo: Apec Editora, 1972.

PRADO JR, C. **A Questão agrária no Brasil.** Brasiliense, 2007. 188 p.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993. 152 p.

_____. Territorializzazione, deterritorializzazione, riterritorializzazione e informazione. In: TURCO, A. (Org.). **Regione e regionalizzazione.** Milano: Franco Angeli. 1984. P.69-82.

RANGEL, I. História da dualidade brasileira. In: MAMIGONIAN, A.; REGO, M. (Org.). **O pensamento de Ignácio Rangel.** São Paulo: Editora 34, 1998.

REVISTA AGROANALYSIS. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia, dez. 1997, 50 p.

RODRIGUES, R. Anais do 1º. Congresso Brasileiro de Agribusiness promovido pela Associação Brasileira de Agribusiness – ABAG – São Paulo, 2002.

ROMÃO, L.M.S. O discurso do agronegócio e a evidencia do sentido único. **Revista NERA,** Presidente Prudente, 2006. Disponível em: <www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera>. Acesso em: 20 ago. 2007.

SAQUET, M.A. Proposições para estudos territoriais. **GEOgrafia,** Niterói, v. 8, n. 15, 2006.

SACHS, J. **O fim da Pobreza.** São Paulo: Editora Schwarcz, 2005.

SCHUMPETER, J.A. **Capitalism, socialism and democracy.** Allen & Unwin, 1943.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. São Paulo. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI. Acessos em: 2006, 2007 e 2008.

SEGATTI, S.M.; HESPANHOL, A.N. Alternativas para a geração de renda em pequenas propriedades rurais. In: ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA, 4., São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, J.G.; KAGEYAMA, A.. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: GRAZIANO DA SILVA, J. (Org.). **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE, 1996. P.01-40.

SILVA, J.G.; GROSSI, M.D.; CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 37-67, jan.-abr., 2002.

SILVA, J.G.. O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11 n. 2 p. 50-64, 1997.

SOROKIN, P.; ZIMMERMAN, C.; GALPIN, C. Diferenças Fundamentais entre o mundo rural e o urbano. IN: MARTINS, J.S. (Org.). **Introdução crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: HUCITEC, 1986. P. 198-224.

THOMAZ JUNIOR, A. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana**: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002. P. 118.

UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ÁLCOOL – UNICA. **Responsabilidade social numa história de desenvolvimento sustentável**. 2004. Disponível em: <<http://www.portalunica.com.br/memoria/cana.jsp>>. Acesso em 16 set. 2008.

VALE, A.R. Definindo conceito e descobrindo a plurifuncionalidade do espaço periurbano. Rio Claro: UNESP, 2006. Disponível em: <www.igeo.uerj.br>. Acesso em: 17 jul. 2008.

ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M.F. **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2000.

FORMULÁRIO ARRENDATÁRIOS/PARCEIROS/FORNECEDORES

DATA: ____/____/____

Nome do Pesquisador:.....

Fone:

Identificação da Propriedade no mapa:

.....

Residência da família do agricultor: .() na propriedade () na área urbana.

Se na área urbana:

Endereço:.....

Fone:

1. DADOS REFERENTES AO PRODUTOR

1.1. Nome:

1.2. Idade:..... anos.

Escolaridade: () Analfabeto () Fundamental incompl. () Fundamental compl.
() Médio incompl.

() Médio compl. () Superior incompl. () Superior compl.

1.4. Município de origem:

1.5. Estado de origem:

1.6. Município que morava antes?

1.7. Estado que morava antes?

1.8. Anteriormente morava: () na cidade () na área rural

1.9. Condição anterior: () Proprietário () Arrendatário/parceiro () Posseiro
() Empregado rural () Empregado na cidade () Outro Qual?.....

1.10. Número de pessoas da família que residem no imóvel: Total:

Homens	Com 14 nos e menos:.....	Entre 14 e 65 anos:	Com mais de 65 anos:
Mulheres	Com 14 anos e menos:.....	Entre 14 e 65 anos:	Com mais de 65 anos:

1.11. Possui mais de uma propriedade rural? () sim () não.

Se sim, quantas? Município e Estado em que se localizam outras propriedades rurais:.....

1.12. Soma da área das propriedades rurais que possui.Hectares

1.13. Efetuou o arrendamento/parceria para as Usinas? Área:ha.
Qual Usina?.....

1.14. Plantou cana-de-açúcar por conta própria? Área da propriedade:ha.

Fez contrato de fornecimento com a Usina?

Qual Usina?.....

1.15. Arrendou área de terceiros para o plantio por conta própria?Total área:.....

2. DADOS REFERENTES À PROPRIEDADE (SAFRA 2007-2008):

2.1. Nome das propriedades.....

	Hectares*	Alqueires**
2.2.. Área total da propriedade		
2.2. Área Própria		
2.3. Área tomada em Arrendamento/parceria:		
2.4. Área concedida (dada) em arrendamento		
Outros. Quais?		
2.5.		
2.6.		

* 1 hectare = 10.000 m²

** 1 alqueire = 24.200 m²

3. UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - Safra 2007/08

	Hectares	Alqueires
3.1. Lavouras permanentes		
3.2. Lavouras temporárias		
3.3. Pastagens		
3.4. Área Construída*		
3.5. Terras em descanso		
3.6. Área reflorestada e de vegetação nativa		
Outros. Quais		
3.7.		
3.8		

4. PRODUÇÃO AGRÍCOLA- Safra 2007/08

Culturas:	Área (Há):	Área (Alq.):	Produção (ton.)	Produção (sacas.)
4.1.Cana-de-açúcar				
4.2. Milho				
4.3.				
4.4.				
4.5				

5. DESTINO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA (Em toneladas/sacas/arrobas - especificar a unidade de medida utilizada) - Safra 2007/08

Cultura (Especificar a unidade de medida)	Utiliz. na Propriedade	Venda para cooperativas	Venda para agroindústria	Venda para Cerealistas	Venda para supermercados	Outros
5.1. Cana-de-açúcar						
5.2. Milho						
5.3.						
5.4.						
5.5.						

6. ATIVIDADE PECUÁRIA- Safra 2007/08

Tipo:	N.º de cabeças:
6.1. Bovinos de corte	
6.2. Bovinos de leite	
6.3.	
6.4.	
6.5.	
Outros Quais?	
6..6	

7. DESTINO DA PRODUÇÃO PECUÁRIA-(Quantidade de Quilos e de dúzias para os ovos) - Safra 2007/08

Tipo:	Utiliz. na Propriedade	Venda para cooperativas	Venda para Frigoríficos/agroindústrias	Venda para Açougues/supermerc.	Venda para outros produtores	Outros
7.1. Bovinos de corte						
7.2. Bovinos de leite						
7.3. Suínos						
7.4. Caprinos						
7.5. Eqüinos						
7.6. Peixes						
7.7. Mel						
Outros Quais?						
7.10						

8. TIPOS DE PASTAGENS/ALIMENTAÇÃO ANIMAL- Safra 2006/07

	Área (Ha)	O u	Alqueir es		Área (Ha)	ou	Alqueir es
8.1. Braquiaria							
8.2. Colonião							
8.3.							
8.4.				Outros			
8.5							

9. REBANHO BOVINO

Tipos	Número	ou	Litros
9.1. Vacas em lactação - N°			
9.2. Vacas secas – N°			
9.3. Novilhas acima de 2 anos leite - N°			
9.4. Novilhas abaixo de 2 anos leite - N°			
9.5. Produção de Leite Total na safra- Litros			
9.6. Produção de Leite Total na entre-safra- Litros			
9.7. Terneiros (Bezerros) – N°			
9.8. Bois para engorda - N°			
9.9. Garrotes para engorda - N°			
9.11 Novilhas para engorda - N°			
9.12 Desmamas			

10. Em que meses do ano falta pasto?.....

11. O Que faz para solucionar a falta de pasto?

.....

.....

.....

.....

12. TRATAMENTO DO REBANHO - Safra 2007/08

	Número de Vezez/Ano	Quais Meses
12.1. Desverminação		
12.2. Controle de parasitas externos		
12.3. Vacinação contra aftosa		
12.4. Uso de sal mineral		
12.5. Instalações utilizada para tirar leite		

12.6. Tem o talão de Notas Fiscais de produtor rural? () Sim () não

13 FORÇA DE TRABALHO - Safra 2007/08**13.1. TRABALHO FAMILIAR em números**

Homens	Com 14 anos e menos:.....	Entre 14 e 65 anos:	Com mais de 65 anos:
Mulheres	Com 14 anos e menos:.....	Entre 14 e 65 anos:	Com mais de 65 anos:

13.2. TRABALHO ASSALARIADO PERMANENTE (atual)

Homens	Com 14 anos e menos:.....	Entre 14 e 65 anos:	Com mais de 65 anos:
Mulheres	Com 14 anos e menos:.....	Entre 14 e 65 anos:	Com mais de 65 anos:

13.2. TRABALHO ASSALARIADO PERMANENTE (anterior ao arrendamento)

Homens	Com 14 anos e menos:.....	Entre 14 e 65 anos:	Com mais de 65 anos:
Mulheres	Com 14 anos e menos:.....	Entre 14 e 65 anos:	Com mais de 65 anos:

13.3. TRABALHO ASSALARIADO TEMPORÁRIO (atual)

Homens	Com 14 anos e menos:.....	Entre 14 e 65 anos:	Com mais de 65 anos:
Mulheres	Com 14 anos e menos:.....	Entre 14 e 65 anos:	Com mais de 65 anos:

13.3. TRABALHO ASSALARIADO TEMPORÁRIO (anterior ao arrendamento)

Homens	Com 14 anos e menos:.....	Entre 14 e 65 anos:	Com mais de 65 anos:
Mulheres	Com 14 anos e menos:.....	Entre 14 e 65 anos:	Com mais de 65 anos:

13.3.1. Em quais atividades utiliza mão-de-obra temporária?

.....

.....

13.3.2. Em quais meses do ano utiliza mão-de-obra temporária (boia-fria)?

.....

.....

15. MEIOS DE PRODUÇÃO- Disponíveis na Safra 2006/07

	Qtde		Qtde
15.1. Tratores:		15.15. Pulverizador costal	
15.2. Colheitadeiras:		15.16. Quebrador de milho/forrageira	
15.3. Arados de tração mecânica		15.17. Ordenhadeira mecânica	
15.4. Arados de tração animal		15.18. Ensilhadeiras de forragem	
15.5. Grade – Trator		15.19. Colhedeira de forragem	
15.6. Saraqua/matraca		15.20. Carreta agrícola	
15.7. Grade de tração animal		15.21. Carroça	
15.8. Aparelho de irrigação		15.22. Charrete	
15.9. Plantadeira para plantio direto		15.23. Distribuidor de esterco Líquido	
15.10. Pulverizador – Trator		15.24. Distribuidor de forragens	
15.11. Subsolador/escaarificador		Outros, Quais?	
15.12. Distribuidor de calcário		15.25.	
15.13. Trilhadeira ou batedor		15.26.	
15.14. Semeadeira/adubadeira			

16. UTILIZAÇÃO DE INSUMOS - Safra 2006/07

	Qtde	Unidade de medida Ton/Kg/etc	Atividade (qual lavoura ou criação em que foi utilizado)
16.1. Fertilizantes de base			
16.2. Fertilizantes de cobertura			
16.2. Calcário			
16.3. Ração fornecida			
16.4. Agrotóxicos aplicados			
16.5. Defensivos animais			
Outros, Quais?			
16.6.			

17. ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

17.1. () Oficial

17.2. () Particular

17.3. () Própria

17.4. () Cooperativa

Outro (s), Qual (is)?.....

Periodicidade das visitas do (s) técnico (s) () Semanal () quinzenal () mensal () trimestral () semestral () anual

() quando solicita.

18. FINANCIAMENTO DE CUSTEIO- Safra 2006/07

	Bancos		Intermediário		Próprio	
	Área (Há)	Valor (\$R)	Área (Há)	Valor (\$R)	Área (Há)	Valor (\$R)
4.1.Cana-de-açúcar						
4.2.Custeio Pecuário						
4.3.						
4.4. Outros						

19. FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTO - Safra 2006/07

Item financiado	Bancos (Valor em \$R)	Intermediários (Valor em \$R)	Próprio (Valor em \$R)
19.1. Compra Gado			

20. ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES

20.1. É associado a cooperativa? () Sim () Não.

Se sim, qual (is)?

20.2. É membro de alguma associação de agricultores? () Sim () Não.

Se sim, qual (is)?

20.3. É filiado a algum sindicato? () Sim () Não.

Se sim, qual (is)?

21. INFRA-ESTRUTURA DA UNIDADE:

Energia elétrica () Sim () Não

Telefone () Sim () Não

21.3. Depósitos para produtos:

Acondicionadom² ou sacas

SilosToneladas

21.4. Oficina (desde pequenos reparos em máquinas e implementos) () Sim () Não

Outros. Quais?

22. CONDIÇÕES DA MORADIA DO AGRICULTOR E/OU EMPREGADOS

22.1 Número de pessoas que moram na casa família : Empregados:

22.2. Material de construção das casas () madeira () alvenaria () mista
() pau a pique () outros

22.3. Metragem das casas (m²).....

22.4. Número de Cômodos

22.5. Número de quartos

22.6. Tipo de piso das casas () madeira () Alvenaria () Chão batido

22.7. Idade das casas (anos)

22.8. Tipo de cobertura () telha barro () Telha amianto () Telha zinco () Outros

23. INFRA-ESTRUTURA SANITÁRIA

Procedência da água para o consumo familiar

23.1. () poço protegido com tijolo

23.2. () fonte protegida com tijolo/pedra/alvenaria

23.3. () poço artesiano

23.5. () fonte não protegida

Água canalizada

23.6. () não dispõe

23.7. () Até o quintal

23.8. () Dentro de casa

A localização do ponto de captação de água está:

23.9. () Abaixo dos focos de contaminação

23.10. () Acima dos focos de contaminação

Destino das águas da cozinha

23.11. () Passa pela caixa de gordura e vai a fossa

23.12. () Canalizada para o terreno

23.13. () outros

Local para a lavagem de roupa

23.14. () Tanque com cobertura

23.15. () Tanque a céu aberto

23.16. () no rio

23.17. () Outros

Instalações sanitárias

23.18. () completa

23.19 () não possui

23.20. () privada com fossa

23.21. () fossa para banheiro ou sanitários

24. BENS DE CONSUMO DURÁVEIS DISPONÍVEIS

24.1. Televisão () Não () Sim. Se sim, quantas?.....

24.2. Vídeo Cassete () Não () Sim. Se sim, quantos?.....

24.3. Geladeira () Não () Sim. Se sim, quantas?.....

24.4. Freezer () Não () Sim. Se sim, quantos?.....

24.5. Computador () Não () Sim. Se sim, quantos?.....

() Veículo de passeio

25. PRINCIPAL TIPO DE TRANSPORTE UTILIZADO PELA FAMÍLIA DO AGRICULTOR

() Automóvel () Carroça () Bicicleta () Trator () Ônibus () outros,
Quais ? _____

26. FORMA PREDOMINANTE DE ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO: _____

Qual (is)

27. CONSIDERAÇÕES PESSOAIS

27. Qual sua atividade principal anterior?

.....
.....
.....

27.1. Por que optou pelo arrendamento para cana-de-açúcar?

.....
.....
.....

27.1.1. Fez cálculos de viabilidade antes de decidir pelo arrendamento?

.....
.....
.....

27.1.2. A decisão de outro produtor ou amigo o ajudou a decidir?

.....
.....
.....

27.2. O que melhorou depois do arrendamento?

.....
.....
.....

27.3. A renda do arrendamento é: () mensal; () semestral, ou () anual

27.3.1. Como e em que gasta essa renda?

.....

.....

27.3.2. Consegue poupar? () sim () não

27.4. O que foi desmanchado ou demolido na propriedade para a implantação da exploração canavieira?

() cercakm. () encanamentos: m. () barracõesunid.m2.
() casas unid.

() pasto ha () frutas pés.

(...) outros.....

27.5. Tem idéia do valor dessas infra-estruturas desmanchadas? () sim () não
Valor.....

27.6. Se no ato do vencimento do contrato o panorama atual deixar de ser interessante, o que pretende fazer?

.....
.....
.....

27.7. Tem reserva de Capital para retomar a atividade anterior ou optar por outra?

.....
.....
.....

27.8. Acha possível ter a mesma rentabilidade com outra atividade numa área menor?

.....
.....
.....

27.9. Na sua opinião, houve ganho ou perda ambiental na sua propriedade?
Acompanha de perto os serviços da Usina ambiente?

.....
.....

27.10. Tem APP (Área de Preservação Permanente) na propriedade?

Fez o ADA (Ato Declaratório Ambiental)?

O gado se utiliza da área?.....

27.10. Tem Reserva Legal Permanente) na propriedade? Está averbada?

27.11. Qual sua perspectiva em relação ao futuro da atividade alcooleira?

.....
.....
.....

ROTEIRO DE ENTREVISTA - TERCEIRIZADOS

Data:/...../.....

Nº.....

EMPRESAS TERCEIRIZADAS

I. IDENTIFICAÇÃO

Nome da Empresa:

Município onde se localiza :

Nome do Proprietário ou do maior acionista :

..... Nº. de Sócios:

Nome do Entrevistado:

Função.....

II. HISTÓRICO DA EMPRESA

Ano em que começou operar :..... Ano em que surgiu a idéia da implantação:

Quais os principais fatores que levaram à constituição da empresa?

.....
.....

Antes da instalação da empresa qual era a principal atividade da maioria dos sócios (ou proprietário)?

.....
.....

A empresa recebeu algum tipo de incentivo da prefeitura para se instalar no município?

() Sim () Não. Se sim, de que tipo?

.....
.....

A empresa utilizou-se das linhas de financiamento especiais? () Sim () Não

Se sim, para que tipo de investimento?

.....
.....

Quais os investimentos feitos? (Máquinas, veículos, implementos)

.....
.....

.....

.....

Quanto investiu até o presente?.....

Quanto financiou?..... A que juros?

Quanto deve de financiamento?.....

Quanto maquinários a empresa tem?.....

Tratores: pequenos (.....), médios (.....) e grandes (.....)

Veículos: caminhões (.....).....

Colheitadeiras:.....

Implementos:

.....

.....

Tem contrato de prestação de serviços garantido com as Usinas?

Como?.....

.....

Tem serviço o ano todo?.....

Tem controle de custos?

As Usinas fornecem o diesel?.....

Qual o gasto mensal de diesel?..... Onde compra?.....

Aproveita o crédito de ICMS do diesel?

Qual o gasto mensal de lubrificantes?.....Onde compra?.....

Qual o gasto mensal de peças?.....Onde compra?.....

Qual o gasto mensal de manutenção da frota (serviços oficina)?.....

Tem oficina própria?.....

III. CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Tipo de serviço realizado. Quais?

.....

.....

.....

Qual o percentual de serviços realizados para as Usinas?.....

Proprietários?.....

Outros?.....(quais).

Número de funcionários permanentes da empresa:

Funções:.....
.....
.....

Número de empregados temporários que trabalham para a empresa:

Funções:.....
.....

Faturamento bruto anual (R\$).....

Qual é o meio de transporte utilizado pela empresa para o transporte dos empregados?

.....

A empresa atua em outros ramos de atividade? () Sim () Não Se sim, em quais?

.....

.....

IV. PERSPECTIVAS DA EMPRESA

Se não fosse a prestação de serviços para as Usinas, o que estaria fazendo?.....
.....

Como a empresa avalia o potencial da Região de Dracena para as atividades atuais?

.....

.....

Qual o plano de responsabilidade em relação ao impacto ambiental? Tem projeto?

.....

.....

Qual o plano de capacitação dos empregados? Utiliza de entidades profissionalizantes como SENAR?

.....

.....

Qual a perspectiva para o futuro?

.....

.....

.....

OBSERVAÇÕES:

ROTEIRO DE ENTREVISTA DESTILARIAS/USINAS

Data:/...../.....

Nº.....

I. IDENTIFICAÇÃO

Nome da Empresa:

Município onde se localiza a Unidade Industrial:

Nome do Proprietário ou do maior acionista :

.....Nº. de Sócios:

Nome do Entrevistado: ,.....

Função.....

II. HISTÓRICO DA EMPRESA

Ano em que começou operar :..... Ano em que surgiu a idéia da implantação:

Quais os principais fatores que levaram à empresa a instalar a usina/destilaria?

.....
.....
.....

Antes da instalação da usina/destilaria qual era a principal atividade da maioria dos sócios (ou proprietário)?

.....
.....
.....

A empresa recebeu algum tipo de incentivo da prefeitura para se instalar no município?

() Sim () Não

Se sim, de que tipo?

.....
.....

A empresa utilizou-se das linhas de financiamento especiais destinadas ao PROÁLCOOL? () Sim () Não Se sim, para que tipo de investimento?

.....
.....

Qual a origem da empresas? UF.....
 Grupo.....
 Qual o motivo da opção pela microrregião de Dracena?.....

III. CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Tipo de produção realizada () Álcool () Açúcar () Álcool e Açúcar () Outros. Quais

Capacidade de processamento

Volume médio processado

Qual é o valor da quota de produção de álcool da usina?

Área de cultivo necessária para abastecer a usina?Ha.

Área plantada até o presente:.....Ha.

Área produtiva própria Ha. Área Tomada em Arrendamento/Parceria
Ha.

Área ContratadaHa. Nº. de Contratos

Procedência da Cana:% do próprio município.....% de outros municípios

Há intenção de expandir a área plantada?ha

Destino da produção: próprio município%; Região.....%;

Para outras regiões%

Número de funcionários permanentes da usina:

Número de empregados temporários (bóia-frias) que trabalham para a usina:

A usina/destilaria dispõe de caminhões, tratores e colheitadeiras próprias. () Sim
 () Não.

Se sim. Quantos?Caminhões;Tratores;Colheitadeiras.

Trabalha com empresas terceirizadas?. () sim () não

Em quais setores ?

Faturamento bruto anual (US\$).....

Qual é o meio de transporte utilizado pela Usina para o transporte dos cortadores de cana?

Qual é o tipo de assistência técnica utilizada pelos fornecedores (sócios e não sócios)

() Particular () oficial () técnicos da usina. () outros

Quais.....
.....

Qual é o destino dado ao vinhoto?.....
.....

A empresa utiliza o bagaço de cana? () Sim () Não. se sim, para que finalidade?
.....

Quais outros sub produtos são aproveitados?
.....
.....

Como?.....
.....
.....

Qual a capacidade de produção interna de energia elétrica proveniente de bagaço?
.....

Há outros tipos de produção de energia elétrica? Qual?
.....

A energia gerada é utilizada para consumo próprio ou venda ao distribuidor de energia?
.....

A empresa atua em outros ramos de atividade? () Sim () Não Se sim, em quais?
.....
.....
.....

Qual o custo médio produzido do Litro/álcool hidratado?

Qual a relação Litro/álcool x T/Cana?

IV. PERSPECTIVAS DA EMPRESA

A empresa possui projetos para ampliar a capacidade de processamento de cana ou projetos de outra natureza?.....
.....
.....

Como a empresa avalia o potencial da Região de Dracena para as atividades de processamento e de produção de cana?
.....

Como a empresa avalia o processo de desregulamentação do setor sucroalcooleiro?

.....

.....

Quais as perspectivas da empresa em relação ao futuro do PROÁLCOOL?

.....

.....

A Hidrovia Tietê-Paraná terá algum impacto direto sobre o setor sucroalcooleiro na região? () Sim () Não. Se sim, de que tipo?

.....

.....

A reativação da Malha Ferroviária através da Ferrovia ALL – América Latina Logística terá impacto no setor na região? () Sim () Não. Se sim, de que tipo?

.....

.....

Qual o plano de responsabilidade em relação ao impacto ambiental? Tem projeto?

.....

.....

.....

Qual o plano de responsabilidade em relação ao impacto social (Educação e Saúde)? Tem projeto?.....

.....

.....

.....

A empresa tem intenção de adquirir terras próprias na região? Por que?

.....

.....

.....

OBSERVAÇÕES:

.....

.....

.....

.....